

BOLETIM DE PESSOAL E DE **SERVIÇOS**₅

EDIÇÃO N.º 80/2025

Unidade: Reitoria

Publicado em 22 de agosto de 2025



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Presidente da República: Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação: Camilo Sobreira de Santana

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica: Marcelo Bregagnoli

Reitora do IFRR: Nilra Jane Filgueira Bezerra

Pró-Reitor de Administração: Emanuel Alves de Moura

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Adnelson Jati Batista

Pró-Reitora de Ensino: Aline Cavalcante Ferreira

Pró-Reitora de Extensão: Roseli Bernardo Silva dos Santos

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica: Romildo Nicolau
Alves

Diretora-Geral do *Campus* Boa Vista Centro: Luciana Leandro Silva

Diretora-Geral do *Campus* Novo Paraíso: Vanessa Rufino Vale Vasconcelos

Diretora-Geral do *Campus* Amajari: Rodrigo Luiz Neves Barros

Diretor-Geral do *Campus* Boa Vista Zona Oeste: Isaac Sutil da Silva

Diretor do *Campus* Avançado do Bonfim: Maria Eliana Lima dos Santos

Setor responsável pela publicação do Boletim de Pessoal e de Serviços na Reitoria
Assessoria de Comunicação e Marketing Institucional



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

O Boletim de Pessoal e de Serviços do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima é destinado a dar publicidade aos atos e aos procedimentos formais desta instituição.

Referências:

- Lei 4.965/1966, de 5 de maio de 1966.

Dispõe sobre a publicação dos atos relativos aos servidores públicos civis do Poder Executivo e dá outras providências.

- Decreto nº. 4.520/2002, de 16 de dezembro de 2002.

Dispõe sobre a publicação do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça pela Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República, e dá outras providências.

- Resolução nº. 274, de 16 de setembro de 2016.

Dispõe sobre os critérios e procedimentos para organização e publicação do Boletim de Pessoal e de Serviços no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

* O conteúdo dos textos publicados neste Boletim de Pessoal e de Serviços é de responsabilidade dos setores/unidades emissoras dos documentos.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

ÍNDICE

ATOS DA REITORIA

Resolução CONSUP/IFRR N° 853, de 13 de agosto de 2025

Resolução CONSUP/IFRR N° 854, de 15 de agosto de 2025

Resolução CONSUP/IFRR N° 855, de 20 de agosto de 2025



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA
Conselho Superior
Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303220 ,
www.ifrr.edu.br

Resolução CONSUP/IFRR N° 853, de 13 de agosto de 2025.

Dispõe sobre a proposta do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Ensino de Ciências

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a autonomia institucional conferida pelo Art. 1º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, considerando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Portaria do MEC nº 328, de 1º de fevereiro de 2005, a Resolução CNE/CES nº 1, de 06 de abril de 2018, a Resolução nº 716/CONSELHO SUPERIOR, de 4 de janeiro de 2023 (Aprova a reformulação da Organização Didática do IFRR), a Resolução 638/2021 - CONSUP/IFRR, de 30 de dezembro de 2021 (Dispõe sobre as normas aplicáveis aos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu do Instituto Federal de Roraima), bem como o constante no processo nº 23482.000074.2025-32, e a decisão do colegiado tomada na 98ª sessão plenária, realizada dia 6 de junho de 2025,

RESOLVE

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Pós Graduação Lato Sensu em Ensino de Ciências, conforme Anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, de 13 de agosto de 2025.

Nilra Jane Figueira Bezerra
Presidente do CONSUP



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE

**PLANO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*
“ENSINO DE CIÊNCIAS”
NA MODALIDADE DE ENSINO A DISTÂNCIA**

BOA VISTA – RR

2025

SUMÁRIO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

2.DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

- 2.1. Nome do curso
- 2.2. Área de conhecimento (CAPES)
- 2.3. Modalidade
- 2.4. Carga horária
- 2.5. Sistema de organização (eixo temático, componente curricular)
- 2.6. Funcionamento
- 2.7. Público-alvo
- 2.8. Local do curso
- 2.9. Número de vagas
- 2.10. Requisitos para a inscrição
- 2.11. Coordenador

3. APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

- 3.1 Histórico da Instituição
- 3.2 Missão
- 3.3 Visão
- 3.4 Valores

4. JUSTIFICATIVA

- 4.1 Potencialidades e perspectivas
- 4.2 Avaliação de demanda

5. OBJETIVOS

- 5.1 Objetivo Geral
- 5.2 Objetivos Específicos

6. INFORMAÇÕES DO CURSO

- 6.1 Concepção
- 6.2 Requisitos e formas de acesso
- 6.3 Matrícula
- 6.4 Critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores
- 6.5 Sistema de avaliação
 - 6.5.1 Recuperação
 - 6.5.2 Exame Final
 - 6.5.3 Reoferta
 - 6.5.4 Indicadores de Avaliação do Curso

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

- 7.1 Estrutura Curricular
 - 7.1.1 Eixos temáticos
 - 7.1.2 Componentes Curriculares
- 7.2 Representação Gráfica do Processo Formativo
- 7.4 Trabalho de Conclusão de Curso

8. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

- 8.1 Planejamento e execução dos componentes curriculares
- 8.2 Modalidade a distância e Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)
 - 8.2.1 Ferramentas de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)
- 8.3 Mediação, acompanhamento e suporte das atividades do curso
 - 8.3.1 Docente
 - 8.3.2 Tutor
 - 8.3.3 Coordenador de Curso
 - 8.3.4 Equipe Multidisciplinar
 - 8.3.5 Apoio Pedagógico
 - 8.3.6 Administrador do AVA
 - 8.3.7 Assistente Administrativo

9. LINHAS E PROJETOS DE PESQUISA

- 9.1 Detalhamento da Linha de Pesquisa 1 – Métodos Pedagógicos e Tecnologias Digitais no Ensino de Ciências
- 9.2 Detalhamento da Linha de Pesquisa 2 – Espaços Não Formais e a Divulgação Científica no Ensino de Ciências

10. PERFIL DO CORPO DOCENTE

11. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA DO IFRR/CBVZO

12. CERTIFICAÇÃO

13. REFERÊNCIAS

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Instituição/Campus: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – *Campus* Boa Vista Zona Oeste

CNPJ: 10.839.508/0005-65

Esfera Administrativa: Federal

Endereço: Rua Professor Nonato Chacon, nº 1976 – Laura Moreira, Boa Vista – RR, CEP: 69.318-000 Telefone: (95) 3194-2701

Site do Campus: <http://boavistazonaoeste.ifrr.edu.br/>

Reitora: Nilra Jane Filgueira Bezerra

Pró-Reitora de Ensino: Aline Cavalcante Ferreira

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação: Romildo Nicolau Alves

Pró-Reitor de Extensão: Roseli Bernardo Silva dos Santos

Pró-Reitor de Administração: Emanuel Alves de Moura

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Adnelson Jati Batista

Diretor-Geral do Campus: Isaac Sutil da Silva

Diretora de Ensino do Campus: Rafaela dos Santos Morgade

Coordenadora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do Campus: Viviane Paludo Schultz

Coordenadora de Educação a Distância do Campus: Aline Lima Soares da Costa

Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico de Curso (PORTARIA Nº 0685/GAB-CBVZO/IFRR, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2025)

- Isaac Sutil da Silva (1908875)
- Aline Lima Soares da Costa (2108719)
- Nielson Honorio Caires (3221879)
- Fernando Silva e Silva (3059023)
- Nataliana Ribeiro dos Santos (2108434)
- Rosana Maria Lima Oliveira (2108048)

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1 Nome do Curso: Ensino de Ciências

2.2 Área de Conhecimento (CAPES) Ensino – 9.02.00.00-0, Grande Área Multidisciplinar Ensino – 9.00.00.00-5

2.3 Modalidade: Pós-graduação Lato Sensu, na modalidade a distância

2.4 Carga Horária Total: Carga Horária: 390 horas, distribuídas em - Eixo Temático I: 150 horas; Eixo Temático II: 150 horas; Eixo Temático III: 90 horas

2.4.1 Prazo Máximo de Integralização: O curso deverá ser integralizado no prazo máximo de 18 (dezoito) meses, contados a partir do início das atividades letivas, incluindo a produção e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Este prazo poderá ser prorrogado por até 6 (seis) meses, conforme a legislação vigente que regulamenta a oferta de cursos de pós-graduação no IFRR.

2.5 Sistema de Organização: Eixo Temático

2.6 Funcionamento: Integral

2.7 Público-Alvo: Docentes da área de Licenciaturas, preferencialmente graduados em Biologia, Química, Física ou Matemática.

2.8 Local de Oferta do Curso: Polos dos Municipais onde forem desenvolvidos parcerias para a oferta.

2.9 Número de Vagas: Conforme previsão estabelecido em parcerias/editais.

2.10 Requisitos para Inscrição: Comprovação da escolaridade exigida para o público do curso, mediante apresentação de diploma ou atestado de conclusão de curso superior reconhecido pelo MEC, ou revalidado no Brasil, conforme a Resolução nº 638/2021 – CONSUP/IFRR, de 30 de dezembro de 2021.

2.11 Coordenador de curso: O coordenador do curso será selecionado por edital

3. APRESENTAÇÃO

3.1 Histórico da Instituição

No dia 12 de outubro de 1988, o Governo do então Território Federal de Roraima formalizou a criação da Escola Técnica Federal de Roraima, por meio do Decreto nº 026, visto que esta havia sido implantada informalmente em outubro de 1986. Os primeiros cursos a serem ofertados foram os Técnicos em Eletrotécnica e em Edificações. As atividades escolares eram realizadas em um espaço cedido pela Escola de Formação de Docentes de Boa Vista.

Em dezembro de 1994, a Escola Técnica Federal de Roraima foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica, por meio da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 233, de 9 de dezembro, Seção 1. Entretanto, sua efetiva implantação como CEFET-RR só ocorreu por meio do Decreto Federal de 13 de novembro de 2002, publicado no DOU nº 221, Seção 1.

O Ministério da Educação (MEC), em 2005, deu início ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no país, implantando o que se chamava de Unidades Descentralizadas (UNED) em diversas unidades da federação. O Estado de Roraima foi contemplado nas duas primeiras etapas do Plano. Na fase 1, com a UNED de Novo Paraíso, no Município de Caracará, no Sul do Estado; e na Fase II, com a UNED do Município de Amajari, no Norte do Estado.

A criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) só veio em dezembro de 2008 com a Lei nº 11.892. Em todo o Brasil foram criados 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia por meio da junção de Escolas Técnicas Federais, CEFET's, Escolas Agrotécnicas e Escolas vinculadas às Universidades. Diante disso, apresentou-se como missão promover uma educação pública de excelência por meio da união entre ensino, pesquisa e extensão, integrando pessoas, conhecimento e tecnologia.

O IFRR é uma instituição de educação básica, profissional e superior, pluricurricular, multicampi e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica. Tem como visão de futuro permanecer em constante evolução enquanto instituição de formação profissional e servir como referência para as áreas de educação, pesquisa, extensão e inovação, oferecendo serviços com qualidade, a partir de uma gestão moderna, participativa e dinâmica, sintonizada com o mundo do trabalho, com os arranjos produtivos sociais, culturais, locais e as políticas ambientais, valorizando o ser humano em todas as suas potencialidades e considerando as diversidades.

O IFRR atualmente possui cinco *Campi* espalhados em diferentes pontos do Estado: Amajari, Boa Vista e Boa Vista Zona Oeste, ambos na capital de Roraima; Campus Bonfim, na cidade de Bonfim; e Novo Paraíso, localizado na área rural da cidade de Caracará.

O *Campus* Boa Vista Zona Oeste (CBVZO) começou a ser implantado em 2013. O desafio inicial foi o de estabelecer as condições necessárias e suficientes para a concepção, implantação e funcionamento do *Campus*.

Em decorrência da inicial falta de infraestrutura própria, o CBVZO funcionou primeiramente no prédio do Colégio Militarizado Estadual Professora Elza Breves de Carvalho, em parceria com o Governo do Estado de Roraima, por meio da Secretaria de Estado da Educação. Entre os anos de 2017 e 2018, o CBVZO funcionou temporariamente no *Campus* Boa Vista. A criação do CBVZO possibilitaria à comunidade cursos de formação profissional e atividades de promoção da cidadania, de modo a combater as desigualdades sociais e contribuir para a inserção do trabalhador no processo produtivo e no contexto sociocultural. Em fevereiro de 2018 ocorreu a mudança para sua sede no bairro Laura Moreira, na cidade de Boa Vista.

Atualmente, o CBVZO possui os cursos Técnicos em Serviços Públicos, em Comércio, Administração, Design Gráfico e de Publicidade integrados ao Ensino Médio, Técnico em Administração, Técnico em Publicidade e Design Gráfico, ambos Subsequentes ao Ensino Médio, Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) Integrado com o curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Assistente em Administração e Superior de Tecnologia em Gestão Pública, além de diversos cursos FICs ofertados de acordo com as demandas sociais identificadas.

3.2 MISSÃO

Promover formação humana integral, por meio da educação, ciência e tecnologia, em consonância com os arranjos produtivos locais, socioeconômicos e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

3.3. VISÃO

Ser excelência na Região Amazônica, como agente de transformação social, por meio de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

3.4. VALORES

- Ética e Transparência;
- Inclusão Social;
- Gestão Democrática;
- Respeito à Diversidade e à Dignidade Humana;
- Responsabilidade Socioambiental.

4. JUSTIFICATIVA

4.1. Potencialidades e Perspectivas

Em um mundo cada vez mais globalizado, cursar uma graduação ou pós-graduação tornou-se essencial para a melhoria de vida das pessoas, tanto no contexto pessoal quanto profissional. A educação contribui para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, pois além de ampliar o repertório de conhecimentos e informações em áreas distintas, e favorecer a compreensão e “leitura de mundo”, facilita a inserção do egresso no mundo do trabalho.

Em relação às pós-graduações *lato sensu*, o Ministério da Educação afirma que compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (Master Business Administration). Tal afirmação vai ao encontro da definição contida no Art. 44, III, Lei nº 9.394/1996, que a educação superior abrange os cursos de pós-graduação, sendo que estes compreendem programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino.

Além da legislação supracitada, a Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018 estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências. Segundo a resolução, cursos de especialização são programas de nível superior, de educação continuada, com os objetivos de complementar a formação acadêmica, atualizar, incorporar competências técnicas e desenvolver novos perfis profissionais, com vistas ao aprimoramento da atuação no mundo do trabalho e ao atendimento de demandas por profissionais tecnicamente mais qualificados para o setor público, as empresas e as organizações do terceiro setor, tendo em vista o desenvolvimento do país.

Considerando a legislação vigente, os cursos de especialização são abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação, que atendam às exigências das instituições ofertantes e poderão ser oferecidos presencialmente ou à distância, observadas a legislação, as normas e as demais condições aplicáveis à oferta, à avaliação e à regulação de cada modalidade, bem como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A pesquisa realizada pelo Instituto Simesp em 2019, intitulada Cursos de Especialização *Lato Sensu* no Brasil, demonstrou que mesmo antes da pandemia os cursos de especialização tiveram crescimento, tanto na modalidade presencial quanto na Educação à Distância (EaD). No período de 2016 a 2019, o número de matrículas na pós-graduação *lato sensu* cresceu 74%. Na modalidade presencial, o crescimento foi de 44% entre os anos de 2016 e 2018, e, na modalidade EaD, foi de 124%.

O IFRR, desde 2010, vale-se da oferta de cursos na modalidade à distância, em Formação Inicial e Continuada, Técnicos, Graduação e Pós-graduação. Pensando na continuidade das ofertas, e na procura por cursos de pós-graduação *lato sensu* na modalidade EaD, o PDI para quinquênio de 2024-2028, prevê a realização do curso de pós-graduação *lato sensu* no *Campus* Boa Vista Zona Oeste, neste caso podendo ser ofertada a especialização em ensino de Ciências.

Ainda justifica-se a oferta dessa especialização, pela meta de criação da Rede, onde todos os IF's devem cumprir um mínimo de matrículas (20%) voltado para a formação de docentes da educação básica, no caso, um dos principais públicos desta pós. A mais, com a oferta da pós-graduação estaremos contribuindo internamente para a verticalização do ensino, pois atualmente, são ofertadas licenciaturas em Biologia e Matemática, pelo IFR, dessa forma será proporcionada a possibilidade da continuidade da formação, caso seja de interesse.

4.2. Avaliação da Demanda

A proposta de implementação do curso surge em resposta ao Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI do IFRR (2024-2028), estabelece dentre outras metas ampliar a oferta de Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* no âmbito do IFRR, sendo certo que a oferta do Curso de Especialização em Ensino de Ciências pelo CBVZO, caminha no sentido de atendimento das metas estabelecidas no PDI.

Este curso de especialização é essencial para capacitar docentes das áreas de ensino de Ciência, os habilitando para o desenvolvimento de suas atividades com mais qualidade didática e pedagógica.

O programa fundamenta-se nos seguintes pressupostos:

- 1- Atender às demandas regional e nacional por Cursos de Educação Continuada em nível de Pós-Graduação *Lato-Sensu* EaD, na forma de Especialização, Aperfeiçoamento em todas as áreas de conhecimento;
- 2- Ampliar oportunidades de acesso à informação, capacitação e uma melhor qualificação do quadro de profissionais em geral;
- 3- Atender às novas habilidades e competências de uma pedagogia voltada para o ensino de ciências.

5. OBJETIVO GERAL

O curso de especialização em Ensino de Ciências tem como objetivo capacitar docentes das redes pública e privada do Ensino Fundamental e Médio, em nível de especialização, na área de Ensino de Ciências (Biologia, Física e Química e Matemática), de forma a fortalecer a pesquisa voltada às práticas pedagógicas, aplicação de metodologias consolidadas no meio acadêmico, desenvolver, bem como disseminar novos procedimentos de ensino e de aprendizagem na educação básica e superior. E ainda contribuir nas mudanças no cenário atual das escolas em que estes profissionais estão inseridos, buscando, assim, maior qualidade na educação de seus alunos e melhor formação para o exercício da cidadania.

5.2 Objetivos Específicos

- Oportunizar o contato com discussões sobre a pesquisa em Ensino de Ciências e Matemática;
- Propiciar um espaço de reflexão e aperfeiçoamento profissional, caracterizando a educação continuada e permanente;
- Disponibilizar o espaço de discussão sobre a evolução do conhecimento tecnológico e suas aplicações;
- Promover o debate sobre tendências metodológicas atuais em cada uma das unidades curriculares oferecidas;
- Contribuir com a formação de professores especialistas para atuarem na educação básica de forma crítica e inovadora

6. INFORMAÇÕES DO CURSO

6.1 Concepção

Para o *Campus* Boa Vista Zona Oeste, a oferta do curso de Pós-Graduação em Ensino de Ciências representa a consolidação de um trabalho que vem sendo desenvolvido ao longo dos últimos anos e que tem contribuído fortemente na formação da comunidade que nos procura para se capacitar. Nesse sentido, a oferta desta pós-graduação amplia as opções de cursos ofertados pelo IFRR e pelo CBVZO, a mais, passará a contribuir com a meta institucional de capacitação de docentes da educação básica, além de possibilitar a verticalização pelo IFRR, pois já são ofertados cursos de licenciatura em Biologia e licenciatura em Matemática

Ainda no âmbito do IFRR/CBVZO, dispomos de um número adequado de profissionais relacionados às áreas específicas das pós-graduação em ensino de ciências, situação que reforça a nossa capacidade e habilidade para desenvolver a formação de qualidade e integral.

A natureza do curso exige metodologias que envolvem aulas e atividades interativas não presenciais desenvolvidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem- AVA, entre outros que permitam vivenciar e atuar de modo teórico-prático, fazendo interagir as concepções da experiência pedagógica de cada cursista, que emergem e são ressignificadas no diálogo com o campo conceitual e prático. Nesta perspectiva, adotou-se a estrutura curricular composta por Componentes Curriculares agrupados em Eixos Temáticos articulados a partir das linhas de pesquisa propostas.

6.2 Requisitos e formas de acesso

A seleção dos candidatos será realizada pelo IFRR, de acordo com os critérios específicos estabelecidos neste Projeto e constantes no Edital elaborado e publicado pela unidade com uso de ferramenta digital de acesso ao público em geral.

Quando oferecido sob demanda, o curso poderá estabelecer no edital de seleção de candidatos, critérios específicos de ingresso, visando atender aos termos do convênio ou outras parcerias congêneres firmadas entre o IFRR e outros órgãos e entidades, podendo nestes casos o edital de seleção restringir o ingresso dos candidatos, vinculando-os ao perfil exigido no curso desenvolvido sob demanda.

Para efetivação da matrícula será exigida a apresentação da comprovação da escolaridade exigida para o público do curso, mediante apresentação de diploma ou atestado de conclusão de curso superior reconhecido pelo MEC, ou revalidado no Brasil, além dos documentos pessoais, comprovante de residência e outros documentos que se façam necessários.

Ainda para efetivação da matrícula o candidato/estudantes deverá estar em enquadrado nas seguintes situações:

- 1- Não possuir duplicidade de matrícula nos Cursos ofertados pelo IFRR, no nível de ensino de pós-graduação *Lato Sensu*, conforme Parágrafo único do Art. 143 da Organização Didática do IFRR aprovada pela Resolução CONSUP/IFRR N° 716, de 4 de janeiro de 2023;
- 2- Diplomas de curso de graduação conferidos por Instituições estrangeiras, somente serão aceitos se devidamente revalidado e atenderem ao disposto na Resolução CNE/CES n° 01, de 28/01/2002 e Resolução n° 08, de 04 de outubro de 2007 do Conselho Nacional de Educação;

6.3 Matrícula

O Setor de Registro Acadêmico do *Campus* ficará responsável pela matrícula dos estudantes, que será realizada mediante apresentação de documentação exigida no Edital de seleção.

6.4 Critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores

O estudante do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Ensino de Ciências poderá solicitar aproveitamento de componentes curriculares cursados em programas e cursos de pós-graduação legalmente autorizados e realizados em instituições de ensino reconhecidas e credenciadas pelo MEC.

Quanto ao aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores, deverão ser observados os seguintes critérios:

- a) o estudante dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* poderá solicitar aproveitamento de componentes curriculares cursados nos últimos 5 (cinco) anos em programas e cursos de Pós-Graduação reconhecidos pela CAPES de outras instituições ou do próprio IFRR (Resolução 638/2021 - CONSUP/IFRR, de 30 de dezembro de 2021, Art. 38).
- b) A solicitação de aproveitamento de componentes curriculares deverá ser realizada no início do Curso ou antes de o componente curricular ser ministrado, no Setor de Registros Acadêmicos do Campus ofertante, mediante apresentação de documento oficial, constando ementa e carga horária do componente curricular cursado (Resolução 638/2021 - CONSUP/IFRR, de 30 de dezembro de 2021, Art. 38, § 1º).
- c) O aproveitamento de componentes curriculares deverá totalizar, no máximo, 20% da carga horária total do curso (Resolução 638/2021 - CONSUP/IFRR, de 30 de dezembro de 2021, Art. 38, § 2º).
- d) O conteúdo da ementa da disciplina ou atividade prática cursada deve abranger no mínimo 75% do conteúdo equivalente;
- e) A carga horária da disciplina ou atividade prática cursada deve ser igual ou superior à da equivalente.

O aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores ocorrerá mediante avaliação da coordenação do curso em parceria com o docente responsável pela disciplina que avaliarão o atendimento ou não dos critérios supracitados.

A coordenação do curso e o docente responsável pela disciplina que se pretende obter aproveitamento pelo aluno, reservam-se o direito de rejeitar

o pedido de disciplinas eletivas de conteúdo divergente com o curso ou que não acrescentem experiência ao currículo do aluno.

O aproveitamento de componentes curriculares será deferido ou indeferido, após serem observados os seguintes quesitos:

- a. O aproveitamento de componente curricular deverá ter sido realizado com êxito e no mesmo nível de ensino ou superior ao nível solicitado;
- b. O componente solicitado deverá ter sido cursado pelo estudante em um prazo máximo de 5 (cinco) anos, observando-se a compatibilidade de competências e habilidades, conteúdos, cargas horárias e que este esteja sendo ofertado no período letivo;
- c. Os conteúdos e as cargas horárias devem coincidir em, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) com o programa do componente curricular do curso.

O aproveitamento envolverá o Setor de Educação a Distância do *Campus* e docente responsável pelo componente curricular, que caberá deferir ou indeferir a solicitação de aproveitamento de componente.

6.5 Sistema de Avaliação

A avaliação se dará nos diferentes níveis conforme previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRR em vigor, bem como, na Organização Didática vigente.

No contexto da EaD, a avaliação é percebida como um processo contínuo, contemplando as atividades avaliativas e a participação do estudante nas atividades virtuais.

A avaliação da aprendizagem deve ser um processo contínuo, dinâmico, diagnóstico e formativo, focado na aprendizagem e no desenvolvimento do estudante, a qual deverá considerar os aspectos atitudinais, conceituais e procedimentais, não devendo os atitudinais ultrapassar 30% (trinta por cento) do quantitativo da avaliação.

As avaliações ocorrerão no Ambiente Virtual de Aprendizagem do IFRR, por meio da internet, softwares/aplicativos e programas virtuais. Conforme a Organização Didática do IFRR, os instrumentos de avaliação deverão ser diversificados, estimulando o estudante à pesquisa, à reflexão, a acionar outros conhecimentos e habilidades, evidenciando iniciativa e criatividade para resolução de problemas. Além disso, o docente poderá adotar instrumentos de avaliação que julgar mais eficientes, devendo expressá-lo no Plano de Ensino, sendo de sua competência a elaboração, a aplicação e o julgamento do trabalho de avaliação da aprendizagem.

O acompanhamento ao estudante deverá ser sistemático com intervenções focais quando necessárias visando o desenvolvimento individual adequado e exigido pelo curso. A avaliação deverá ser contínua em cada componente curricular. O docente poderá valer-se dos instrumentos didáticos usuais, a seu critério, desde que informe ao estudante antecipadamente e que conste tais informações expressamente no Plano de Ensino do componente curricular. Deverá também, o docente, manter informada a coordenação de curso e equipe multidisciplinar sobre o desempenho acadêmico do estudante.

Será considerado aprovado o estudante que cumprir com totalidade as seguintes condições:

- a. Ter frequência mínima de 75% em cada componente curricular, considerando as atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- b. Cursar todos os componentes curriculares que compõem o curso, com aproveitamento igual ou superior a 70 (setenta), numa escala de 0,0 (zero) a 100 (cem);
- c. Elaborar e defender, frente a uma banca examinadora, o TCC em consonância com as linhas de pesquisa estabelecidas neste Plano.

O estudante será desligado do curso se for reprovado em 2 (dois) de seus componentes curriculares, conforme Art. 29, inciso I da Resolução 638/2021 - CONSUP/IFRR, de 30 de dezembro de 2021, salvo nas hipóteses prevista no § 2º do mesmo artigo.

6.5.1 Recuperação

Nos cursos na modalidade EaD, deve-se garantir oportunidades de recuperação paralela para os estudantes que não atingirem a média básica para aprovação. Fica a critério do docente indicar ao estudante atividades pelo AVA, para complementar as notas de avaliações paralelas. As orientações de recuperação e seu desenvolvimento serão organizadas pela Coordenação de Curso com o apoio da Equipe Multidisciplinar, juntamente com o docente de cada componente curricular.

6.5.2 Exame Final

Os estudantes que obtiverem média no componente curricular igual ou superior a 40 (quarenta) e inferior a 70 (setenta), cuja frequência for igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de carga horária do componente curricular, terão direito ao Exame Final.

O estudante estará aprovado se, após o Exame Final, obtiver Nota Final (NF) igual ou superior a 70 (setenta), obtida pela média aritmética entre a Média do Componente Curricular e a Nota do Exame Final, dada pela seguinte fórmula:

$$NF = (MCC + EF) / 2 \text{ Onde:}$$

NF = Nota Final;

MCC= Média do Componente Curricular; EF = Exame Final.

O estudante estará reprovado se a Média Final (MF) do Componente Curricular for inferior a 7,0 (sete). As avaliações do Exame Final (EF) poderão ser realizadas por meio de trabalhos em grupos e/ou individuais, pesquisas, experimentos, desenvolvimento de projetos, provas no AVA entre outros instrumentos avaliativos

6.5.3 Reoferta

A possibilidade de reoferta do componente curricular está prevista na Organização Didática do IFRR. No caso de reprovação, o estudante poderá participar das reofertas do componente, conforme previsto § 2º do Art. 29, da Resolução 638/2021 - CONSUP/IFRR, de 30 de dezembro de 2021, cabendo a Coordenação de Curso, Coordenação de EaD da unidade e Departamento de Ensino, estabelecer quais parâmetros (quantidade de estudantes em pendência e de recursos administrativos, humanos e de fomento) deverão ser observados para verificar a viabilidade da reoferta.

6.5.4 Indicadores de Avaliação de Curso

A avaliação do curso tem por objetivo acompanhar, controlar e aprimorar as etapas do processo pedagógico para garantir o alcance dos objetivos propostos para o curso. Para tanto, será aplicada a avaliação 360 graus, de forma continuada, realizada pelos atores do processo ensino-aprendizagem, entre eles, estudantes, docentes, tutores, coordenador do curso e equipe multidisciplinar, contemplando os seguintes aspectos:

- a. Desempenho do estudante;
- b. Desempenho dos docentes;
- c. Desempenho dos tutores;
- d. Adequação do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- e. Qualidade do material digital disponibilizado;
- f. Qualidade e adequação do atendimento administrativo;
- g. Desempenho da coordenação do curso;
- h. Eficácia do programa;
- a. Relação de candidato por vaga (nº de inscritos/vagas para ingressos);
- j. Relação de concluintes por matrícula atendida (concluintes/matrículas atendidas)*100;
- k. Eficiência acadêmica de concluintes (concluintes/finalizados)*100;
- l. Índice de retenção do fluxo escolar (retidos/matrículas atendidas)*100;
- m. Índice de evasão do fluxo escolar (evadidos/matrículas atendidas)*10

Essa avaliação ocorrerá durante todo o curso, se dando por avaliações diagnósticas e formativas e por fim, por uma avaliação final registrando os resultados em forma de relatório. A avaliação do curso será realizada pela coordenação de curso e ficará a cargo desta mesma coordenação, apresentar os resultados aos atores envolvidos no processo ensino-aprendizagem supracitados.

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

7.1 Estrutura Curricular

O Curso de Especialização em Ensino de Ciências, em nível de Pós-graduação Lato Sensu, na modalidade Educação a Distância, com duração de 18 meses, perfaz uma carga horária 390 horas de componentes curriculares obrigatórios, além de 30 horas dedicadas a orientações para a elaboração e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Considerando tratar-se de um curso na modalidade EaD, vale ressaltar que o contato entre professores e alunos dar-se-á através de Ambiente Virtual de Aprendizagem. Esta plataforma abrange salas de aula virtuais; ambientes para postagem do material de aula, quadro de notas, discussões através de chats, videoaulas, fóruns, postagens de atividades e tantos outros recursos que proporcionam aos alunos uma aprendizagem de qualidade assistida por docentes que auxiliam no processo de ensino-aprendizagem.

Os alunos devem ser acompanhados continuamente pelos professores formadores, que desenvolvem um trabalho com vistas a ênfase no suporte necessário ao aluno, no que concerne ao esclarecimento de dúvidas, correção de trabalhos, avaliações e desenvolvimento de atividades que cooperem no processo de ensino-aprendizagem.

7.1.1- Eixos Temáticos

a) Módulo I – Formação Geral

O curso apresenta previsão para funcionamento em três módulos: Formação Geral, Formação Específica e Pesquisa Científica. O Módulo I (Formação Geral) tem como objetivo apresentar aos estudantes o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) para familiarização e interação, iniciação às Teorias Educacionais, discussão teórica-reflexiva a respeito da Avaliação do Processo de Ensino- Aprendizagem e formação teórica acerca da História, Filosofia e Epistemologia das Ciências. O módulo visa também uma formação sólida do cursista no que concerne à reflexão em torno de atitudes conscientes de sala de aula e diante da concepção de Ciência e da não neutralidade do profissional do ensino em Ciências.

Quadro 1 apresenta as disciplinas ofertadas e a carga horária do Módulo I – Formação Geral.

Componente Curricular	Carga Horária
Introdução aos Ambientes Virtuais de Aprendizagem - IAVA	30h
Teorias Educacionais - TEDU	45h
Avaliação da Aprendizagem - AVAP	45h
História, Filosofia e Epistemologia das Ciências - HFECi	30h
Total CH Módulo I	150h

b) Módulo II – Formação Específica e Metodológica

No módulo II o estudante tem a oportunidade de desenvolver Práticas Interdisciplinares e é apresentado aos Métodos Ativos de Aprendizagem, tais como a Aprendizagem Baseada em Projetos, Projetos Interdisciplinares no estudo de Biologia, Química, Física e Matemática. Ainda serão abordados os diferentes tipos de trabalhos científico-acadêmicos e, sobretudo, a orientação para elaboração do projeto de pesquisa - envolvendo a escrita de seu projeto de pesquisa por meio da escolha do tema, problema, problematização, justificativa, objetivos, fundamentação teórica, métodos, cronograma, orçamento e referências - e sua normalização de acordo com as Normas Brasileiras (NBR) da ABNT.

Neste módulo, apresenta-se aos estudantes, diversas metodologias no Ensino de Ciências, como Resolução de Problemas, Modelagem Matemática, a diferentes Recursos didáticos, aos jogos e ao uso da História das Ciências como estratégia didática-metodológica, à Didática Francesa e suas respectivas teorias e abordagens. O cursista irá desenvolver a conceituação, definição e caracterização dos espaços educativos não-formais, tais como museus, centros de ciência, zoológicos, feiras e mostras científicas, entre outros, ou seja, reconhecer o potencial pedagógico dos espaços não-formais para o processo de ensino-aprendizagem.

O Quadro 2 apresenta as disciplinas ofertadas e a carga horária do Módulo II – Formação Específica e Metodológica:

Quadro 2: Módulo II (150 h)

Componente Curricular	Carga Horária
Práticas Interdisciplinares em Ensino de Ciências e Matemática - PIECEN	30h

Metodologia e Didática no Ensino das Ciências -MEDEC	30h
Espaços Não-Formais no Ensino de Ciências -ENFECI	45h
Metodologia da Pesquisa Científica I -MEPCI	45h
Total CH Módulo II	150h

c) Módulo III – Práticas Interdisciplinares e Pesquisa Científica são apresentadas

No Módulo III (Práticas Interdisciplinares e Pesquisa Científica) o estudante irá analisar a adequação pedagógica do uso de diversas ferramentas tecnológicas, incluindo sites/software de grande divulgação no Ensino-Aprendizagem de Ciências, bem como poderá aprofundar os seus conhecimentos referente ao componentes de metodologia científica.

As disciplinas ofertadas e a carga horária do Módulo III – Práticas Interdisciplinares e Pesquisa Científica são apresentadas abaixo:

Quadro 3: Módulo III (90h)

Componente Curricular	Carga Horária
Metodologia da Pesquisa Científica II -MPCII	45h
Tecnologias Educacionais no Ensino de Ciências -TEECI	45h
Total CH Módulo III	90h

7.1.2- Componentes Curriculares e Ementário

a) Módulo I – Formação Geral

PLANO DE DISCIPLINA	
IDENTIFICAÇÃO	
CURSO: Especialização em Ensino de Ciências	
DISCIPLINA: Introdução aos Ambientes Virtuais de Aprendizagem - IAVA	
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória	CARGA HORÁRIA: 30h
EMENTA	
Fundamentos teóricos e metodológicos da educação a distância. Educação à distância e aprendizagem on-line. Estudar à distância. Ambiente virtual de aprendizagem e mídias interativas. Sistema acadêmico. Exercícios, trabalhos e avaliações na EAD.	
OBJETIVOS Objetivo Geral: Fornecer ao aluno o contato e a compreensão sobre Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem em diferentes contextos e apresentar uma visão geral de suas aplicações. Para além das habilidades instrumentais, busca-se com esta disciplina que os estudantes compreendam o funcionamento de um ambiente virtual de aprendizagem, não apenas como um espaço onde se publicam conteúdos e avisos, mas onde se constrói o conhecimento de forma interativa. Espera-se que a partir dessa percepção, o estudante possa se colocar de forma participativa, questionadora e colaborativa no ambiente virtual das demais disciplinas do curso. Objetivos específicos: • Definir e conceituar Ambiente Virtual de Aprendizagem; • Contextualizar o processo de ensino e aprendizagem em um ambiente virtual; • Apresentar os conceitos e tecnologias de AVAs; • Apresentar e refletir sobre as novas tendências de elearning e e-training corporativos;	
REFERÊNCIAS	
Básicas	

CARAM, N.; BIZELLI, J. L. Aspectos da regulação sobre o ensino a distância no Brasil. Universidade Educacional Paulista, 2017. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9367. Acesso em: 28 jun. 2023. LEMOs II, D. L. Ambiente virtual de ensino-aprendizagem. Instituto Federal de Santa Catarina, 2017. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/206323. Acesso em: 28 jun. 2023. FARIAS, F. R.; DIAS, M. J. Os desafios entre o ensino presencial e o ensino a distância: uma questão de cultura digital e de formação do educador. <i>EAD em Foco</i>, v. 1, n. 1, 14 abr. 2010. Disponível em: https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/9. Acesso em: 29 jun. 2023. Complementares AXT, M. Comunidades virtuais de aprendizagem. <i>Informática na Educação: teoria & prática</i>, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 111–116, jan./jun. 2004. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/InfEducTeoriaPratica/article/view/4943. Acesso em: 29 jun. 2023. TORI, R. Educação sem distância: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5147288/mod_resource/content/1/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Sem%20Dist%C3%A2ncia.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023. MOURA, W. A. O processo de avaliação por meio de um Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. 2020. 50 f. Monografia (Especialização em Ensino de Ciências) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2020. Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/28803. Acesso em: 28 jun. 2023.	
PLANO DE DISCIPLINA	
IDENTIFICAÇÃO	
CURSO: Especialização em Ensino de Ciências	
DISCIPLINA: Teorias Educacionais - TEDU	
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória	CARGA HORÁRIA: 45h
EMENTA	
Teorias psicocognitivas dos processos de aprendizagem. Teorias tecnológicas da educação. Teorias sociocognitivas da educação.	
OBJETIVOS Objetivo Geral: Promover uma iniciação às Teorias Educacionais. Objetivos Específicos: • Apresentar diferenciadas formulações teóricas da educação; • Promover a reflexão e a discussão críticas sobre essas teorias.	
REFERÊNCIAS	
Básicas FREIRE, Paulo. <i>Pedagogia do oprimido</i>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. MUNARI, Alberto. <i>Jean Piaget</i>. Recife: Massangana, 2010. VIGOTSKI, Lev Semionovitch. <i>Psicologia pedagógica</i>. São Paulo: Martins Fontes, 2018. Complementares ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; PRADO, Maria Elizabeth Bianconcini Barbosa. <i>O computador portátil na escola: mudanças e desafios nos processos de ensino e aprendizagem</i>. São Paulo: Avercamp, 2011. CASTRO, Claudio. <i>Textos básicos de sociologia: de Karl Marx a Zygmunt Bauman</i>. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. GONÇALVES, Nadir G.; GONÇALVES, Sandra Aparecida. <i>Pierre Bourdieu: educação para além da reprodução</i>. Petrópolis: Vozes, 2011. SOUZA, Cláudia Regina Brito de; SAMPAIO, Rosane Rocha. <i>Educação, tecnologia e inovação</i>. Salvador: Idifba, 2015. ZIMRING, Franklin. <i>Carl Rogers</i>. Recife: Massangana, 2010.	
PLANO DE DISCIPLINA	
IDENTIFICAÇÃO	
CURSO: Especialização em Ensino de Ciências	
DISCIPLINA: Avaliação da Aprendizagem - AVAP	

UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória		CARGA HORÁRIA: 45h
EMENTA		
Conceito e problemática da avaliação. A avaliação como parte integrante do processo de ensino- aprendizagem: progresso individual do estudante e estratégias de avaliação enquanto momento de estudo. Funções e modelos de avaliação. Construção e utilização de técnicas e instrumentos de avaliação da aprendizagem.		
OBJETIVOS		
Objetivo Geral: Promover uma discussão teórica-reflexiva a respeito da Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem. Objetivos Específicos: • Estudar os fundamentos teóricos, origem, conceitos e definições que orientam o processo avaliativo; • Apresentar possibilidades práticas de aplicação da avaliação da aprendizagem; • Debater a importância do conhecimento e da diversificação dos instrumentos avaliativos.		
REFERÊNCIAS		
Básicas HOFFMANN, Jussara. <i>Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade</i>. Porto Alegre: Mediação, 2019. HOFFMANN, Jussara. <i>Avaliação, mito e desafio: uma perspectiva construtiva</i>. Porto Alegre: Mediação, 2012. LUCKESI, Cipriano Carlos. <i>Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições</i>. São Paulo: Cortez, 2011. Complementares FERNANDES, Domingos. Para uma teoria da avaliação no domínio das aprendizagens. <i>Estudos em Avaliação Educacional</i>, v. 19, n. 41, set./dez. 2008. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/2065. Acesso em: 29 jun. 2023. LIMA, Juliana Andrade. Avaliação da aprendizagem em Química com uso de mapas conceituais. <i>Revista Thema</i>, v. 14, n. 2, p. 37-49, 2017. Disponível em: https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/422. Acesso em: 29 jun. 2023. MORETTO, Vasco Pedro. <i>Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas</i>. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. PERRENOUD, Philippe. <i>As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação</i>. Porto Alegre: Artmed, 2002. PERRENOUD, Philippe. <i>Avaliação: da excelência à regularização das aprendizagens: entre duas lógicas</i>. Porto Alegre: Artmed, 1999.		
PLANO DE DISCIPLINA		
IDENTIFICAÇÃO		
CURSO: Especialização em Ensino de Ciências		
DISCIPLINA: História, Filosofia e Epistemologia das Ciências - HFECi		
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória		CARGA HORÁRIA: 30h
EMENTA		
A relação entre história, ciência e técnica. A ciência na história: as ciências da natureza e humanas. As bases filosóficas da ciência moderna. Abordagens filosóficas da ciência contemporânea. A crise da modernidade. Conhecimento científico, método científico, grandes paradigmas da ciência. A epistemologia e suas contribuições no ensino-aprendizagem. Transposição do saber científico em espaços de ensino. Produção e evolução do conhecimento em Ciências da Natureza . Importância da História, da Filosofia e da Epistemologia das Ciências para o ensino de Ciências.		
OBJETIVOS		
Objetivo Geral: Investigar o itinerário histórico e epistemológico do conhecimento científico à luz da filosofia. Objetivos Específicos: • Estudar a gênese e o desenvolvimento da experiência científica;		

- Apropriar-se dos elementos que caracterizam a natureza do conhecimento e das expressões da ciência
- Pesquisar os principais aspectos metodológicos da matemática e das ciências da natureza;
- Apresentar a leitura crítica da filosofia da ciência acerca de pretensões absolutistas do conhecimento técnico-científico.

REFERÊNCIAS

Básicas

MOTA, Maria do Socorro Lucena. *História, filosofia e epistemologia: a ciência, gênese e desenvolvimento*. João Pessoa: IFPB, 2021.

MOTA, Maria do Socorro Lucena. *História, filosofia e epistemologia: a matemática na história do conhecimento*. João Pessoa: IFPB, 2021.

MOTA, Maria do Socorro Lucena. *História, filosofia e epistemologia: o papel da matemática no desenvolvimento das ciências da natureza*. João Pessoa: IFPB, 2021.

Complementares

COSTA, Fabiano. *Karl Popper: a demarcação e seus contornos na afirmação do conhecimento científico*. 2022. 97 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11864108. Acesso em: 29 jun. 2023.

FEYERABEND, Paul K. *Contra o método*. 2. ed. Tradução: Cezar Augusto. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

HAWKING, Stephen. *Uma breve história do tempo*. Tradução: Cássio de Arantes Leite; revisão técnica: Amâncio Friaça. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

KÖCHE, José Carlos. *Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa*. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MOTA, Maria do Socorro Lucena. *História, filosofia e epistemologia: a revolução científica moderna – seu significado e sua influência*. João Pessoa: IFPB, 2021.

MOTA, Maria do Socorro Lucena. *História, filosofia e epistemologia: por uma filosofia crítica da ciência*. João Pessoa: IFPB, 2021.

b) Formação Específica e Metodológica

PLANO DE DISCIPLINA

IDENTIFICAÇÃO

CURSO: Especialização em Ensino de Ciências

DISCIPLINA: Práticas Interdisciplinares em Ensino de Ciências -PIECEN

UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória

CARGA HORÁRIA: 30h

EMENTA

Conceitos e reflexões sobre interdisciplinaridade. Laboratórios didáticos e experimentação no Ensino. Elaboração de sequências de ensino e avaliação de aulas práticas utilizando materiais didáticos alternativos e abordagem interdisciplinar dos conteúdos. Aprendizagem baseada em projetos. A interdisciplinaridade nos projetos educacionais. Desenvolvimento de projetos interdisciplinares no estudo de Biologia, Química, Física e Matemática .

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Aprofundar o conhecimento e refletir sobre a prática interdisciplinar no contexto escolar e o desenvolvimento da aprendizagem significativa.

Objetivos Específicos:

- Repensar o papel do docente na aprendizagem efetiva dos estudantes;
- Conhecer o histórico do movimento interdisciplinar e os múltiplos conceitos da interdisciplinaridade;
- Refletir sobre a importância e desafios da prática interdisciplinar;
- Promover o diálogo e reflexão sobre diferentes práticas no ensino de Biologia, Química, Física e Matemática;
- Compreender as etapas para elaboração de um projeto interdisciplinar, desde o planejamento até o processo de avaliação;
- Elaborar coletivamente um projeto interdisciplinar relacionado à Química, Física, Biologia e Matemática que possa ser aplicado na Educação Básica.

REFERÊNCIAS

Básicas

BUCK INSTITUTE FOR EDUCATION. *Aprendizagem baseada em projetos: guia para professores de ensino fundamental e médio*. Tradução: Daniel Bueno. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FAZENDA, Ivani Cristina Alves. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. 18. ed. Campinas: Papirus, 2012.

HERNÁNDEZ, Francisco; VENTURA, Mónica. *A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio.* Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZABALA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar.* Porto Alegre: Artmed, 1998.

Complementares

BACICH, Lilian; MORAN, José (Orgs.). *Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática.* Porto Alegre: Penso, 2018.

BORGES-NOJOSA, Darlene Maria; LIMA, Iara Bezerra; RIBEIRO, João W. (Orgs.). *Interdisciplinaridade no ensino de Ciências.* Fortaleza: Imprensa Universitária (UFC), 2018. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/30348/1/2018_liv_dmbnojosa.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

EDITORA POISSON (Org.). *Educação no Século XXI, Vol. 9: Ensino de Ciências.* Belo Horizonte: Poisson, 2018. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/554065>. Acesso em: 28 jun. 2023.

FAZENDA, Ivani Cristina Alves. Interdisciplinaridade: didática e prática de ensino. *Revista Interdisciplinaridade*, n. 6, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/interdisciplinaridade/article/view/22623>. Acesso em: 28 jun. 2023.

FERNANDES, Rafael Furtado. *Educação CTS e Interdisciplinaridade: perspectivas para professores do Ensino Médio.* 2016. 191 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Ensino de Ciências) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/22052>. Acesso em: 28 jun. 2023.

HARTMANN, Ana M. *Desafios e possibilidades da Interdisciplinaridade no Ensino Médio.* 2007. 229 f. Dissertação (Mestrado em Educação, área de concentração Aprendizagem e Trabalho Pedagógico) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_0fd40c035f040f516edebf17f87784e5. Acesso em: 28 jun. 2023.

LAVAQUI, Valéria; BATISTA, Isabel L. Interdisciplinaridade em Ensino de Ciências e no Ensino Médio. *Ciências & Educação*, v. 13, n. 3, p. 399-420, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/RJjxc78XXyctF8RTkrg9xck/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

LUCENA, Renata S. *Laboratório de Ensino.* Fortaleza: UAB/IFCE, 2017. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/429642>. Acesso em: 28 jun. 2023.

OLIVEIRA, Ana C. *Projetos pedagógicos: práticas interdisciplinares: uma abordagem para os temas transversais.* São Paulo: Avercamp, 2005.

OLIVEIRA, Eliane C.; QUARTIERI, Maria T. (Orgs.). *Práticas docentes no ensino de Ciências: possibilidades, reflexões e quebra de paradigmas.* 1. ed. Lajeado: UNIVATES, 2016. Disponível em: https://www.univates.br/editora-univates/media/publicacoes/161/pdf_161.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

PLANO DE DISCIPLINA

IDENTIFICAÇÃO

CURSO: Especialização em Ensino de Ciências

DISCIPLINA: Metodologia e Didática no Ensino das Ciências -MEDEC

UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória

CARGA HORÁRIA: 30h

EMENTA

Resolução de problemas. Modelagem matemática. Jogos e uso da história como recurso didático- metodológico para o ensino de ciências da natureza . Didática francesa: Teoria das situações didáticas, contrato didático, transposição didática, teoria dos campos conceituais e teoria das representações dos registros semióticos. Laboratório de ensino e material didático manipulativo no ensino-aprendizagem de ciências da natureza . Etnomatemática e etnociência. Estudos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - Ensino Fundamental II/ Médio: ciências da natureza .

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Explorar abordagens e estratégias pedagógicas inovadoras para o ensino efetivo das disciplinas de Ciências da Natureza e Matemática, com ênfase na resolução de problemas, modelagem matemática, jogos, uso da história como recurso didático, além de abordagens francesas, laboratório de ensino, etnomatemática, etnociência e estudos da Base Nacional Comum Curricular.

Objetivos Específicos:

- Desenvolver habilidades e competências para a resolução de problemas em Ciências.
- Aplicar técnicas de modelagem matemática para compreender e solucionar problemas nas disciplinas estudadas.
- Utilizar jogos e a história como recursos didáticos para contextualizar os conteúdos e estimular o interesse dos estudantes.
- Compreender e aplicar os conceitos da didática francesa, como a Teoria das Situações Didáticas, Contrato Didático, Transposição Didática, Teoria dos Campos Conceituais e Teoria das Representações dos Registros Semióticos, no ensino das Ciências.
- Explorar o uso de laboratórios de ensino e materiais didáticos manipulativos como recursos pedagógicos para promover a aprendizagem ativa e significativa.
- Reconhecer e valorizar os conhecimentos e práticas culturais dos estudantes por meio da abordagem da etnomatemática e etnociência.

Analisar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no que se refere aos componentes curriculares de Ciências, e refletir sobre sua aplicação no planejamento e desenvolvimento de aulas.

REFERÊNCIAS

Básicas ALLEVATO, N. S. G.; ONUCHIC, L. R. Ensino-aprendizagem-avaliação d: por que através da resolução de problemas. In: ONUCHIC, L. R.; ALLEVATO, N. S. G.; NOGUTI, F. C. H.; JUSTULIN, A. M. (Orgs.). <i>Resolução de problemas: teoria e prática</i>. Jundiaí: Paco Editorial, n. 35, 2014. BERTONE, A. M. A.; BASSANEZI, R. C.; JAFELICE, R. S. M. <i>Modelagem Matemática</i>. Uberlândia: UFU, 2019. BRANDÃO, J. D. P. Ensino aprendizagem de função através da resolução de problemas e representações múltiplas. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciência e Educação Matemática). Campina Grande: UEPB, 2014. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEPB_8ca3ab263ae7070da76c49f2f2e86b66. Acesso em: 29 jun. 2023. ETD. Dossiê sobre Etnomatemática na revista eletrônica ETD - Educação Temática Digital, Campinas, v. 19, n. 3, 2017. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/issue/view/1404. Acesso em: 28 jun. 2023. JACOBINI, O. R.; WODEWOTZKI, M. L. L. Uma reflexão sobre a modelagem matemática no contexto da educação matemática crítica. <i>Boletim de Educação Matemática</i>, v. 19, n. 25, p. 1-16, 2006. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/bolema/article/view/1876. Acesso em: 29 jun. 2023. MURARI, C. Experienciando materiais manipulativos para o ensino e a aprendizagem da Matemática. <i>Boletim de Educação Matemática</i>, v. 25, n. 41, p. 187-211, 2011. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/bolema/article/view/5744. Acesso em: 29 jun. 2023. PITANGA, A. F.; SANTOS, H. B.; GUEDES, J. T.; FERREIRA, W. M.; SANTOS, L. D. História da Ciência nos livros didáticos de Química: eletroquímica como objeto de investigação. <i>Química Nova na Escola</i>, v. 36, n. 1, p. 11-17, 2014. Disponível em: http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc36_1/04-HQ-168-12.pdf. Acesso em: 29 jun. 2023.	
Complementares SILVA, A. A. Do movimento da matemática moderna à etnomatemática: um passeio sobre a história da educação matemática no Brasil a partir de 1950. <i>Anais IX Semana de VI Semana de Física</i>, p. 92-102, 2009. Disponível em: https://1library.org/article/movimento-matem%C3%A1tica-moderna-etnomatem%C3%A1tica-passeio-hist%C3%B3ria-educa%C3%A7%C3%A3o-matem%C3%A1tica.zw5km5vz. Acesso em: 28 jun. 2023. SILVEIRA, E. <i>Modelagem matemática em educação no Brasil: entendendo o universo de teses e dissertações</i>. Dissertação (Mestrado em Educação). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2007. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/11568. Acesso em: 29 jun. 2023. ZUFFI, E. M.; ONUCHIC, L. R. O ensino-aprendizagem d através da Resolução de Problemas e os processos cognitivos superiores. <i>Unión-Revista Iberoamericana de Educación Matemática</i>, v. 3, n. 11, 2007. Disponível em: https://union.fespm.es/index.php/UNION/article/view/1244. Acesso em: 29 jun. 2023.	
PLANO DE DISCIPLINA	
IDENTIFICAÇÃO	
CURSO: Especialização em Ensino de Ciências	
DISCIPLINA: Espaços Não-Formais no Ensino de Ciências -ENFECI	
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória	CARGA HORÁRIA: 45h
EMENTA	
Definição e caracterização de espaços educativos não-formais, tais como museus, centros de ciência, zoológicos, feiras e mostras científicas, entre outros. Reconhecimento do potencial pedagógico dos espaços não-formais. Reflexões sobre o processo de ensino-aprendizagem em espaços de educação não-formal. Planejamento, execução e avaliação de situações de ensino em espaços não-formais.	
OBJETIVOS Objetivo Geral: Conceituar e analisar os espaços não-formais como estratégias para formação escolar e científica dos estudantes da educação básica. Objetivos Específicos: • Conceituar os espaços eventos científicos e não-formais de educação; • Identificar as contribuições, no processo de ensino-aprendizagem, das feiras e mostras científicas, bem como dos espaços não-formais; • Avaliar o processo de ensino-aprendizagem desenvolvida nos espaços não-formais de educação.	
REFERÊNCIAS	
Básicas ARANTES, V. A. Educação formal e não formal. São Paulo: Summus, 2008. BARBIERI, M. R. (Coord.) Laboratório de Ensino de Ciências: 20 anos de história. Ribeirão Preto, SP: Holos, 2002. BARBIERI, M. R. (Coord.) Aulas de Ciências: Projeto LEC-PEC de Ensino de Ciências. Ribeirão Preto, SP: Holos, 1999.	

Complementares CAZELLI, S. et al. Alfabetismo científico: um movimento recorrente e mutável. In: GUIMARÃES, V. F.; SILVA, G. A. da (Org.). <i>Workshop: educação, museus e centros de ciência</i>. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. CHAGAS, I. Aprendizagem não formal/formal das ciências: relações entre museus de ciência e escolas. <i>Revista de Educação</i>, Lisboa, v. 3, n. 1, p. 51-59, 1993. FEDERSONI, P. A. J. Educação Não Formal. Museus e a Linguagem Não Verbal. <i>Biológico</i>, São Paulo, v. 65, n. 1/2, p. 105-107, jan./dez. 2003. GASPAR, A.; HAMBURGER, E. W. Museus e centros de ciências: conceituações e propostas de um referencial teórico. In: NARDI, R. (Org.). <i>Pesquisas em Ensino de Física</i>. 2. ed. São Paulo: Escrituras, 2001. (Educação para a ciência). GOHN, M. da G. Educação não-formal e cultura política: impacto sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 1999. GOHN, M. da G. Educação não formal e o educador social. São Paulo: Cortez Editora, 2010. GUIMARÃES, M.; VASCONCELLOS, M. M. N. Relações entre educação ambiental e educação em ciências na complementaridade dos espaços formais e não formais de educação. <i>Educar</i>, Curitiba, n. 27, p. 147-162, 2006. MARANDINO, M. Perspectivas da pesquisa educacional em museus de ciência. In: SANTOS, F. M. T.; GRECA, I. M. (Org.). <i>A Pesquisa em Ensino de Ciências no Brasil e suas Metodologias</i>. Ijuí, RS: Unijuí, 2007.	
PLANO DE DISCIPLINA	
IDENTIFICAÇÃO	
CURSO: Especialização em Ensino de Ciências	
DISCIPLINA: Metodologia da Pesquisa Científica I -MEPCI	
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória	CARGA HORÁRIA: 45h
EMENTA	
Tipos de trabalhos acadêmicos e científicos. Ciência e conhecimento científico. Pesquisa científica: conceito e características. Normalização dos trabalhos acadêmicos conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) elaboradas no Comitê Brasileiro de Documentação e Informação (ABNT/CB-14). Projeto de pesquisa científica: elementos pré- textuais, textuais e pós-textuais. O tema e sua delimitação. Problema x problematização. Justificativa, hipótese e objetivos da pesquisa. Levantamento bibliográfico preliminar/Referencial teórico. Abordagem: qualitativa e quantitativa.	
OBJETIVOS Objetivo Geral: Orientar os discentes na elaboração de um projeto de pesquisa (preferencialmente um projeto de intervenção em sala de aula) na área de Ensino de Ciências e Matemática com seus elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, habilitando-os para a elaboração/defesa do TCC. Objetivos Específicos: • Conhecer os tipos de trabalhos acadêmicos e científicos; • Conceituar ciência, conhecimento científico, pesquisa e projeto de pesquisa; • Apresentar os elementos essenciais que compõem a elaboração de um projeto de pesquisa conforme a ABNT NBR 15287/2011; • Reconhecer os tipos de pesquisa compreendendo o exercício da escrita como artifício constitutivo da produção e expressão do conhecimento;	
REFERÊNCIAS	
Básicas ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 15287: Informação e documentação – Projeto de pesquisa – Apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro, 2011. GIL, Antônio Carlos. <i>Como elaborar projetos de pesquisa</i>. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. <i>Fundamentos de metodologia científica</i>. Atualização João Bosco Medeiros. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. Complementares ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 6023: Informação e documentação – Referências – Elaboração. 2. ed. Rio de Janeiro, 2018. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 6024: Informação e documentação – Numeração progressiva das seções de um documento – Apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro, 2012. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 6027: Informação e documentação – Sumário – Apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro, 2012. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 10520: Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2002. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 14724: Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. 3. ed. Rio de Janeiro, 2011. KOCHE, José Carlos. <i>Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa</i>. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.	

PLANO DE DISCIPLINA		
IDENTIFICAÇÃO		
CURSO: Especialização em Ensino de Ciências		
DISCIPLINA: Metodologia da Pesquisa Científica II - MPCII		
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória	CARGA HORÁRIA: 45h	
EMENTA		
Tipos de pesquisa: a pesquisa experimental, quase experimental e pré-experimental. Pesquisas exploratórias, descritivas e explicativas. Pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Variáveis. Definições metodológicas: universo, amostragem (probabilísticas e não probabilísticas) e amostra. Coleta de dados. Técnicas de pesquisa. Análise de dados. Aspectos éticos da pesquisa. Cronograma. Orçamento. Pesquisa de trabalhos acadêmicos e científicos no Portal de Periódicos da Capes. Orientação para o desenvolvimento de projeto de pesquisa que desencadeará na elaboração de Artigo Científico de acordo com os referenciais e procedimentos metodológicos da pesquisa científica e ABNT, e conforme as linhas de pesquisa definidas para esta pós-graduação.		
OBJETIVOS		
Objetivo Geral: Orientar os discentes na elaboração de um projeto de pesquisa (preferencialmente um projeto de intervenção em sala de aula) na área de Ensino de Ciências e Matemática com seus elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, habilitando-os para a elaboração/defesa do TCC. Objetivos Específicos: • Reconhecer os tipos de pesquisa compreendendo o exercício da escrita como artifício constitutivo da produção e expressão do conhecimento; • Identificar técnicas de pesquisa; • Apresentar as Normas Brasileiras (NBR) da ABNT indispensáveis para a elaboração do Projeto de Pesquisa;		
REFERÊNCIAS		
Básicas GIL, Antônio Carlos. <i>Como elaborar projetos de pesquisa</i>. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. <i>Fundamentos da metodologia científica</i>. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. MACHADO, Ana Raquel. <i>Planejar gêneros acadêmicos</i>. Coord. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. Complementares GIL, A. C. <i>Métodos e Técnicas de Pesquisa Social</i>. São Paulo: Editora Atlas, 5ª ed., 1999. KOCHE, J. C. <i>Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa</i>. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. OLIVEIRA NETTO, A. A. <i>Metodologia da pesquisa científica: guia prático para apresentação de trabalhos acadêmicos</i>. 3. ed. Florianópolis: Visual Books, 2008. PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. <i>Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico</i>. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. SANTOS, A. R. <i>Metodologia científica: a construção do conhecimento</i>. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.		
PLANO DE DISCIPLINA		
IDENTIFICAÇÃO		
CURSO: Especialização em Ensino de Ciências		
DISCIPLINA: Tecnologias Educacionais no Ensino de Ciências - TEECI		
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória	CARGA HORÁRIA: 45h	
EMENTA		

Utilização das tecnologias digitais no processo de ensino e aprendizagem de Ciências . Análise e discussão sobre o papel das tecnologias digitais no ensino de Ciências . Análise de aplicativos, jogos digitais, softwares, redes sociais, sites, ambientes virtuais de aprendizagem, dispositivos móveis e de como eles podem contribuir para o ensino e aprendizagem de Ciências .

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Prover o aluno de conhecimentos e habilidades para o uso de tecnologias digitais em sala de aula voltado para o ensino de Ciências.

Objetivos Específicos:

- Discutir e analisar as principais teorias educacionais vigentes sobre a utilização das tecnologias digitais aplicadas à educação;
- Utilizar as tecnologias digitais para desenvolver atividades didático-pedagógicas direcionadas a alunos do Ensino Fundamental e Médio;
- Compreender como as tecnologias digitais podem contribuir para as metodologias ativas nas práticas pedagógicas;
- Discutir e analisar as intencionalidades pedagógicas das tecnologias digitais como também suas adequações e possíveis limitações como metodologia de ensino;

REFERÊNCIAS

Básicas

DAY, George S.; SCHOEMAKER, Paul JH; GUNTHER, Robert E.

Gestão de Tecnologias Emergentes: A visão de Wharton School. Bookman Editora, 2009.

BACICH, Lilian; NETO, Adolfo Tanzi; DE MELLO TREVISANI, Fernando.

Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação. Penso Editora, 2015.

ROCHA, K. M.; OLIVEIRA, A. L. T.; MENEZES JÚNIOR, J. A. M.; MÜLLER, J.

Tecnologias educacionais em rede: desafios e possibilidades para a formação de professores. Revista Internacional de Aprendizaje en Ciencia, Matemáticas y Tecnología, v. 3, n. 2, p. 111-119, 2016. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6370669>. Acesso em: 20 jun. 2023.

Complementares

GARUTTI, S.; FERREIRA, V. L.

Uso das tecnologias de informação e comunicação na educação.

Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, v. 20, n. 2, p. 355-372, jul./dez., 2015. Disponível em

<https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revcesumar/article/view/3973>. Acesso em 20 jun. 2023.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A.

Novas tecnologias e mediação pedagógica. 21. ed.

Campinas: Papirus, 2013. Disponível em

https://www.academia.edu/10222269/Moran_Masetto_e_Behrens_NOVAS_TECNOLOGIAS_E_MEDIA%C3%87AO_PEDAGOGICA. Acesso em: 20 jun. 2023.

PEREIRA, C. C. M.; COSTA, A. C.; ALVES, F. J. C.

O uso de Tecnologias no Ensino d. Volume 1, Universidade do Estado do Pará, Programa de Mestrado Profissional em Ensino d (PMPEM/UEPA), 2019. Disponível em

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/554107/1/Livro%20O%20uso%20de%20Tecnologias%20no%20Ensino%20de%20Matem%C3%A1tica%20-%20Volume%201.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SARTORI, A. R.; PRADO, E. C.

Tecnologias virtuais na educação incidindo no universo simbólico do professor.

Conjectura: Filosofia Educação, v. 18, n. 1, p. 150-163, 2013.

Disponível em <https://philpapers.org/rec/RITTVN>. Acesso em: 20 jun. 2023.

7.2 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PROCESSO FORMATIVO

MÓDULO I

Teorias
Educativas (45h)

Introdução aos
Ambientes Virtuais de
Aprendizagem (30h)

Avaliação da
Aprendizagem (45h)

História, Filosofia e Epistemologia
das Ciências (30h)

MÓDULO II

Práticas Interdisciplinares em
Ensino de Ciências e Matemática
(30h)

Metodologia e Didática no Ensino
das Ciências e Matemática
(30h)

Espaços Não-Formais no Ensino
de Ciências (45h)

Metodologia da Pesquisa
Científica I (45h)

MÓDULO III

Metodologia da Pesquisa
Científica II (45h)

Tecnologias Educacionais no
Ensino de Ciências e
Matemática (45h)

7.3 Ementário

a) Módulo I – Formação Geral

PLANO DE DISCIPLINA	
IDENTIFICAÇÃO	
CURSO: Especialização em Ensino de Ciências	
DISCIPLINA: Introdução aos Ambientes Virtuais de Aprendizagem -IAVA	
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória	CARGA HORÁRIA: 30h
EMENTA	
Fundamentos teóricos e metodológicos da educação a distância. Educação à distância e aprendizagem on-line. Estudar à distância. Ambiente virtual de aprendizagem e mídias interativas. Sistema acadêmico. Exercícios, trabalhos e avaliações na EAD.	
REFERÊNCIAS	
Básicas CARAM, N.; BIZELLI, J. L. Aspectos da regulação sobre o ensino a distância no Brasil. Universidade Educacional Paulista, 2017. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9367. Acesso em: 28 jun. 2023. LEMOES II, D. L. Ambiente virtual de ensino-aprendizagem. Instituto Federal de Santa Catarina, 2017. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/206323. Acesso em: 28 jun. 2023. FARIAS, F. R.; DIAS, M. J. Os desafios entre o ensino presencial e o ensino a distância: uma questão de cultura digital e de formação do educador. <i>EAD em Foco</i>, v. 1, n. 1, 14 abr. 2010. Disponível em: https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/9. Acesso em: 29 jun. 2023. Complementares AXT, M. Comunidades virtuais de aprendizagem. <i>Informática na Educação: teoria & prática</i>, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 111–116, jan./jun. 2004. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/InfEducTeoriaPratica/article/view/4943. Acesso em: 29 jun. 2023. TORI, R. Educação sem distância: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5147288/mod_resource/content/1/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Sem%20Dist%C3%A2ncia.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023. MOURA, W. A. O processo de avaliação por meio de um Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. 2020. 50 f. Monografia (Especialização em Ensino de Ciências) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2020. Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/28803. Acesso em: 28 jun. 2023.	
PLANO DE DISCIPLINA	
IDENTIFICAÇÃO	
CURSO: Especialização em Ensino de Ciências	
DISCIPLINA: Teorias Educacionais - TEDU	
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória	CARGA HORÁRIA: 45h
EMENTA	
Teorias psicocognitivas dos processos de aprendizagem. Teorias tecnológicas da educação. Teorias sociocognitivas da educação.	
REFERÊNCIAS	
Básicas FREIRE, Paulo. <i>Pedagogia do oprimido</i>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. MUNARI, Alberto. <i>Jean Piaget</i>. Recife: Massangana, 2010. VIGOTSKI, Lev Semionovitch. <i>Psicologia pedagógica</i>. São Paulo: Martins Fontes, 2018. Complementares ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; PRADO, Maria Elizabeth Bianconcini Barbosa. <i>O computador portátil na escola: mudanças e desafios</i>	

nos processos de ensino e aprendizagem. São Paulo: Avercamp, 2011.

CASTRO, Claudio. *Textos básicos de sociologia: de Karl Marx a Zygmunt Bauman*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

GONÇALVES, Nadir G.; GONÇALVES, Sandra Aparecida. *Pierre Bourdieu: educação para além da reprodução*. Petrópolis: Vozes, 2011.

SOUZA, Cláudia Regina Brito de; SAMPAIO, Rosane Rocha. *Educação, tecnologia e inovação*. Salvador: Idifba, 2015.

ZIMRING, Franklin. *Carl Rogers*. Recife: Massangana, 2010.

PLANO DE DISCIPLINA

IDENTIFICAÇÃO

CURSO: Especialização em Ensino de Ciências

DISCIPLINA: Avaliação da Aprendizagem -AVAP

UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória

CARGA HORÁRIA: 45h

EMENTA

Conceito e problemática da avaliação. A avaliação como parte integrante do processo de ensino- aprendizagem: progresso individual do estudante e estratégias de avaliação enquanto momento de estudo. Funções e modelos de avaliação. Construção e utilização de técnicas e instrumentos de avaliação da aprendizagem.

REFERÊNCIAS

Básicas

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade*. Porto Alegre: Mediação, 2019.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação, mito e desafio: uma perspectiva construtiva*. Porto Alegre: Mediação, 2012.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. São Paulo: Cortez, 2011.

Complementares

FERNANDES, Domingos. Para uma teoria da avaliação no domínio das aprendizagens. *Estudos em Avaliação Educacional*, v. 19, n. 41, set./dez. 2008. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/ea/article/view/2065>. Acesso em: 29 jun. 2023.

LIMA, Juliana Andrade. Avaliação da aprendizagem em Química com uso de mapas conceituais. *Revista Thema*, v. 14, n. 2, p. 37-49, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/422>. Acesso em: 29 jun. 2023.

MORETTO, Vasco Pedro. *Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

PERRENOUD, Philippe. *As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PERRENOUD, Philippe. *Avaliação: da excelência à regularização das aprendizagens: entre duas lógicas*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PLANO DE DISCIPLINA

IDENTIFICAÇÃO

CURSO: Especialização em Ensino de Ciências

DISCIPLINA: História, Filosofia e Epistemologia das Ciências - HFECI

UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória

CARGA HORÁRIA: 30h

EMENTA

A relação entre história, ciência e técnica. A ciência na história: as ciências da natureza e humanas. As bases filosóficas da ciência moderna. Abordagens filosóficas da ciência contemporânea. A crise da modernidade. Conhecimento científico, método científico, grandes paradigmas da ciência. A epistemologia e suas contribuições no ensino-aprendizagem. Transposição do saber científico em espaços de ensino. Produção e evolução do conhecimento em Ciências da Natureza . Importância da História, da Filosofia e da Epistemologia das Ciências para o ensino de Ciências.

REFERÊNCIAS

Básicas

MOTA, Maria do Socorro Lucena. *História, filosofia e epistemologia: a ciência, gênese e desenvolvimento.* João Pessoa: IFPB, 2021.

MOTA, Maria do Socorro Lucena. *História, filosofia e epistemologia: a matemática na história do conhecimento.* João Pessoa: IFPB, 2021.

MOTA, Maria do Socorro Lucena. *História, filosofia e epistemologia: o papel da matemática no desenvolvimento das ciências da natureza.* João Pessoa: IFPB, 2021.

Complementares

COSTA, Fabiano. *Karl Popper: a demarcação e seus contornos na afirmação do conhecimento científico.* 2022. 97 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11864108. Acesso em: 29 jun. 2023.

FEYERABEND, Paul K. *Contra o método.* 2. ed. Tradução: Cezar Augusto. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

HAWKING, Stephen. *Uma breve história do tempo.* Tradução: Cássio de Arantes Leite; revisão técnica: Amâncio Friaça. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

KÖCHE, José Carlos. *Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa.* 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MOTA, Maria do Socorro Lucena. *História, filosofia e epistemologia: a revolução científica moderna – seu significado e sua influência.* João Pessoa: IFPB, 2021.

MOTA, Maria do Socorro Lucena. *História, filosofia e epistemologia: por uma filosofia crítica da ciência.* João Pessoa: IFPB, 2021.

b) Formação Específica e Metodológica

PLANO DE DISCIPLINA	
IDENTIFICAÇÃO	
CURSO: Especialização em Ensino de Ciências	
DISCIPLINA: Práticas Interdisciplinares em Ensino de Ciências -PIECEN	
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória	CARGA HORÁRIA: 30h
EMENTA	
Conceitos e reflexões sobre interdisciplinaridade. Laboratórios didáticos e experimentação no Ensino. Elaboração de sequências de ensino e avaliação de aulas práticas utilizando materiais didáticos alternativos e abordagem interdisciplinar dos conteúdos. Aprendizagem baseada em projetos. A interdisciplinaridade nos projetos educacionais. Desenvolvimento de projetos interdisciplinares no estudo de Biologia, Química, Física e Matemática .	
REFERÊNCIAS	
Básicas BUCK INSTITUTE FOR EDUCATION. <i>Aprendizagem baseada em projetos: guia para professores de ensino fundamental e médio.</i> Tradução: Daniel Bueno. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. FAZENDA, Ivani Cristina Alves. <i>Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa.</i> 18. ed. Campinas: Papirus, 2012. HERNÁNDEZ, Francisco; VENTURA, Mônica. <i>A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio.</i> Porto Alegre: Artmed, 1998. ZABALA, Antoni. <i>A prática educativa: como ensinar.</i> Porto Alegre: Artmed, 1998.	
Complementares BACICH, Lilian; MORAN, José (Orgs.). <i>Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática.</i> Porto Alegre: Penso, 2018. BORGES-NOJOSA, Darlene Maria; LIMA, Iara Bezerra; RIBEIRO, João W. (Orgs.). <i>Interdisciplinaridade no ensino de Ciências.</i> Fortaleza: Imprensa Universitária (UFC), 2018. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/30348/1/2018_liv_dmbnojosa.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023. EDITORA POISSON (Org.). <i>Educação no Século XXI, Vol. 9: Ensino de Ciências.</i> Belo Horizonte: Poisson, 2018. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/554065. Acesso em: 28 jun. 2023. FAZENDA, Ivani Cristina Alves. <i>Interdisciplinaridade: didática e prática de ensino.</i> <i>Revista Interdisciplinaridade</i>, n. 6, 2015. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/interdisciplinaridade/article/view/22623. Acesso em: 28 jun. 2023. FERNANDES, Rafael Furtado. <i>Educação CTS e Interdisciplinaridade: perspectivas para professores do Ensino Médio.</i> 2016. 191 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Ensino de Ciências) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/22052. Acesso em: 28 jun. 2023. HARTMANN, Ana M. <i>Desafios e possibilidades da Interdisciplinaridade no Ensino Médio.</i> 2007. 229 f. Dissertação (Mestrado em Educação, área de concentração Aprendizagem e Trabalho Pedagógico) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_0fd40c035f040f516edebf17f87784e5. Acesso em: 28 jun. 2023. LAVAQUI, Valéria; BATISTA, Isabel L. <i>Interdisciplinaridade em Ensino de Ciências e no Ensino Médio.</i> <i>Ciências & Educação</i>, v. 13, n. 3, p. 399-420, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ciedu/a/RJjxc78XXyctF8RTkrg9xck/. Acesso em: 28 jun. 2023.	

LUCENA, Renata S. *Laboratório de Ensino*. Fortaleza: UAB/IFCE, 2017. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/429642>. Acesso em: 28 jun. 2023.

OLIVEIRA, Ana C. *Projetos pedagógicos: práticas interdisciplinares: uma abordagem para os temas transversais*. São Paulo: Avercamp, 2005.

OLIVEIRA, Eliane C.; QUARTIERI, Maria T. (Orgs.). *Práticas docentes no ensino de Ciências: possibilidades, reflexões e quebra de paradigmas*. 1. ed. Lajeado: UNIVATES, 2016. Disponível em: https://www.univates.br/editora-univates/media/publicacoes/161/pdf_161.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

PLANO DE DISCIPLINA

IDENTIFICAÇÃO

CURSO: Especialização em Ensino de Ciências

DISCIPLINA: Metodologia e Didática no Ensino das Ciências - -MEDEC

UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória

CARGA HORÁRIA: 30h

EMENTA

Resolução de problemas. Modelagem matemática. Jogos e uso da história como recurso didático- metodológico para o ensino de ciências da natureza . Didática francesa: Teoria das situações didáticas, contrato didático, transposição didática, teoria dos campos conceituais e teoria das representações dos registros semióticos. Laboratório de ensino e material didático manipulativo no ensino-aprendizagem de ciências da natureza . Etnomatemática e etnociência. Estudos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - Ensino Fundamental II/ Médio: ciências da natureza .

REFERÊNCIAS

Básicas

ALLEVATO, N. S. G.; ONUCHIC, L. R. Ensino-aprendizagem-avaliação d: por que através da resolução de problemas. In: ONUCHIC, L. R.; ALLEVATO, N. S. G.; NOGUTI, F. C. H.; JUSTULIN, A. M. (Orgs.). *Resolução de problemas: teoria e prática*. Jundiaí: Paco Editorial, n. 35, 2014.

BERTONE, A. M. A.; BASSANEZI, R. C.; JAFELICE, R. S. M. *Modelagem Matemática*. Uberlândia: UFU, 2019.

BRANDÃO, J. D. P. Ensino aprendizagem de função através da resolução de problemas e representações múltiplas. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciência e Educação Matemática). Campina Grande: UEPB, 2014. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEPB_8ca3ab263ae7070da76c49f2f2e86b66. Acesso em: 29 jun. 2023.

ETD. Dossiê sobre Etnomatemática na revista eletrônica ETD - Educação Temática Digital, Campinas, v. 19, n. 3, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/issue/view/1404>. Acesso em: 28 jun. 2023.

JACOBINI, O. R.; WODEWOTZKI, M. L. L. Uma reflexão sobre a modelagem matemática no contexto da educação matemática crítica. *Boletim de Educação Matemática*, v. 19, n. 25, p. 1-16, 2006. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/bolema/article/view/1876>. Acesso em: 29 jun. 2023.

MURARI, C. Experienciando materiais manipulativos para o ensino e a aprendizagem da Matemática. *Boletim de Educação Matemática*, v. 25, n. 41, p. 187-211, 2011. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/bolema/article/view/5744>. Acesso em: 29 jun. 2023.

PITANGA, A. F.; SANTOS, H. B.; GUEDES, J. T.; FERREIRA, W. M.; SANTOS, L. D. História da Ciência nos livros didáticos de Química: eletroquímica como objeto de investigação. *Química Nova na Escola*, v. 36, n. 1, p. 11-17, 2014. Disponível em: http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc36_1/04-HQ-168-12.pdf. Acesso em: 29 jun. 2023.

SILVA, A. A. Do movimento da matemática moderna à etnomatemática: um passeio sobre a história da educação matemática no Brasil a partir de 1950. *Anais IX Semana de VI Semana de Física*, p. 92-102, 2009. Disponível em: <https://1library.org/article/movimento-matem%C3%A1tica-moderna-etnomatem%C3%A1tica-passeio-hist%C3%B3ria-educa%C3%A7%C3%A3o-matem%C3%A1tica.zw5km5vz>. Acesso em: 28 jun. 2023.

SILVEIRA, E. *Modelagem matemática em educação no Brasil: entendendo o universo de teses e dissertações*. Dissertação (Mestrado em Educação). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2007. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/11568>. Acesso em: 29 jun. 2023.

ZUFFI, E. M.; ONUCHIC, L. R. O ensino-aprendizagem d através da Resolução de Problemas e os processos cognitivos superiores. *Unión-Revista Iberoamericana de Educación Matemática*, v. 3, n. 11, 2007. Disponível em: <https://union.fespm.es/index.php/UNION/article/view/1244>. Acesso em: 29 jun. 2023.

Complementares

ALLEVATO, N. S. G.; ONUCHIC, L. R. Ensino-aprendizagem-avaliação d: por que através da resolução de problemas. In: ONUCHIC, L. R.; ALLEVATO, N. S. G.; NOGUTI, F. C. H.; JUSTULIN, A. M. (Orgs.). *Resolução de problemas: teoria e prática*. Jundiaí: Paco Editorial, n. 35, 2014.

BERTONE, A. M. A.; BASSANEZI, R. C.; JAFELICE, R. S. M. *Modelagem Matemática*. Uberlândia: UFU, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/25315/1/Modelagem%20Matem%C3%A1tica.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2023.

BRANDÃO, J. D. P. Ensino aprendizagem de função através da resolução de problemas e representações múltiplas. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciência e Educação Matemática). Campina Grande: UEPB, 2014. Disponível em: <https://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/2122>. Acesso em: 29 jun. 2023.

ETD. Dossiê sobre Etnomatemática na revista eletrônica ETD - Educação Temática Digital, Campinas, v. 19, n. 3, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/issue/view/1404>. Acesso em: 28 jun. 2023.

JACOBINI, O. R.; WODEWOTZKI, M. L. L. Uma reflexão sobre a modelagem matemática no contexto da educação matemática crítica. *Boletim de Educação Matemática*, v. 19, n. 25, p. 1-16, 2006. Disponível em: https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_doaj_primary_oai_doaj_org_article_5e2695f0f89c47b582c17293ff0c2f5f. Acesso em: 29 jun. 2023.

2023.

MARTINS, S. R.; SILVA, A. A. *Modelagem Matemática*. Cáceres: Layout Gráfica, 2021. Disponível em: <http://portal.unemat.br/media/files/Modelagem%20matem%C3%A1tica.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2023.

MURARI, C. Experienciando materiais manipulativos para o ensino e a aprendizagem da Matemática. *Boletim de Educação Matemática*, v. 25, n. 41, p. 187-211, 2011. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/bolema/article/view/5744>. Acesso em: 29 jun. 2023.

PITANGA, A. F.; SANTOS, H. B.; GUEDES, J. T.; FERREIRA, W. M.; SANTOS, L. D. História da Ciência nos livros didáticos de Química: eletroquímica como objeto de investigação. *Química Nova na Escola*, v. 36, n. 1, p. 11-17, 2014. Disponível em: http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc36_1/04-HQ-168-12.pdf. Acesso em: 29 jun. 2023.

SILVA, A. A. Do movimento da matemática moderna à etnomatemática: um passeio sobre a história da educação matemática no Brasil a partir de 1950. *Anais IX Semana de VI Semana de Física*, p. 92-102, 2009. Disponível em: <https://1library.org/article/movimento-matem%C3%A1tica-moderna-etnomatem%C3%A1tica-passeio-hist%C3%B3ria-educa%C3%A7%C3%A3o-matem%C3%A1tica.zw5km5vz>. Acesso em: 28 jun. 2023.

SILVEIRA, E. *Modelagem matemática em educação no Brasil: entendendo o universo de teses e dissertações*. Dissertação (Mestrado em Educação). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2007. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/11568>. Acesso em: 29 jun. 2023.

ZUFFI, E. M.; ONUCHIC, L. R. O ensino-aprendizagem através da Resolução de Problemas e os processos cognitivos superiores. *Unión-Revista Iberoamericana de Educación Matemática*, v. 3, n. 11, 2007. Disponível em: <https://union.fespm.es/index.php/UNION/article/view/1244>. Acesso em: 29 jun. 2023.

PLANO DE DISCIPLINA

IDENTIFICAÇÃO

CURSO: Especialização em Ensino de Ciências

DISCIPLINA: Espaços Não-Formais no Ensino de Ciências - ENFECI

UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória

CARGA HORÁRIA: 45h

EMENTA

Definição e caracterização de espaços educativos não-formais, tais como museus, centros de ciência, zoológicos, feiras e mostras científicas, entre outros. Reconhecimento do potencial pedagógico dos espaços não-formais. Reflexões sobre o processo de ensino-aprendizagem em espaços de educação não-formal. Planejamento, execução e avaliação de situações de ensino em espaços não-formais.

REFERÊNCIAS

Básicas

ARANTES, V. A. Educação formal e não formal. São Paulo: Summus, 2008.

BARBIERI, M. R. (Coord.) Laboratório de Ensino de Ciências: 20 anos de história. Ribeirão Preto, SP: Holos, 2002.

BARBIERI, M. R. (Coord.) Aulas de Ciências: Projeto LEC-PEC de Ensino de Ciências. Ribeirão Preto, SP: Holos, 1999.

Complementares

CAZELLI, S. et al. Alfabetismo científico: um movimento recorrente e mutável. In: GUIMARÃES, V. F.; SILVA, G. A. da (Org.). *Workshop: educação, museus e centros de ciência*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

CHAGAS, I. Aprendizagem não formal/formal das ciências: relações entre museus de ciência e escolas. *Revista de Educação*, Lisboa, v. 3, n. 1, p. 51-59, 1993.

FEDERSONI, P. A. J. Educação Não Formal. Museus e a Linguagem Não Verbal. *Biológico*, São Paulo, v. 65, n. 1/2, p. 105-107, jan./dez. 2003.

GASPAR, A.; HAMBURGER, E. W. Museus e centros de ciências: conceituações e propostas de um referencial teórico. In: NARDI, R. (Org.). *Pesquisas em Ensino de Física*. 2. ed. São Paulo: Escrituras, 2001. (Educação para a ciência).

GOHN, M. da G. Educação não-formal e cultura política: impacto sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 1999.

GOHN, M. da G. Educação não formal e o educador social. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

GUIMARÃES, M.; VASCONCELLOS, M. M. N. Relações entre educação ambiental e educação em ciências na complementaridade dos espaços formais e não formais de educação. *Educar*, Curitiba, n. 27, p. 147-162, 2006.

MARANDINO, M. Perspectivas da pesquisa educacional em museus de ciência. In: SANTOS, F. M. T.; GRECA, I. M. (Org.). *A Pesquisa em Ensino de Ciências no Brasil e suas Metodologias*. Ijuí, RS: Unijuí, 2007.

PLANO DE DISCIPLINA

IDENTIFICAÇÃO

CURSO: Especialização em Ensino de Ciências

DISCIPLINA: Metodologia da Pesquisa Científica I - MEPCI

UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória	CARGA HORÁRIA: 45h
EMENTA	
Tipos de trabalhos acadêmicos e científicos. Ciência e conhecimento científico. Pesquisa científica: conceito e características. Normalização dos trabalhos acadêmicos conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) elaboradas no Comitê Brasileiro de Documentação e Informação (ABNT/CB-14). Projeto de pesquisa científica: elementos pré- textuais, textuais e pós-textuais. O tema e sua delimitação. Problema x problematização. Justificativa, hipótese e objetivos da pesquisa. Levantamento bibliográfico preliminar/Referencial teórico. Abordagem: qualitativa e quantitativa.	
REFERÊNCIAS	
Básicas ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 15287: Informação e documentação – Projeto de pesquisa – Apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro, 2011. GIL, Antônio Carlos. <i>Como elaborar projetos de pesquisa</i>. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. <i>Fundamentos de metodologia científica</i>. Atualização João Bosco Medeiros. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. Complementares ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 6023: Informação e documentação – Referências – Elaboração. 2. ed. Rio de Janeiro, 2018. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 6024: Informação e documentação – Numeração progressiva das seções de um documento – Apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro, 2012. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 6027: Informação e documentação – Sumário – Apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro, 2012. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 10520: Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2002. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 14724: Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. 3. ed. Rio de Janeiro, 2011. KOCHE, José Carlos. <i>Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa</i>. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.	

c) Módulo III – Práticas Interdisciplinares e Pesquisa Científica

PLANO DE DISCIPLINA	
IDENTIFICAÇÃO	
CURSO: Especialização em Ensino de Ciências	
DISCIPLINA: Metodologia da Pesquisa Científica II - - MPCII	
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória	CARGA HORÁRIA: 45h
EMENTA	
Tipos de pesquisa: a pesquisa experimental, quase experimental e pré-experimental. Pesquisas exploratórias, descritivas e explicativas. Pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Variáveis. Definições metodológicas: universo, amostragem (probabilísticas e não probabilísticas) e amostra. Coleta de dados. Técnicas de pesquisa. Análise de dados. Aspectos éticos da pesquisa. Cronograma. Orçamento. Pesquisa de trabalhos acadêmicos e científicos no Portal de Periódicos da Capes. Orientação para o desenvolvimento de projeto de pesquisa que desencadeará na elaboração de Artigo Científico de acordo com os referenciais e procedimentos metodológicos da pesquisa científica e ABNT, e conforme as linhas de pesquisa definidas para esta pós-graduação.	
REFERÊNCIAS	
Básicas GIL, Antônio Carlos. <i>Como elaborar projetos de pesquisa</i>. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. <i>Fundamentos da metodologia científica</i>. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. MACHADO, Ana Raquel. <i>Planejar gêneros acadêmicos</i>. Coord. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. Complementares GIL, A. C. <i>Métodos e Técnicas de Pesquisa Social</i>. São Paulo: Editora Atlas, 5ª ed., 1999. KOCHE, J. C. <i>Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa</i>. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. OLIVEIRA NETTO, A. A. <i>Metodologia da pesquisa científica: guia prático para apresentação de trabalhos acadêmicos</i>. 3. ed. Florianópolis: Visual Books, 2008. PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. <i>Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico</i>. 2. ed. Novo	

Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, A. R. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

PLANO DE DISCIPLINA

IDENTIFICAÇÃO

CURSO: Especialização em Ensino de Ciências

DISCIPLINA: Tecnologias Educacionais no Ensino de Ciências - TEECI

UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória

CARGA HORÁRIA: 45h

EMENTA

Utilização das tecnologias digitais no processo de ensino e aprendizagem de Ciências . Análise e discussão sobre o papel das tecnologias digitais no ensino de Ciências . Análise de aplicativos, jogos digitais, softwares, redes sociais, sites, ambientes virtuais de aprendizagem, dispositivos móveis e de como eles podem contribuir para o ensino e aprendizagem de Ciências .

REFERÊNCIAS

Básicas

DAY, George S.; SCHOEMAKER, Paul JH; GUNTHER, Robert E.

Gestão de Tecnologias Emergentes: A visão de Wharton School. Bookman Editora, 2009.

BACICH, Lilian; NETO, Adolfo Tanzi; DE MELLO TREVISANI, Fernando.

Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação. Penso Editora, 2015.

ROCHA, K. M.; OLIVEIRA, A. L. T.; MENEZES JÚNIOR, J. A. M.; MÜLLER, J.

Tecnologias educacionais em rede: desafios e possibilidades para a formação de professores. Revista Internacional de Aprendizaje en Ciencia, Matemáticas y Tecnología, v. 3, n. 2, p. 111-119, 2016. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6370669>. Acesso em: 20 jun. 2023.

Complementares

GARUTTI, S.; FERREIRA, V. L.

Uso das tecnologias de informação e comunicação na educação.

Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, v. 20, n. 2, p. 355-372, jul./dez., 2015. Disponível em <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revcesumar/article/view/3973>. Acesso em 20 jun. 2023.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A.

Novas tecnologias e mediação pedagógica. 21. ed.

Campinas: Papirus, 2013. Disponível em

https://www.academia.edu/10222269/Moran_Masetto_e_Behrens_NOVAS_TECNOLOGIAS_E_MEDIA%C3%87AO_PEDAGOGICA. Acesso em: 20 jun. 2023.

PEREIRA, C. C. M.; COSTA, A. C.; ALVES, F. J. C.

O uso de Tecnologias no Ensino d. Volume 1, Universidade do Estado do Pará, Programa de Mestrado Profissional em Ensino d (PMPEM/UEPA), 2019. Disponível em

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/554107/1/Livro%20O%20uso%20de%20Tecnologias%20no%20Ensino%20de%20Matem%C3%A1tica%20-%20Volume%201.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SARTORI, A. R.; PRADO, E. C.

Tecnologias virtuais na educação incidindo no universo simbólico do professor.

Conjectura: Filosofia Educação, v. 18, n. 1, p. 150-163, 2013.

Disponível em <https://philpapers.org/rec/RITTVN>. Acesso em: 20 jun. 2023.

7.4 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deverá ser elaborado e apresentado em dupla ou trio, em uma das seguintes modalidades: monografia, trabalho de intervenção, artigo científico ou desenvolvimento de produtos ou processos relacionados diretamente à área de conhecimento do curso. O TCC deverá ser desenvolvido de acordo com uma das linhas de pesquisa do curso e será avaliado por uma Banca Examinadora composta por 3 (três) membros: 1 (um) orientador, que presidirá a banca, e 2 (dois) avaliadores, podendo um deles ser externo e outro docente ou técnico-administrativo do IFRR — desde que possua formação e capacidade técnico-profissional na área.

Cada dupla ou trio terá um orientador que será docente do curso ou um docente selecionado pelo IFRR por meio de Edital, tendo que possuir preferencialmente a titulação mínima de Mestre. No entanto, em caso de necessidade, poderá ser docente orientador com titulação de especialista, conforme a Resolução CNE/CES nº 1, de 06 de abril de 2018 e a Resolução do IFRR que trata da oferta de cursos de pós-graduação.

Os demais procedimentos relativos ao Trabalho de Conclusão de Curso deverão ser norteados pela Resolução do IFRR que trata da oferta de cursos de pós-graduação.

Ao longo do curso, a dupla ou o trio deverá escolher um tema dentro de uma das Linhas de Pesquisa, para desenvolver seu TCC. A orientação específica para a escrita do Artigo Científico será realizada no componente curricular denominado Metodologia e Pesquisa Científica II e arremates

parciais preparando o estudante para a defesa final à distância.

O TCC deverá ser apresentado para uma Banca Examinadora, conforme cronograma estabelecido pela Coordenação do Curso. A apresentação do TCC, elaborado durante o curso, sob orientação do docente selecionado para tal fim, é condição para a conclusão e certificação.

Cada membro da banca atribuirá uma nota de 0 a 100 (zero a cem), em cada critério, sendo que a nota do TCC será a média aritmética da soma das três avaliações realizadas pelos membros da banca. O estudante que obtiver no mínimo 70(setenta) pontos de nota do TCC será considerado aprovado, caso contrário será reprovado. São 10 (dez) os critérios a serem analisados pelos membros da banca:

CRITÉRIOS AVALIATIVOS TRABALHO ESCRITO (NOTA COLETIVA):
Relevância do tema para a área de conhecimento
Conceitos e abordagem bibliográfica fundamental para o tema
Coerência entre objetivos traçados, métodos utilizados e resultados obtidos
Texto (gramática e ortografia) formatado de acordo com as normas da ABNT
Contribuição para o meio científico
CRITÉRIOS AVALIATIVOS APRESENTAÇÃO DO TRABALHO (NOTA INDIVIDUAL)
Domínio do tema apresentado
Recursos utilizados de forma adequada à apresentação
Desenvoltura na apresentação
Respostas coerentes e concisas às indagações (arguição)
Administração do tempo disponível

O estudante aprovado terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para entregar a versão final do TCC. E caso o estudante seja aprovado com restrições, terá até 90 (noventa) dias para atender as recomendações da banca examinadora e para entregar a nova versão do trabalho atestada pelo orientador.

Caso as modificações não sejam consideradas satisfatórias pelo orientador, o estudante será reprovado. O estudante reprovado no TCC terá uma oportunidade para nova defesa em data a ser fixada pela Coordenação de Curso, desde que respeite o prazo máximo de conclusão do Curso.

Caso o acadêmico não consiga concluir e ou apresentar seu TCC, poderá, mediante apresentação de justificativa por escrito, com concordância do orientador, solicitar a prorrogação por até 6 (seis) meses para conclusão e defesa de TCC. Será concedida desde que respeitado o período máximo de 24 (vinte e quatro) meses para integralização do curso, cabendo à Coordenação do Curso o deferimento da solicitação.

8. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

O Curso será ofertado na modalidade de Educação a Distância, regulamentada pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e pelo Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 que regulamenta o artigo 80 da Lei nº 9.394.

O curso será desenvolvido através da oferta de componentes curriculares, organizados em eixos temáticos, articulados de forma a privilegiar a interdisciplinaridade e a contextualização no decorrer deste. Será utilizado o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) institucional, como principal meio de acesso aos componentes curriculares, sem excluir o auxílio de outros meios tecnológicos para atuarem como suporte, além da produção de videoaulas, de atividades com suporte de tecnologias interativas mediadas por docentes e tutores.

Como estratégia pedagógica, incentivar-se-á os docentes a adoção de metodologias ativas de ensino, como a problematização, estudos de caso e resolução de problemas, no intuito de desenvolver nos estudantes habilidades e competências que os tornem mais autônomos, respeitando as experiências e saberes anteriores, de forma a tornar o processo de ensino aprendizagem mais significativo. Dessa forma, o curso será desenvolvido adotando-se uma abordagem crítica e reflexiva, baseada na interdisciplinaridade. Entende-se por interdisciplinaridade, a integração, ato de troca, reciprocidade entre as áreas de conhecimento, criando conexões entre as diversas áreas do saber.

8.1. Planejamento e Execução dos Componentes Curriculares

O processo de planejamento e execução dos componentes curriculares deverá ser mediado e acompanhado pela Coordenação do Curso e pela Equipe Multidisciplinar, composta por servidores da Unidade e/ou selecionados por meio de edital, a qual deverão ser submetidos todos os documentos e materiais a serem utilizados, obedecendo a prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico, conforme data de início de cada componente.

Considerando a Organização Didática do IFRR, Resolução CONSUP/IFRR Nº 716, de 4 de janeiro de 2023:

Art. 68. A nota do componente curricular será composta por uma das seguintes formas:

- I - Somativa;
- II - Média aritmética simples;
- III - Média ponderada.

§ 1º No sistema de avaliação somativa a nota do componente curricular será composta pela soma simples dos instrumentos avaliativos;

§ 2º No sistema de avaliação média aritmética simples a nota do componente curricular será composta pela média aritmética de duas notas (N1 e N2);

§ 3º No sistema de avaliação média ponderada a nota do componente curricular será composta, levando-se em consideração o peso atribuído para cada nota (N1 e N2).

Art. 69. A nota do componente curricular será composta por no mínimo (02) dois e no máximo (04) quatro instrumentos avaliativos, diferentes entre si, distribuídos entre N1 e N2, quando for o caso.

Art. 70. O processo avaliativo deverá ficar estabelecido no Plano de Ensino, além de ser apresentado aos estudantes nos primeiros dias de aula do componente curricular.

8.2 Modalidade à Distância e Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

Na modalidade à distância encontram-se as atividades em rede (síncronas e assíncronas). Nas interações assíncronas encontramos: síntese das aulas e programas de estudo a serem desenvolvidos com os participantes; conversando com o docente (canal de comunicação direto entre docente e estudante); fórum (espaço para discussão de temas propostos pelo docente); além de links para aprofundamento e pesquisa. A interação síncrona poderá ocorrer por meio do bate-papo (*chat*), *videoconferência* ou outra ferramenta disponível.

O AVA é formado por dois ambientes distintos entre si, a aba recursos e a aba atividades, cada uma delas com uma função específica para o suporte pedagógico do curso. A aba recursos serve para incluir conteúdo do curso, já a aba atividades exige a ação do estudante. Na sala de aula do ambiente virtual encontramos as aulas propriamente ditas, o glossário, a área de publicação, o fórum, as atividades de produção e informações sobre o componente curricular.

8.2.1 Ferramentas do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

O AVA foi concebido para atender as necessidades de todos os envolvidos no processo – estudantes, tutores, docentes e coordenação – de maneira simples e eficiente. O ambiente é composto das seguintes ferramentas: Quadro de Avisos: Neste espaço são publicadas todas as informações importantes, como avisos, recados etc.

Sala de Aula: É na sala de aula que o estudante irá acessar sua turma e os componentes curriculares disponíveis, de acordo com o cronograma em andamento do curso. Aulas: Apresentam o objetivo, o conteúdo do componente curricular em forma de síntese, a atividade de autoavaliação, a atividade de produção e a atividade de reflexão, quando houver.

Atividade de Reflexão: A atividade de reflexão tem como objetivo fazer o estudante refletir sobre o conteúdo. Caso o estudante queira compartilhar a sua reflexão com os demais, pode publicar sua resposta no Fórum.

Atividade de Produção: A atividade de produção tem como objetivo auxiliar no processo de aprendizagem dos conteúdos propostos em cada componente curricular. São atividades que os estudantes devem enviar ao docente.

Atividade de autoavaliação: A Atividade de autoavaliação é uma forma de o estudante refletir sobre seu percurso formativo, indicando os pontos fortes e os aspectos que precisam ser melhorados. Ela permite que estudantes, ao realizarem esse tipo de atividade, identifiquem seu nível de comprometimento com o seu aprendizado.

Avaliação: Exercícios objetivos de múltipla escolha, produção de síntese, entre outros.

Cronograma: O cronograma especifica o dia, prazos de atividades, encontros síncronos e assíncronos e as respectivas aulas.

Glossário: Apresenta o vocabulário básico e os principais conceitos do componente curricular.

Fórum: É a ferramenta de comunicação para troca de experiências entre estudantes e docentes. Para cada componente curricular, o docente publica temas para discussão.

Conversando com o Docente: Esta ferramenta serve para registrar as perguntas dos estudantes sobre o conteúdo, dirigidas ao docente do componente curricular em execução.

Sobre o Componente Curricular: Apresenta o nome, foto, Curriculum Vitae do docente e a ementa do componente curricular.

Avaliação do Componente Curricular: Esta ferramenta permite que o estudante avalie o componente curricular e apresente sugestões. Será realizada ao final de cada componente curricular.

Biblioteca do Curso: São apresentadas as apostilas do curso e outros assuntos que possam estimular o desenvolvimento do estudante, indicações de sites para pesquisa, artigos e periódicos. É também o local em que o estudante pode publicar seu material.

Chat: É um espaço de discussão entre docentes e estudantes sobre temas pré-estabelecidos, com dias e horários agendados antecipadamente.

Coordenação: Nessa ferramenta, o estudante acessa os seguintes itens: contatos, conversando com o tutor, agenda, desempenho no curso, respostas das atividades e conceitos.

Contatos: Apresenta a relação das pessoas da coordenação com seus respectivos números de telefones, e-mails e nomes dos demais colegas de turma.

Conversando com o tutor: Permite entrar em contato com o tutor do curso, para solucionar dúvidas referentes às questões pedagógicas ou técnicas.

Agenda: Apresenta o cronograma do curso com as respectivas datas de início e fim dos componentes curriculares, dos chats, momentos síncronos e assíncronos e outros.

Desempenho: Através desta ferramenta o estudante acompanha seu próprio desempenho, visualiza suas visitas às aulas, realização e tentativas de acerto das atividades de autoavaliação.

Sobre o curso: Apresenta as informações gerais do curso (titulação, carga horária etc.).

Respostas da atividade: Esta ferramenta possibilita ao estudante verificar suas pendências referentes às atividades de produção.

Conceitos: Apresenta os conceitos finais dos componentes curriculares. Funciona como um histórico do estudante no curso.

Meu Espaço: Nessa ferramenta o estudante acessa os itens: cadastro, acessos, colegas e galeria de fotos.

Cadastro: É nesta ferramenta que o estudante cadastra seus dados pessoais e atualiza sempre que houver alterações.

Acessos: Apresenta os cinco últimos acessos no ambiente virtual.

Galeria de fotos: Permite a visualização de fotos de encontros realizados no decorrer de todo o curso.

8.3 Mediação, acompanhamento e suporte das atividades do curso

As atividades do curso serão realizadas com o suporte de tecnologias interativas, a partir da mediação de Docentes e Tutores, e do acompanhamento da Coordenação do Curso e da Equipe Multidisciplinar.

8.3.1 Docente

São responsabilidades do Docente:

- a. Elaborar o Plano de ensino, o Mapa de Atividades e a Chave de correção, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso e as orientações prestadas pela Coordenação de Curso e pela Equipe Multidisciplinar
- b. Planejar a execução de aulas de acordo com o cronograma do curso
- c. Acompanhar a realização das atividades pelos estudantes na sala;
- d. Analisar os relatórios de frequência e desempenho dos estudantes e propor procedimentos para melhoria do rendimento;
- e. Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdos, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia às necessidades dos estudantes, com linguagem pertinente à modalidade à distância e avaliando-os conforme orientação da coordenação do curso e da Equipe Multidisciplinar;
- f. Preparar materiais didáticos complementares em diversas mídias (arquivos digitais, áudios, vídeo e outros);
- g. Esclarecer as dúvidas dos tutores e estudantes;
- h. Entregar as chaves de correção das atividades referentes ao componente curricular de sua responsabilidade, com antecedência máxima até 2 dias antes de iniciar a oferta da pós o fechamento das atividades avaliativas;
- i. Informar a coordenação do curso, sempre que necessário, os problemas e eventuais dificuldades no desempenho dos estudantes;
- j. Produzir e encaminhar, quando for solicitado, relatórios das atividades desenvolvidas;

- k. Manter atualizadas as informações referentes as atividades desenvolvidas, no sistema acadêmico utilizado pela unidade de ensino;
- l. Avaliar as atividades propostas e realizar o fechamento das notas do componente curricular, em conjunto com equipe de tutores, no máximo até 15 dias após o encerramento do componente de sua responsabilidade;
- m. Lançar todos os diários sob sua responsabilidade no sistema e entregar junto com o relatório de atividades, e demais documentos comprobatórios das atividades desenvolvidas à coordenação de curso no máximo até 15 dias após o encerramento do componente de sua responsabilidade.

8.3.2 Tutor

São responsabilidades do Tutor:

- a. Apoiar docentes e estudantes nas atividades desenvolvidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- b. Prestar *feedback* coletivo e individualizado aos estudantes por meio dos recursos disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- c. Realizar a avaliação das atividades propostas na sala virtual, conforme orientações do docente e chaves de correção;
- d. Elaborar os relatórios qualitativos e quantitativos dos estudantes conforme orientados pela coordenação de curso e equipe multidisciplinar;
- e. Atender às convocações e solicitações do coordenador do curso;
- f. Identificar e encaminhar ao docente e coordenador a desistência e ausência de estudantes;
- g. Interagir frequentemente com estudantes através dos fóruns, chats e outros recursos do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- h. Auxiliar o docente na organização das ações relacionadas à execução dos componentes curriculares do curso;
- i. Entregar todos os relatórios sob sua responsabilidade, bem como relatório de atividades mensais, e demais documentos comprobatórios das atividades desenvolvidas à coordenação de curso, no máximo até 5 dias após o encerramento das atividades.

8.3.3 Coordenação de Curso

São responsabilidades do Coordenador do Curso:

- a. Acompanhar o desenvolvimento das atividades didáticas e o cumprimento do conteúdo programático e da carga horária de componentes curriculares do Curso.
- b. Executar e fazer cumprir as diretrizes do PPC aprovadas pelo CONSUP e legislações pertinentes.
- c. Comunicar quaisquer irregularidades às devidas instâncias e solicitar medidas para corrigi-las.
- d. Encaminhar periodicamente ao Setor de Pesquisa do *Campus* informações pertinentes ao Curso.
- e. Coordenar e elaborar todas as informações pertinentes ao Curso para a publicação de edital de abertura devagas.
- f. Acompanhar e propor alterações nos Projetos Pedagógicos de Curso.
- g. Coordenar, supervisionar e tomar as providências necessárias para o funcionamento do Curso.
- h. Estabelecer mecanismos adequados de orientação acadêmica aos estudantes do curso.
- i. Coordenar a elaboração do calendário acadêmico do Curso.
- j. Informar aos estudantes sobre questões relativas ao cronograma de atividades do Curso, às normas internas que estabelecem direitos e deveres dos discentes e ao processo de orientação dos trabalhos de pesquisa e de produção.
- k. Convocar reuniões com toda a equipe.

8.3.4 Equipe Multidisciplinar

A Equipe Multidisciplinar é composta por colaboradores que prestarão serviço de apoio às ações de oferta do curso, sendo eles: Apoio Pedagógico, Administrador de AVA e Assistente Administrativo.

8.3.5 Apoio Pedagógico

São responsabilidades do Apoio Pedagógico:

- a. Ser competente no uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem, para condução do processo de acompanhamento da aprendizagem dos estudantes bem como de ferramentas como e-mail, chat, fórum, entre outros;
- b. Orientar o docente para a elaboração do Plano de ensino e Mapa de Atividades e Chave de correção;
- c. Elaborar o parecer do Plano de Ensino, Mapa de Atividades e Chave de correção;
- d. Acompanhar a construção das salas virtuais pelo docente;
- e. Acompanhar a apresentação da sala virtual a equipe de tutores;
- f. Orientar e acompanhar o docente na elaboração de materiais didáticos diversos;
- g. Acompanhar o processo ensino aprendizagem dos estudantes recomendando as melhores ferramentas e alternativas para execução dos componentes curriculares do curso;
- h. Auxiliar a coordenação de curso na elaboração do cronograma de execução da oferta;
- i. Orientar os estudantes para elaboração do plano de estudos individual;
- j. Planejar e executar as reuniões de capacitação pedagógica da equipe de docentes e tutores junto com a coordenação de curso.

8.3.6 Administrador de AVA

São responsabilidades do Administrador de Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA:

- a. Ser competente no uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem, para condução do processo de ensino e acompanhamento da aprendizagem dos estudantes bem como de ferramentas como e-mail, chat, fórum, entre outros;
- b. Cadastrar os usuários no AVA;
- c. Auxiliar os usuários na recuperação e restabelecimento de acesso ao AVA;
- d. Criar e gerenciar toda a estrutura do curso: eixos temáticos e componentes curriculares;
- e. Capacitar os usuários em relação ao acesso, montagem de sala virtual e utilização de ferramentas do AVA;
- f. Orientar a elaboração de roteiros dos materiais para a gravação de web conferência, vídeo aulas, web aulas, objetos de

aprendizagem;

g. Orientar docentes e estudantes quanto ao registro da frequência e do desempenho acadêmico;

h. Cumprir plano de trabalho conforme estabelecido pela coordenação do curso.

8.3.7 Assistente Administrativo

São responsabilidades do Assistente Administrativo:

a. Cumprir as obrigações inerentes às atividades administrativas do curso, quanto ao registro acadêmico do estudante, documentações comprobatórias, aproveitamento de componente curricular, entre outros:

b. Atender a comunidade escolar e demais interessados, prestando informações e orientações;

c. Cumprir a escala de trabalho que lhe for previamente estabelecida;

d. Participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que solicitado.

9. LINHAS E PROJETOS DE PESQUISA

Para o desenvolvimento do trabalho de conclusão do curso (TCC), os estudantes poderão optar pela linha de pesquisa Métodos Pedagógicos e Tecnologias Digitais no Ensino de Ciências ou Espaços não-formais e a Divulgação Científica no Ensino de Ciências.

9.1 Detalhamento da Linha de Pesquisa 1: Métodos Pedagógicos e Tecnologias Digitais no Ensino de Ciências

Os estudantes poderão pesquisar e analisar modalidades de ensino, práticas educativas e o papel da mediação pedagógica voltada à postura do professor frente ao pensamento científico. Investigar estratégias didático-metodológicas relativas ao papel da experimentação, valorizando os conteúdos, a construção da relação ensino-aprendizagem e vivenciar a ação da ciência. Elaborar e validar sessões didáticas que estimulem o caráter investigativo e a autonomia do aluno durante o processo de construção do conhecimento. Desenvolver metodologias didáticas que utilizem tecnologias digitais no ensino de Ciências. Promover a integração entre laboratórios de informática e o ensino de Ciências. Analisar metodologias, mediações e técnicas para se estabelecer uma utilização adequada das tecnologias digitais como instrumentos voltados para auxílio na construção do processo de ensino e aprendizagem de Ciências.

9.2 Detalhamento da Linha de Pesquisa 2: Espaços não-formais e a Divulgação Científica no Ensino de Ciências

Nessa linha de pesquisa poderão ser desenvolvidas investigações, análises e avaliações de como os diferentes espaços formais ou não-formais (salas de aula, laboratórios, centros e museus de ciência, mostras científicas e tecnológicas, teatro, artes, jornalismo científico, feiras de ciências, entre outros) podem influenciar no ensino e aprendizagem do conhecimento científico. Explorar alternativas de ensinar e aprender ciências em espaços não-formais estimulando o interesse e a motivação de professores e alunos na busca da formação e construção da cidadania nas Ciências. Criação e utilização de espaços e recursos de divulgação científica no ensino de Ciências.

10. PERFIL DO CORPO DOCENTE

O perfil docente será constituído por professores especialistas ou de reconhecida capacidade técnico-profissional na área específica do componente curricular, sendo que 30% (trinta por cento) destes, pelo menos, deverão apresentar titulação de mestre ou de doutor, obtida em Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* reconhecido pelo Ministério da Educação.

Quando ofertado por meio de fomento, o Corpo Docente e a Equipe Multidisciplinar serão constituídos por meio de processo seletivo, conforme edital específico.

11. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA DO IFRR/CBVZO

Os ambientes/dependências descritos abaixo poderão ser utilizados para o desenvolvimento das atividades pertinentes ao curso. O IFRR/CBVZO apresenta a seguinte estrutura:

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADE	M²
Coordenação/Apoio pedagógico	1	15,38
Sala de Professores	1	99,00
Laboratório de Informática	2	99,00
Laboratório Maker	1	63,00
Sala de aula climatizada	10	63,00
Auditório	1	99,00
Laboratório de Física	1	99,00
Laboratório de Química e Biologia	1	99,00
Biblioteca	1	296,05

Cada laboratório de informática dispõe de quarenta microcomputadores com internet, projetor multimídia e quadro de vidro. Existem outros ambientes disponíveis para as aulas e para atividades síncronas e assíncronas, para produção de vídeos, para elaboração de materiais e demais ações pertinentes ao desenvolvimento do curso, entre eles: auditório, laboratório Maker, laboratório de Física e Matemática, laboratório de Química e Biologia, biblioteca e outros.

O Auditório dispõe de assentos tipo longarina, mesas de apoio, púlpito em acrílico, gaveteiros, projetor multimídia, tela para projeção, computador desktop, televisão *smart* 42", pedestal e soundbar PHS180BT com bluetooth (inclusive, caixa de som).

O IFRR/CBVZO dispõe de equipamentos educacionais e multimídia, como: quadros brancos, projetores multimídia (datashow), notebooks, televisão *smart* led 60", impressoras e canetas 3D, *scanners* (um 3D), máquina CNC laser, amplificador para som, mesa de som pequena, microfones com fio vocal, microfones sem fio, kits ferramentas, parafusadeiras/furadeiras, serra tico tico, lixadeira orbital, kits arduino e robótica, entre outros.

A Biblioteca dispõe de uma área física de 296,05m², dividida em quatro ambientes: área do acervo geral, área administrativa, sala de pesquisa virtual e salão de pesquisa em grupo e geral. Os itens existentes de mobiliário, equipamentos e ferramentas disponíveis, permitem a execução de atividades de ensino, pesquisa, inovação e extensão que sejam necessárias ao desenvolvimento do curso.

As atividades realizadas nos ambientes da biblioteca são: empréstimo domiciliar, devolução, reserva, renovação, consulta local do acervo físico (livros e ou periódicos); orientação à pesquisa com atendimento personalizado nas bases de dados, permitindo a localização das referências, resumos e textos integrais de documentos sobre assuntos diversos. A pesquisa pode ser realizada de duas formas:

a) pesquisa bibliográfica, que é o serviço de pesquisa contida no acervo das bibliotecas dos Sistemas de bibliotecas do IFRR (Pergamum) e na Biblioteca virtual *Pearson* (assinatura);

b) pesquisa *online*, que é o serviço realizado nos sites de outras instituições ou em diferentes bases de dados de fontes/bibliográficas sobre um determinado assunto ou autor; acesso aos computadores e internet para efetuar as pesquisas virtuais e acesso às redes sociais; levantamento bibliográfico na pesquisa de bibliografia existente sobre um determinado assunto, seguindo os dados oferecidos pelo usuário, como palavras-chave, tipologia do material e idioma, de forma que, o usuário procura a auxiliar de biblioteca ou a bibliotecária, caso não consiga obter essa informação no computador disponível na biblioteca para essa finalidade.

Entre os mobiliários e equipamentos da biblioteca têm-se: mesas de mdf redondas e cadeiras estofadas sem braços para atividades de pesquisa em grupo, mesas e computadores para uso na sala de pesquisas virtuais (individual), computadores de uso no atendimento e pesquisa para o leitor/usuário, mesas para atendimento ao usuário/ leitor, estantes grandes simples de aço para acervo, estante grande de aço para periódicos, estante pequena de aço para multimídias, bebedouro, entre outros.

12. CERTIFICAÇÃO

Obterá o título de Especialista em Ensino de Ciências, o estudante que cumprir com a totalidade das seguintes condições:

- a. Obter aprovação em todos os componentes curriculares do curso com aproveitamento igual ou superior a 70 (setenta), numa escala de 0 a 100;
- b. Ter frequência mínima de 75% da carga horária total do curso;
- c. Apresentar e obter aprovação, por banca examinadora, do TCC; e
- d. Entregar à Coordenação do Curso, após defesa perante banca examinadora, a versão final com uma cópia digital do TCC.

O certificado, juntamente com o histórico escolar, será expedido pelo Setor de Registro Acadêmico do *Campus* Boa Vista Zona Oeste, no prazo de até 60 dias, prorrogável por igual período, contados após a data de finalização do curso, ou seja, após o cumprimento de todas as etapas previstas no Plano Pedagógico de Curso (PPC).

13. REFERÊNCIAS

BRASIL, Instrução Normativa nº 2, de 19 de abril de 2017. Estabelece procedimentos de pagamento e parâmetros atinentes à concessão das bolsas UAB regulamentadas pela Portaria CAPES nº183, de 21 de outubro de 2016, e pela Portaria CAPES nº 15, de 23 de janeiro de 2017. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20176421/do1-2017-04-24-instrucao-normativa-n-2-de-19-de-abril-de-20. Acesso em 16 de dez. 2021.

BRASIL, Resolução nº 01 do Conselho Nacional de Educação, de 1º de junho de 2007. Normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8825-rces001-07-pdf&category_slug=setembro-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em 16 de dez. 2021.

BRASIL, Resolução CNE/CEB nº 06, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb-1/pdf/leis/resolucoes_cne/rceb006_12.pdf. Acesso em 16 de dez. 2021.

ETZKOWITZ, Henry. Innovation in Innovation: The Triple Helix of University - Industry Government Relations. Social Science Information, vol. 42, 3: p. 293-337, September 2003. Disponível em: <https://revistaensinosuperior.com.br/pos-graduacao-lato-sensu/>. Acesso em 16 de dez.2021.

IFRR, Resolução nº 638/2021 do CONSUP/IFRR, de 30 de dezembro de 2021. Aprova o Regulamento Geral dos Cursos de Pós-graduação lato sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Disponível em: <https://reitoria.ifrr.edu.br/pro-reitorias/pesquisa-e-pos-graduacao/pos-graduacao/lato-sensu/resolucao-no-275-2016-consup>. Acesso em 16 de dez.2021.

,Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2019-2023. Disponível em: <https://www.ifrr.edu.br/pdi/pdi-2009-2013/pdi-2009-2013>. Acesso em: Acesso em 16 de dez. 2024.

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Nilra Jane Filgueira Bezerra, REITOR(A) - CD1 - IFRR**, em 13/08/2025 10:39:05.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 13/08/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 369566

Código de Autenticação: 846ae61f70





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA
Conselho Superior
Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303220 ,
www.ifrr.edu.br

Resolução CONSUP/IFRR N° 854, de 15 de agosto de 2025.

Dispõe sobre o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Escolar Indígena na modalidade a distância.

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, **Ad referendum** deste Conselho, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a autonomia institucional conferida pelo Art. 1º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, considerando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Portaria do MEC nº 328, de 1º de fevereiro de 2005, a Resolução CNE/CES nº 1, de 06 de abril de 2018, a Resolução nº 716/CONSELHO SUPERIOR, de 4 de janeiro de 2023 (Aprova a reformulação da Organização Didática do IFRR), a Resolução 638/2021 - CONSUP/IFRR, de 30 de dezembro de 2021 (Dispõe sobre as normas aplicáveis aos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu do Instituto Federal de Roraima), bem como o constante no processo nº 23229.000742.2025-22,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Pós Graduação *Lato Sensu* em Gestão Escolar Indígena na modalidade a distância, conforme Anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista - RR, 15 de agosto de 2025.

Nilra Jane Figueira Bezerra
Presidente do CONSUP

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

PROJETO PEDAGÓGICO

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM

GESTÃO ESCOLAR INDÍGENA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Boa Vista

2025

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Camilo Sobreira de Santana

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Getúlio Marques Ferreira

REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

Nilra Jane Filgueira Bezerra

PRÓ-REITORA DE ENSINO DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

Aline Cavalcante Ferreira

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

Romildo Nicolau Alves

DIRETORA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Solange Almeida Santos

DIRETORA GERAL DO *CAMPUS* BOA VISTA

Luciana Leandro Silva

DIRETORA DE ENSINO DO *CAMPUS* BOA VISTA

Ana Aparecida Vieira de Moura

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA DO *CAMPUS* BOA VISTA

Isabel Sornberger Paulichi

COORDENAÇÃO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DO *CAMPUS* BOA VISTA

Luciana Monteiro Aguiar

- Maristela Araújo Costa Pereira (1342611)
- Heitor Claro da Silva (1102064)
- Isabel Sornberger Paulichi (2107697)
- Luciana Monteiro Aguiar (3222169)
- Marilene Alves Fernandes (1193494)
- Mozarildo de Abreu Gomes (1304403)

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

- 2.1 Nome do Curso
- 2.2 Área de Conhecimento (CAPES)
- 2.3 Modalidade
- 2.4 Carga Horária
- 2.5 Sistema de Organização
- 2.6 Funcionamento
- 2.7 Público-Alvo
- 2.8 Local do Curso
- 2.9 Número de Vagas
- 2.10 Requisitos para a Inscrição
- 2.11 Coordenador

3. APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

- 3.1 Histórico da Instituição
- 3.2 Missão
- 3.3 Visão
- 3.4 Valores

4. JUSTIFICATIVA

5. OBJETIVOS

- 5.1 Objetivo Geral
- 5.2 Objetivos Específicos

6. INFORMAÇÕES DO CURSO

- 6.1 Concepção
- 6.2 Requisitos e Formas de Acesso
- 6.3 Matrícula
- 6.4 Critérios de Aproveitamento de Conhecimentos e Experiências Anteriores
- 6.5 Sistema de Avaliação
- 6.6 Da frequência
- 6.7 Sistema de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem
- 6.8 Indicadores de Avaliação do Curso
- 6.9 Público Alvo
- 6.10 Profissional a Ser Formado
- 6.11 Desligamento do Discente
- 6.12 Cancelamento de Matrícula

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

- 7.1 Matriz Curricular
- 7.2 Representação Gráfica da Matriz Curricular
- 7.3 Ementário
- 7.4 Terminalidade Específica e Flexibilização Curricular
- 7.5 Flexibilização Curricular

8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

- 8.1 Banca Examinadora
- 8.2 Orientador
- 8.3 Discente

9. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

- 9.1 Organização Didática
- 9.2 Ambientação
 - 9.2.1 Atividades de Tutoria – EaD
- 9.3 Material Didático Institucional
- 9.4 Mecanismos de Interação

10. LINHAS DE PESQUISA

- 10.1 Linha 1: Prática de Gestão Estratégica e Inovação Educacional no Contexto Indígena.

10.2 Linha 2: Saberes Tradicionais, Políticas Públicas e Práticas de Gestão na Educação Escolar Indígena

10.3 Linha 3: Planejamento Escolar Intercultural em Contextos Indígenas

11. CORPO DOCENTE

12. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA

12.1 Biblioteca, Instalações e Equipamentos

12.2 Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) no Processo de Ensino e Aprendizagem

12.3 Acessibilidade

13. CERTIFICAÇÃO

13.1 Critérios para a Concessão de Certificado

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Instituição/Campus: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – *Campus* Boa Vista

CNPJ: 10.839.508/0002-12

Esfera Administrativa: Federal

Endereço: Av. Glaycon de Paiva, nº 2496 – Pricumã, Boa Vista – RR, CEP: 69.303-340 Telefone: (95) 99158-4888

Site do Campus: <https://www.ifrr.edu.br/unidades/boa-vista/>

Reitora: Nilra Jane Figueira Bezerra

Pró-Reitora de Ensino: Aline Cavalcante Ferreira

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação: Romildo Nicolau Alves

Pró-Reitor de Extensão: Roseli Bernardo Silva dos Santos

Pró-Reitor de Administração: Emanuel Alves de Moura

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Adnelson Jati Batista

Diretor-Geral do Campus: Luciana Leandro Silva

Diretora de Ensino do Campus: Ana Aparecida Vieira de Moura

Diretora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do Campus: Márcia Brazão e Silva Brandão

Diretora de Educação a Distância do Campus: Isabel Sornberger Paulichi

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1 Nome do Curso: Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Escolar Indígena

2.2 Área de Conhecimento (CAPES): (7.00.00.00-0 - Ciências Humanas / 7.08.07.05-1)

2.3 Modalidade: Pós-graduação Lato Sensu na modalidade à Distância

2.4 Carga Horária: 380 horas

2.5 Sistema de organização: Componente Curricular

2.6 Funcionamento: Integral

2.7 Público-Alvo: Educadores e/ou profissionais da educação escolar indígena, portadores de diploma de graduação em licenciatura.

2.8 Local do Curso: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/ *Campus* Boa Vista e/ou Polos dos Municípios onde forem desenvolvidos parcerias para a oferta.

2.9 Número de Vagas: 175 vagas.

2.10 Requisitos para a Inscrição: Comprovação da escolaridade exigida para o público do curso (Diploma ou Atestado de conclusão de curso superior, reconhecido pelo MEC ou revalidado no Brasil, conforme Resolução 638/2021 - CONSUP/IFRR, de 30 de dezembro de 2021).

2.11 Coordenador: Selecionado (a) através de edital específico.

3. APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

3.1 Histórico da Instituição

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) vivenciou, durante sua existência, várias mudanças, assim como outras instituições de ensino do País. Hoje a instituição conta com estrutura *multicampi* composta por cinco *campi*: Amajari, Avançado Bonfim, Boa Vista, Boa Vista Zona Oeste, Novo Paraíso e além da Reitoria. Possui em seu quadro 657 servidores efetivos, entre técnicos administrativos e docentes.

A nossa história se divide em cinco etapas:

- Escola Técnica de Roraima integrante da rede de ensino do Território Federal de Roraima
- Escola Técnica de Roraima integrante do sistema de ensino do Estado de Roraima
- Escola Técnica Federal de Roraima
- Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Escola Técnica de Roraima integrante da rede de ensino do Território Federal de Roraima

Implantado como Escola Técnica em 1986, o IFRR começou suas atividades em 1987 com apenas dois cursos técnicos: Eletrotécnica, com 105 alunos, e Edificações, com 70 alunos. As instalações funcionavam em dois blocos cedidos pela Escola do Magistério.

Escola Técnica de Roraima integrante do sistema de ensino do Estado de Roraima

Em 21 de dezembro de 1989, por meio do Parecer 26/89, o Conselho Territorial de Educação (CTE-RR) autoriza e reconhece a Escola Técnica de Roraima; aprova o seu Regimento Interno e as grades curriculares dos dois cursos técnicos, tornando válidos todos os atos escolares anteriores ao regimento. Até 1993, a instituição funcionava nas instalações da Escola Técnica de Roraima. O quadro funcional era composto por 12 docentes e 11 técnicos administrativos.

Escola Técnica Federal de Roraima

Em 30 de junho de 1993, sob a Lei 8.670, publicada no Diário Oficial da União 123, de 1º de julho de 1993, no governo do então presidente da República Itamar Franco, foi criada a Escola Técnica Federal de Roraima, cuja implantação, na prática, se deu pela transformação da Escola Técnica do Ex-Território Federal de Roraima.

O quadro funcional era composto por 226 servidores, sendo 113 professores e 113 técnicos. A partir de 1994, a Escola Técnica Federal de Roraima, por meio do Programa de Expansão de Cursos, implanta os cursos Técnico em Agrimensura e Magistério em Educação Física, assim como o ensino fundamental – de 5ª a 8ª série –, atendendo 213 alunos distribuídos em seis turmas. Gradativamente, de 1996 a 1999, essa modalidade de ensino foi extinta.

Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima

Com a transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima CEFET-RR, por meio do Decreto Presidencial de 13 de novembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União no dia subsequente, a comunidade interna prepara-se para fazer valer o princípio da verticalização da educação profissional, oferecendo cursos profissionalizantes em nível básico, técnico e superior.

O curso superior de Tecnologia em Gestão de Turismo foi o primeiro a ser implantado e teve sua proposta de implantação vinculada à proposta de transformação da ETF-RR em CEFET-RR. Em 2005, o governo federal, por intermédio do Ministério da Educação, institui o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no País, estabelecendo a implantação de Unidades Descentralizadas (UNEDS) em diversas unidades da Federação, sendo o Estado de Roraima contemplado, na fase I, com a Unidade de Ensino Descentralizada de Novo Paraíso, no Município de Caracaraí, sul do estado.

Em agosto de 2007, iniciam-se as atividades pedagógicas da unidade com 210 alunos matriculados no curso Técnico em Agropecuária integrado ao ensino médio, incluindo uma turma de Proeja. Já na segunda fase do plano de expansão, o CEFET-RR foi contemplado com outra UNED sendo, agora, no Município do Amajari, no norte do estado.

No dia 29 de dezembro de 2008, o presidente da República sancionou a Lei 11.892, que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, concretizando, assim, um salto qualitativo na educação voltada a milhares de jovens e adultos em todas as unidades da Federação. Então, a partir dessa data, o CEFET-RR passou a ser chamado de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) – com três campi: Boa Vista, Novo Paraíso e Amajari. Em 2011, o IFRR, por meio do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, foi contemplado com mais um campus: o Boa Vista Zona Oeste, com sede na Capital.

O IFRR é uma instituição autônoma de natureza autárquica, integrante do sistema federal de ensino. Tem organização administrativa, didática e patrimonial definidas em estatuto próprio, está vinculado ao Ministério da Educação e é supervisionado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). São objetivos da instituição ministrar educação profissional, técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada a trabalhadores; realizar pesquisas e desenvolver atividades de extensão, além de oferecer cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização e cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado.

Tem como finalidade também ofertar a educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, no intuito de qualificar cidadãos com vistas à educação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento local, regional e nacional. Perfeitamente inserido no contexto local e regional, o IFRR é um centro de referência educacional que vem contribuindo há 28 anos para o processo de desenvolvimento do Estado de Roraima ao promover a inclusão social de jovens e adultos por meio das ações de formação profissional.

Atualmente o IFRR tem uma força de trabalho composta por 662 servidores efetivos, sendo 382 técnicos administrativos, 280 docentes, 40 professores substitutos e 1 profissional temporário especializado para atender alunos com deficiência. Esse total é proveniente da realização de admissão por meio de concursos públicos para os cargos efetivos e de processo seletivo simplificado para a contratação de professores substitutos e de profissional especializado para atendimento a alunos com deficiência (IFRR, 2022).

3.2 Missão

Promover formação humana integral, por meio da educação, ciência e tecnologia, em consonância com os arranjos produtivos locais, socioeconômicos e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

3.3 Visão

Ser excelência na Região Amazônica, como agente de transformação social, por meio de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

3.4 Valores

- Ética e Transparência;
- Inclusão Social;
- Gestão Democrática;
- Respeito à Diversidade e à Dignidade Humana;
- Responsabilidade Socioambiental.

4. JUSTIFICATIVA

Roraima: População Indígena e Educação

Roraima está localizado ao norte do Brasil, fazendo fronteira com a República Bolivariana da Venezuela e a República Cooperativista da Guiana. O estado apresenta uma população indígena significativa em relação aos demais estados brasileiros, composta por dez povos distintos: Macuxi, Wapichana, Sapará, WaiWai, Ingarikó, Ye'kuana, Taurepang, Patamona, Waimiri Atroari e Yanomami. Esses grupos habitam diferentes regiões e possuem uma rica diversidade cultural que os diferencia tanto entre si quanto dos demais habitantes do estado.

Atualmente, a Rede Pública Estadual de Ensino atende a 264 (duzentas e sessenta e quatro) escolas indígenas que ofertam a educação básica, com mais de 15 mil estudantes matriculados nas etapas de Ensino Fundamental anos iniciais e finais, Ensino Médio Regular, e nas modalidades Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos (EJA). À frente dessas escolas, estão gestores e professores indígenas que necessitam de formação continuada.

Para atender a essa demanda, este curso de Pós-Graduação em Gestão Escolar Indígena proporcionará a capacitação necessária à formação profissional dos sujeitos que atuam nessas instituições de ensino, buscando a excelência dos serviços prestados à sua clientela e às comunidades onde a escola está inserida. Desse modo, essa formação em Lato Senso impactará positivamente na postura profissional do Gestor Escolar, habilitando-o na condução dos trabalhos de uma equipe comprometida com a promoção dos resultados educacionais tanto em nível institucional como nas redes em que está inserido.

Esses profissionais estão lotados em diversas regiões, incluindo Alto São Marcos, Médio São Marcos, Baixo São Marcos, Amajari, Baixo Cotingo, Murupu, Raposa, Serras, Serra da Lua, Surumu, Wai-Wai, Yanomami, Ye'kuana e Tabaio. O curso justifica-se em capacitar profissionais da educação para exercerem uma gestão democrática do ensino, em conformidade com os princípios constitucionais estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996). Essa lei, juntamente com outras normativas legais, fundamenta a educação escolar em contexto indígena, promovendo a valorização da diversidade cultural e garantindo o direito à educação de qualidade para todos os estudantes indígenas. Como destaca o Ministério da Educação:

“A escola indígena deve constituir-se em um espaço de afirmação da identidade étnica e cultural, promovendo uma educação diferenciada, bilíngue, intercultural e específica, construída com a participação das comunidades.” (Brasil, 2012, p. 13).

Além disso, o curso é essencial para fornecer aos gestores e professores responsáveis das escolas indígenas os conhecimentos e ferramentas necessários para compreenderem a complexidade do processo organizacional das instituições educacionais. Isso inclui o funcionamento eficaz das gestões administrativa e pedagógica, que são cruciais para o desenvolvimento de uma educação que respeite e reflita as particularidades e demandas das comunidades indígenas.

Conforme discute GRUPION: “A formação de gestores indígenas deve estar articulada com os princípios da gestão democrática e com o reconhecimento das formas próprias de organização social e política dos povos indígenas.” (GRUPION, 2014, p. 47).

Por meio dessa formação continuada, os profissionais estarão mais preparados para implementar práticas que promovam a inclusão, a valorização da cultura indígena e a participação ativa da comunidade escolar no processo educativo.

5. OBJETIVOS

5.1 Objetivo Geral

Contribuir na qualificação e fortalecimento da gestão educacional na Educação Escolar Indígena, por meio de ações formativas voltadas a gestores das redes estadual e municipais de educação, com foco em práticas de gestão inclusivas e contextualizadas.

5.2 Objetivos Específicos

- Apresentar os principais conceitos e fundamentos da Gestão Democrática;
- Conhecer e apropriar-se das principais estratégias de Gestão Escolar Democrática em contexto indígena;
- Desenvolver habilidades práticas inclusivas e contextualizada necessários a realização da Gestão Escolar democrática e comunitária;
- Estimular entre os gestores escolares e diretores de centro para o desenvolvimento contínuo de competência para o exercício de suas funções gestoras inclusivas e responsabilidades de liderança na escola.

6. INFORMAÇÕES DO CURSO

6.1 Concepção

A educação indígena no Brasil, especialmente no âmbito da gestão escolar, tem ganhado destaque com o avanço de cursos *Lato Sensu* voltados à formação de gestores escolares indígenas. Essa formação específica é uma resposta à necessidade de respeitar a diversidade cultural e a autonomia dos povos indígenas em relação à educação, de acordo com os princípios estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96.

A Constituição Federal de 1988 é um marco na garantia dos direitos dos povos indígenas, incluindo o direito a uma educação diferenciada. Em seu Artigo 231, a Constituição Federal reconhece aos povos indígenas o direito à sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, bem como os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. No contexto educacional, isso significa que os povos indígenas têm o direito a uma educação que respeite sua identidade cultural e promova a preservação de seus conhecimentos e valores.

Além disso, o Artigo 210, parágrafo 2º, estabelece que o ensino fundamental deve ser ministrado em língua portuguesa, mas garante a oferta de educação bilíngue e intercultural para as comunidades indígenas. Esses dispositivos constitucionais orientam a necessidade de programas e políticas educacionais que respeitem e promovam a diversidade cultural no âmbito escolar.

Nesse sentido a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/1996, reforça o compromisso constitucional e define a educação indígena como um direito dos povos indígenas, estabelece ainda que, a educação escolar indígena deve ser bilíngue, intercultural e específica para cada comunidade, assegurando, assim, que os conteúdos, metodologias e práticas pedagógicas respeitem e valorizem a diversidade cultural indígena.

Esse arcabouço legal embasa a criação de cursos e programas de formação voltados para educadores e gestores indígenas, com ênfase em práticas educacionais que considerem as particularidades sociais, culturais e linguísticas desses povos.

Portanto no que se refere à gestão escolar, a LDB destaca a importância da autonomia dos sistemas de ensino e da participação da comunidade no processo educativo. Essa diretriz é fundamental para o contexto indígena, onde a comunidade tem um papel ativo na educação, não apenas como beneficiária, mas como partícipe na elaboração e execução dos programas escolares.

Vale ressaltar que os cursos de pós-graduação *lato sensu* em gestão escolar indígena representam uma importante estratégia para a qualificação de lideranças educacionais nas escolas. Esses cursos são projetados para formar gestores escolares que compreendam e valorizem os aspectos culturais e linguísticos próprios de cada comunidade, respeitando as tradições e promovendo a educação intercultural.

As concepções desses cursos são fundamentadas na autonomia, na valorização da identidade cultural e na promoção da participação comunitária. Em um curso *Lato Sensu* de gestão escolar indígena, os conteúdos não se limitam apenas à administração escolar convencional, mas incorporam aspectos essenciais, como a mediação de conflitos culturais, a implementação de práticas pedagógicas adaptadas ao contexto indígena e a criação de uma educação plural que fortaleça as identidades indígenas.

A formação de gestores indígenas fortalece a autonomia dos povos indígenas e promove uma educação que dialoga com as demandas de suas comunidades, respeitando as diretrizes estabelecidas pela Constituição e pela LDB. Dessa forma, o desenvolvimento desses cursos é um passo importante para uma educação escolar indígena que valorize a identidade cultural, promova a igualdade de oportunidades e fortaleça a cidadania desses povos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais plural e inclusiva.

Logo, a oferta da pós-graduação em Educação Gestão Escolar Indígena ofertada pelo Instituto Federal de Roraima ratifica seu compromisso de capacitar, aperfeiçoar, especializar e atualizar profissionais em todos os níveis de escolaridade como também o compromisso com a diversidade cultural imprimida no estado de Roraima. Conforme está descrito no PDI:

Entende-se que não é tão somente de responsabilidade da educação toda a tarefa da transformação da sociedade. Porém, ela é um fator determinante que pode ajudar na reinvenção de uma nova relação social, na qual discursos diferentes não impedem o diálogo. Assim, princípios, fundamentos e concepções, coletivamente debatidos,

definirão as diretrizes administrativas e educacionais para todas as modalidades e níveis de ensino no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

Ao assumir como função social a formação do ser humano crítico, respeitando valores éticos, compromisso social, gestão democrática, sustentabilidade, diversidade e justiça, mediante uma educação humano-científica e tecnológica, a instituição ofertará, como oportunidades educacionais, educação profissional técnica de nível médio, educação profissional de nível superior, formação inicial e continuada de trabalhadores, formação de professores e pós-graduação. (PDI p.73,2023)

Nesse sentido o curso contemplará os temas transversais abaixo elencados dentro do conteúdo programático dos componentes curriculares:

O parecer 14/99 que trata sobre a Fundamentação, Conceituações da Educação Indígena com as seguinte categorias.

- Criação da Categoria Escola Indígena
- Definição da Esfera Administrativa
- A Formação do Professor Indígena
- O Currículo e sua Flexibilização
- Flexibilização das Exigências e das Formas de Contratação de Professores Indígenas
- Pluralidade da Educação Brasileira.

Espera-se que, ao final da pós-graduação em Gestão Escolar Indígena, os profissionais estejam preparados para implementar uma gestão democrática contextualizada, promovendo o desenvolvimento crítico dos estudantes indígenas, bem como o fortalecimento de suas identidades culturais. A formação capacitará esses gestores a respeitarem e incorporarem valores éticos, compromissos sociais e práticas de gestão democrática e sustentável, fundamentais para uma educação verdadeiramente humana e científica.

Além disso, os pós-graduandos estarão aptos a estruturar uma gestão escolar que contemple as necessidades específicas das comunidades indígenas, seguindo diretrizes como as estabelecidas na Resolução CNE n. 1/2004 e a Lei 10.639/2003, que destacam a importância da história e cultura afro-brasileira e indígena. O curso, ao abordar temas como relações étnico-raciais e a pluralidade da educação brasileira, também permitirá que os gestores desenvolvam currículos flexíveis e inclusivos que promovam a compreensão e valorização da diversidade histórica e cultural do Brasil.

6.2 Requisitos e Formas de Acesso

Este curso de pós-graduação *Lato Sensu* em gestão escolar indígena destina-se preferencialmente a educadores/profissionais da educação, portadores de diploma de graduação – licenciatura, sendo obrigatória a comprovação de certificado de conclusão reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC).

O acesso ao curso acontecerá, exclusivamente, por processo seletivo publicado em Edital desenvolvido por uma comissão, formada por docentes que compõem o Colegiado do Curso, conforme regulamento do Plano de Desenvolvimento Institucional PDI (2019-2023) do IFRR, de acordo com os procedimentos, etapas e critérios definidos em edital. A relação de documentos necessários para inscrição estará contida no edital de seleção de discentes. Estes procedimentos foram realizados pela Secretaria Acadêmica do IFRR - Campus Boa Vista, situado na Av. Glaycon de Paiva, 2496 - Pricumã, Boa Vista - RR CEP: 69.303-340. Contato via e-mail (secretaria dera.cbv@ifrr.edu.br) ou telefone: (95)3621-8000/3621-8011. O processo de admissão aos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu será definido por edital de seleção elaborado de acordo com as orientações do Setor de Educação a Distância do *campus* Boa Vista.

6.3 Matrícula

A matrícula do aluno é realizada pelo sistema do Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP e apresentação da documentação indicada no Edital ao Setor de Registro Acadêmico do *Campus* Boa Vista.

6.4 Critérios de Aproveitamento de Conhecimentos e Experiências Anteriores

Quanto ao aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores, ocorrerão mediante avaliação da coordenação do curso em parceria com o docente responsável pelo componente que avaliarão a aproximação entre os quantitativos entre as cargas horárias e compatibilidade entre os conteúdos. Conforme a Resolução 638/2021, do CONSUP/IFRR, no seu Artigo 38:

Art. 38. O estudante dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu poderá solicitar aproveitamento de componentes curriculares cursados nos últimos 5 (cinco) anos em programas e cursos de Pós-Graduação reconhecidos pela CAPES de outras instituições ou do próprio IFRR.

§ 1º A solicitação de aproveitamento de componentes curriculares deverá ser realizada no início do Curso ou antes de o componente curricular ser ministrado, no Setor de Registros Acadêmicos do Campus ofertante, mediante apresentação de documento oficial, constando ementa e carga horária do componente curricular cursado.

§ 2º O aproveitamento de componentes curriculares deverá totalizar, no máximo, 20% da carga horária total do curso.

§ 3º Para fins de aproveitamento, os conteúdos e as cargas horárias devem coincidir em, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) com o programa dos componentes curriculares do curso.

§ 4º Caberá ao Setor de Pesquisa e Pós-Graduação, nos cursos presenciais, e ao Setor de Educação a Distância, nos cursos na modalidade EaD, juntamente com o professor que ministra o componente curricular, deferir ou indeferir a solicitação de aproveitamento de componente curricular, observando a compatibilidade de conteúdos, cargas horárias e a oferta do componente no período letivo.

A coordenação do curso e o docente responsável pela disciplina que se pretende obter aproveitamento pelo aluno, reservam-se o direito de rejeitar o pedido de disciplinas eletivas de conteúdo divergentes com o curso ou que não acrescentem experiência ao currículo do aluno. Dessa forma:

- O conteúdo da ementa do componente ou atividade prática cursada deve abranger no mínimo 75% do conteúdo da equivalente;
- A carga horária do componente ou atividade prática cursada deve ser igual ou superior à da equivalente.

6.5 Sistema de Avaliação

A avaliação, conforme define Luckesi (1996, p. 33), "é como um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão". Assim, a avaliação está intrinsecamente ligada ao processo pedagógico e deverá servir para diagnosticar os resultados e traçar novas metas para o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando, aos docentes e estudantes, a identificação dos avanços alcançados, dos caminhos percorridos e dos novos rumos a serem seguidos. Essa atividade não deve priorizar apenas o resultado ou o processo, mas deve, como prática de investigação, interrogar a relação ensino-aprendizagem e buscar identificar os conhecimentos construídos e as dificuldades de uma forma dialógica. Toda resposta ao processo de aprendizagem, é uma questão a ser considerada por mostrar os conhecimentos que já foram construídos e absorvidos, sendo assim, um novo ponto de partida para novas tomadas de decisões.

As avaliações devem ser realizadas de forma contínua, através de atividades e tarefas em que serão observadas a capacidade do estudante refletir sobre conceitos, pesquisar, perceber suas dificuldades e superá-las, o que visa sua progressão e, portanto, sua capacidade para alcançar o perfil profissional de conclusão desejado pelo curso. Cabe ao docente, desenvolver um processo de autoavaliação contínua para que possa identificar possíveis desvios em relação a esse processo. Conforme Luckesi (2005), a avaliação permite acompanhar o desenvolvimento do estudante até o seu êxito, tornando-se um "instrumento dialético de diagnóstico para o crescimento" (p. 42). Essa concepção considera a prova como uma das maneiras de se avaliar, embora seletiva, mas não o único instrumento, incentivando o professor como responsável pela percepção do processo de aprendizagem do sujeito, "o instrumento do reconhecimento dos caminhos percorridos e da identificação dos caminhos a serem perseguidos." (LUCKESI, 2005, p. 43).

No ato da avaliação serão considerados, dentre outros, os seguintes critérios e instrumentos de avaliação:

- Habilidades básicas (saber pensar);
- Habilidade de interpretar dimensões conceituais do cotidiano escolar;
- Capacidade de análise crítica;
- Habilidades de gestão (saber agir);
- Resoluções de situações/problemas;
- Capacidade de raciocínio multirracional e interativo;
- Postura ética;
- Habilidades específicas (saber fazer);
- Tomada de decisão e execução de procedimentos e atitudinais; envolvendo alunos com deficiências.

As avaliações deverão ser realizadas a partir de instrumentos que contemplem trabalhos efetuados de

forma coletiva ou individual. A avaliação será diagnóstica e formativa, ocorrendo de forma processual e contínua, através da qual, o docente, munido de suas observações, terá um diagnóstico pontual da turma. O docente poderá utilizar diferentes formas e instrumentos de avaliação que levem o discente ao hábito da pesquisa, da reflexão, da criatividade e aplicação do conhecimento em situações variadas. Os resultados das avaliações deverão ser utilizados pelo docente como meio para a identificação dos avanços e dificuldades dos discentes, com vistas ao redimensionamento do trabalho pedagógico na perspectiva da melhoria do processo ensino aprendizagem.

A proposta pedagógica para a avaliação dos estudantes prevê atividades avaliativas que funcionem como instrumentos colaboradores na verificação da aprendizagem, contemplando os seguintes aspectos: adoção de procedimentos de avaliação contínua e cumulativa; prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos; inclusão de atividades contextualizadas; manutenção de diálogo permanente com o discente; disponibilização de apoio pedagógico para aqueles que têm dificuldades.

Nos cursos a distância, a verificação do rendimento acadêmico será realizada por componente curricular e seguirá os requisitos abaixo:

1. Cursar todos os componentes curriculares que integram o curso com aproveitamento igual ou superior a 70 (setenta), numa escala de 0 a 100, para cada componente, distribuídos de acordo com os critérios previamente descritos nos planos de ensino.
2. A avaliação deverá ser contínua em cada componente curricular. O docente poderá valer-se dos instrumentos didáticos usuais, a seu critério, incluindo pelo menos uma prova presencial, conforme consta na Resolução N°1, de 8 de junho de 2007, desde que informe ao aluno antecipadamente.

Os critérios e valores de avaliação, adotados pelo docente, deverão ser explicitados aos discentes no início do período letivo e devem estar previstos nos planos de ensino. De acordo com a resolução vigente, caberá exame final ao estudante que, ao final da componente, obtiver nota (ND) igual ou superior a 50 (cinquenta) e inferior a 70 (setenta) e mais de 75% de frequência no componente. O exame final poderá abordar todo o conteúdo contemplado no componente. Após o exame final, será considerado APROVADO o discente que obtiver nota maior ou igual a 70 (setenta).

O discente terá direito à revisão de nota do exame final, desde que requerida na Coordenação do Curso num prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a publicação da nota. Parágrafo único: A revisão da nota poderá ser realizada até o quinto dia útil após o início do período letivo posterior à aplicação do exame final. A indicação do(s) revisor ficará sob a responsabilidade do Coordenador de Curso. No ambiente virtual o processo avaliativo será realizado de acordo com as características de cada componente, respeitando o estabelecido no Plano de Curso. O aluno reprovado em um componente curricular no que se refere à modalidade presencial ou a distância não receberá nenhuma certificação comprobatória do Registro Acadêmico.

6.6 Da Frequência

Ter frequência mínima de 75% em cada componente curricular nos encontros síncronos e assíncronos no ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

6.7 Sistema de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem

As avaliações serão realizadas de forma semanal, por meio das atividades e tarefas em que serão observadas a capacidade do estudante em refletir e pesquisar sobre conceitos, perceber suas dificuldades e superá-las, visando sua progressão para alcance do perfil profissional de conclusão desejado pelo curso. Nenhuma avaliação poderá ter nota maior do que 50% (cinquenta por cento) da nota total do componente.

6.8 Indicadores de Avaliação do curso

Os indicadores de desempenho adotados pela Instituição estão previstos pela Comissão Permanente de Avaliação - CPA, com base no Sistema de Avaliação da Educação Superior-SINAES e apontados pelo Roteiro Básico da Comissão SESU/INEP, a seguir:

INDICADORES	FORMA DE CÁLCULO	DESCRIÇÃO DOS COMPONENTES
Relação Candidato/Vaga	Total de Candidatos/Total de Vagas	Dimensiona o nível de atratividade dos cursos ofertados pela instituição.
Relação Ingresso/Estudante	Total de Ingressantes/Total de Matriculados	Analisa a capacidade da oferta de vagas da instituição.
Relação Concluintes/Estudantes	Total de Concluídos e Integralizados na Fase Escolar/Total de Matriculados	Analisa a taxa de concluintes sobre o número total de matrículas.
Índice de Eficiência Acadêmica	Total de Concluídos e Integralizados na Fase Escolar/Total de Matriculados Finalizados	Verifica se a instituição obteve uma relação eficiente entre o número de concluintes e o número de ingressantes.
Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Total de Retidos/Total de Matriculados	Avalia a taxa de retenção do fluxo escolar (reprovações e trancamentos).

6.9 Público Alvo

O público-alvo do curso pós graduação em Gestão escolar indígena destina-se preferencialmente a educadores e/ou profissionais da educação que atuam nas escolas indígenas, portadores de diploma de graduação em licenciatura, sendo obrigatória a comprovação de certificado de conclusão reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC).

6.10 Profissional a Ser Formado

Profissional a ser formado em Gestão Escolar Indígena será agente comprometido com a promoção de uma educação que respeite e valorize a cultura, a história e os saberes dos povos indígenas. Esse gestor deverá ser capaz de atuar com sensibilidade cultural, conhecimento técnico, inovador e liderança para desenvolver políticas educacionais que integrem as particularidades e as necessidades das comunidades indígenas, promovendo o fortalecimento de suas identidades e a autonomia de seus membros.

Esse profissional terá uma formação abrangente, que inclui conhecimentos sobre os fundamentos da educação indígena, leis e resoluções específicas, como a Lei 10.639/2003 e a Resolução CNE n. 1/2004, e habilidades para aplicar conceitos de gestão democrática, sustentabilidade, diversidade e justiça social na administração escolar. Ele deverá ser capacitado a criar ambientes educativos inclusivos, que respeitem a pluralidade cultural e incentivem o desenvolvimento crítico dos alunos, respeitando sempre a cosmovisão e os valores das comunidades.

Além disso, o gestor escolar indígena formado estará apto a elaborar e flexibilizar currículos, promovendo uma educação que integre saberes tradicionais e conhecimentos contemporâneos, garantindo o protagonismo indígena na condução do processo educativo. Esse profissional terá habilidades para coordenar e fomentar a formação continuada de professores indígenas, incentivando práticas pedagógicas que estejam alinhadas às tradições e valores de cada povo.

Por fim, o profissional formado em Gestão Escolar Indígena será um facilitador do diálogo intercultural, atuando para que a escola seja um espaço de pertencimento e aprendizado que valorize e fortaleça a cultura indígena, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e respeitosa da diversidade étnico-cultural do contexto local.

As principais competências desse profissional incluem:

- 1. Competência Intercultural:** Ser capaz de entender, respeitar e integrar os valores, tradições e conhecimentos dos povos indígenas na gestão escolar. Isso envolve conhecimento sobre culturas indígenas, história, língua e cosmovisões para criar um ambiente educacional acolhedor e inclusivo.
- 2. Competência para a Gestão Democrática:** Promover uma gestão participativa que envolva a comunidade indígena na tomada de decisões, como representantes comunitários, anciãos, famílias e estudantes, garantindo que todos os membros tenham voz e que a escola funcione de forma coletiva e colaborativa.
- 3. Competência em Políticas Públicas e Legislação Educacional Indígena:** Conhecer e aplicar leis e resoluções, como a Lei 10.639/2003 e a Resolução CNE n. 1/2004, como também o parecer 14/99 que trata sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena, que orientam a educação indígena. Esse conhecimento é fundamental para garantir que a escola atenda às exigências legais e promova uma educação plural, com foco em relações étnico-raciais e na pluralidade cultural.

4. **Competência Pedagógica e Curricular:** Ser capaz de adaptar e flexibilizar o currículo para atender às especificidades das comunidades indígenas no contexto na qual estão inseridas. Isso inclui o desenvolvimento de conteúdos que integrem saberes tradicionais e conhecimentos científicos, respeitando a diversidade cultural e os interesses da comunidade escolar indígena.
5. **Competência para Liderança e Mobilização Comunitária:** Liderar de forma inspiradora e mobilizadora, engajando professores, alunos, pais e demais membros da comunidade na criação e na manutenção de uma escola que valorize a cultura indígena, deve ter capacidade para formar e apoiar líderes locais, incentivando o protagonismo indígena.
6. **Competência em Formação e Gestão de Professores Indígenas:** Capacitar e acompanhar professores indígenas, garantindo que recebam formação adequada e estejam preparados para ensinar de forma alinhada com a cultura e os valores locais. Isso inclui incentivar a formação continuada e o desenvolvimento de metodologias pedagógicas sensíveis à realidade indígena.
7. **Competência em Sustentabilidade e Gestão de Recursos:** Administrar recursos de forma sustentável, garantindo a infraestrutura necessária para um ensino de qualidade e promovendo práticas que respeitem o meio ambiente e as tradições de uso sustentável dos recursos naturais pelas comunidades indígenas.
8. **Competência em Resolução de Conflitos e Mediação Cultural:** Ser capaz de lidar com possíveis conflitos culturais ou sociais dentro da escola, mediando situações de forma sensível e promovendo a harmonia entre saberes tradicionais e conhecimentos contemporâneos.
9. **Competência em Avaliação e Planejamento Educacional:** Planejar, implementar e avaliar ações pedagógicas e administrativas de maneira eficaz, considerando as metas educacionais específicas e os indicadores de qualidade estabelecidos pela comunidade e pelos órgãos de educação indígena.
10. **Competência para o Desenvolvimento de Projetos de Valorização Cultural:** Criar, gerenciar e apoiar projetos que incentivem a valorização da cultura indígena, promovendo eventos, atividades e materiais didáticos que fortaleçam a identidade cultural dos estudantes e da comunidade.

Essas competências permitem que o profissional em Gestão Escolar Indígena atue de forma ética, inclusiva e inovadora e empreendedora, promovendo uma educação que respeite a diversidade e que contribua para o desenvolvimento das comunidades indígenas em harmonia com seus valores e perspectivas culturais.

6.11 Desligamento do Discente

De acordo com a Resolução 638/2021, do CONSUP/IFRR, no seu artigo 29, o estudante será desligado do curso quando:

I - for reprovado em 2 (dois) componentes curriculares do Curso, salvo nos casos previstos no § 2º deste artigo.

II - ultrapassar o prazo máximo definido para a integralização do Curso.

III - por instância superior, depois de constatada a ausência de originalidade no conteúdo textual ou de plágio comprovado em algum trabalho acadêmico por ele apresentado como de sua autoria.

IV - a pedido do estudante, com a ciência do orientador, acompanhado de justificativa encaminhada ao Setor de Pesquisa e Pós-Graduação do Campus.

6.12 Cancelamento de Matrícula

O cancelamento de matrícula deverá ser solicitado pelo próprio estudante através de abertura de chamado no Sistema Unificado da Administração Pública do IFRR, sem o qual será considerado **desistente**, perderá a sua vaga no curso e terá a sua matrícula cancelada.

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Escolar Indígena possui carga horária total de 380 horas, sendo que a matriz curricular integraliza 380 horas igualmente divididas entre 13(treze) componentes curriculares obrigatórios organizadas em 04 (quatro módulos), bem como pelo trabalho de Conclusão de Curso - TCC, completando o total de horas do curso. A proposta curricular do curso visa ampliar o conhecimento e a inserção dos estudantes na compreensão da gestão democrática e inovadora.

Nesses módulos permeiam teoria e prática de pesquisa em todo o currículo durante as atividades dos componentes, culminando com seminário e tendo como produto final Trabalho de Conclusão de Curso, com previsão de término para o último semestre do curso. Os componentes curriculares do curso foram estruturados de maneira a permitir a maior interação possível de seus conteúdos curriculares. A proposta metodológica, portanto, aborda um sistema de interdisciplinaridade, que reúne teoria e prática para promover com maior eficiência a compreensão dos conceitos abordados em cada componente e a interação entre os componentes curriculares. A interdisciplinaridade deve ocorrer tanto de forma horizontal quanto vertical entre os componentes de cada módulo, visando contemplar a estrutura curricular do curso.

O currículo proposto atende às diversas dimensões dos discentes participantes, pois considera as subjetividades destes ao incluir nas ementas das disciplinas questões atuais como a reflexão sobre a prática no contexto escolar como um todo, entendendo ainda que estas temáticas abordadas vão além do âmbito profissional, possibilitando tomadas de decisões e enfrentamento de situações cotidianas baseadas nos princípios dos direitos humanos, da diversidade cultural e a interculturalidade. Assim, entendemos que a organização desse currículo pode trazer benefícios tanto de forma profissional, social, quanto pessoal.

7.1 Matriz Curricular

A matriz curricular (Quadro 1) do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão da Educação Escolar Indígena na modalidade a distância está organizada e desenvolvida de modo a favorecer a melhor relação entre teoria e prática, por meio de aulas a distância que poderão ser expositivas e interativas, debates individuais e em grupos.

Quadro 1 – Matriz Curricular

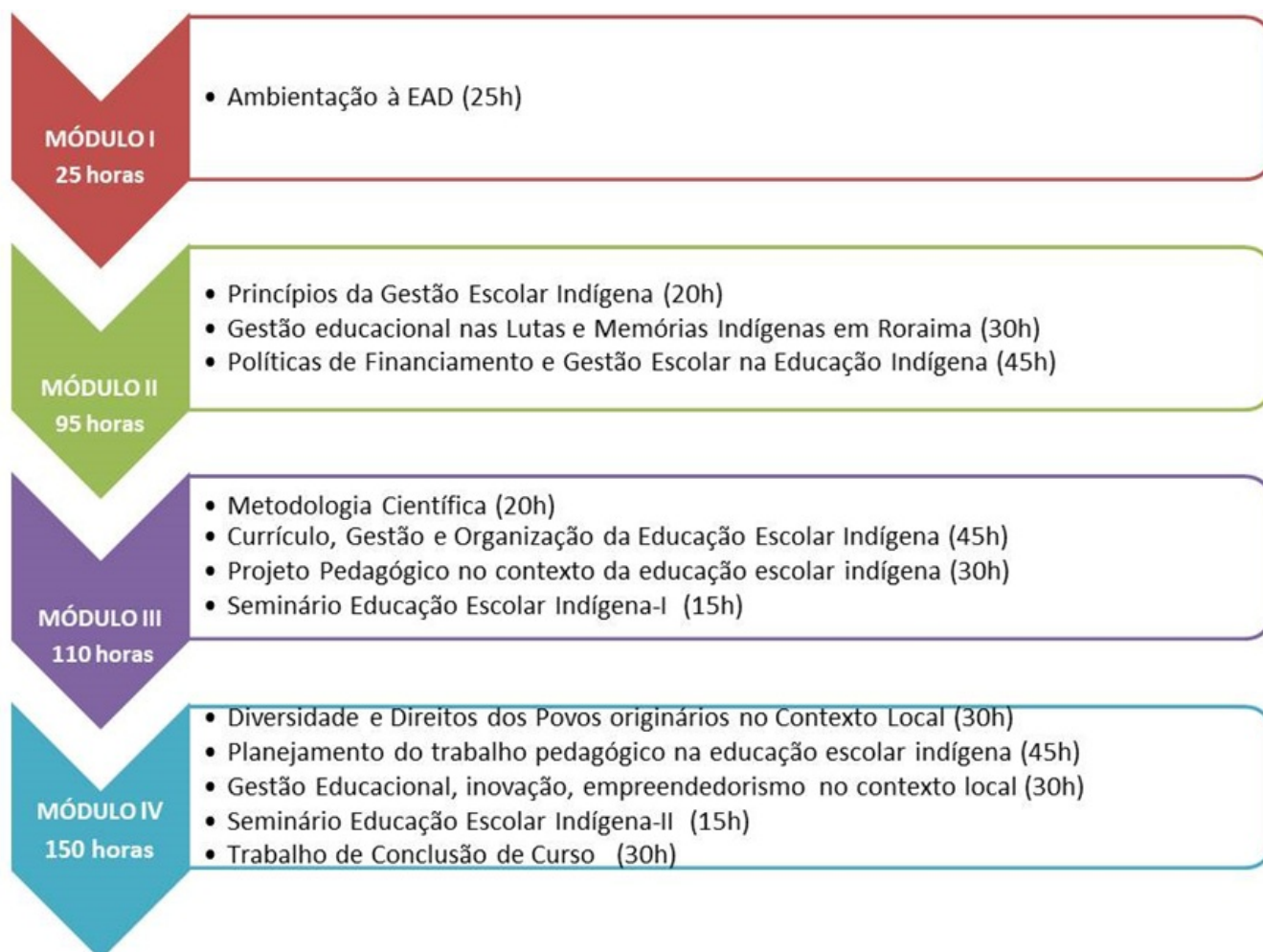
Módulo	Disciplina	Carga Horária
Modulo I	Ambientação à EaD	25
Modulo II	Fundamentos da Gestão Escolar Indígena	95
Componentes Curriculares	Princípios da gestão escolar indígena	20
	Gestão educacional nas Lutas e Memórias Indígenas em Roraima	30
	Políticas de Financiamento e Gestão Escolar na Educação Indígena.	45
Módulo III	Fundamentos Legais da Gestão Escolar Indígena	110
Componentes Curriculares	Metodologia Científica	20
	Currículo, Gestão e Organização da Educação Escolar Indígena	45
	Projeto Pedagógico no contexto da educação escolar indígena	30
	Seminário Educação Escolar Indígena-I	15
Módulo IV	Estrutura e funcionamento da educação básica na educação escolar indígena	120
Componentes Curriculares	Diversidade e Direitos dos Povos originários no Contexto Local	30
	Planejamento do trabalho pedagógico na educação escolar indígena.	45
	Gestão Educacional, inovação, empreendedorismo no contexto local.	30
	Seminário Educação Escolar Indígena-II	15
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso-TCC	30
Total da carga geral da horária		380

A estrutura organizacional da matriz curricular, docentes e horários (Quadro 2) poderão sofrer mudanças para atender de maneira mais eficiente as necessidades do curso, porém, sem prejuízo de carga horária ou de sua estrutura básica, desde que comunicado previamente aos discentes. Na elaboração da matriz curricular optou-se pela organização do curso em quatro módulos subsequentes, organizadas em um módulo, discriminando a carga horária em hora-relógio. O curso culmina com o TCC como componente obrigatório. O curso possui duração prevista de 18 (dezoito) meses, assim, as disciplinas deverão ser divididas ao longo de três semestres.

7.2 Representação Gráfica da Matriz Curricular

A Figura na página a seguir, apresenta a representação gráfica da matriz curricular do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão escolar indígena. A organização curricular proposta objetiva reverenciar uma formação específica, o que proporcionará ao egresso a habilitação adequada na sua área de atuação.

Figura 1 – Representação Gráfica da Matriz Curricular



7.3 Ementário

Nome do componente	Ambientação à Ead		
Módulo:	I	Carga Horária:	25 horas
Ementa Apresentação do ambiente virtual de aprendizagem (AVA). Contextualização histórica. Bases conceituais e fundamentos. Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem. Mediação pedagógica no contexto da EaD. As TICs no processo de ensino e aprendizagem – práticas metodológicas. Ferramentas de navegação e busca na Internet. Metodologias de estudo baseadas nos princípios de autonomia, interação e cooperação. Educação Ambiental.			
Objetivo Tornar o processo de aprendizagem mais acessível e dinâmico, além de facilitar a comunicação entre alunos e professores. Apresentar as tecnologias educacionais para que alunos e professores interajam virtualmente, realizem avaliações de acordo com o calendário da instituição, assistam aulas de forma síncrona ou assíncrona, acompanhem o desempenho individual no curso, dentre outras funcionalidades.			
Bibliografia Básica: BELLONI, Maria Luiza. Educação a distância . 7. ed. Campinas: Autores Associados, 2015. 127 p. (Educação contemporânea). CÔRREA, J. Educação a distância : orientações metodológicas. Porto Alegre: ARTMED, 2007. ELSA GUIMARÃES OLIVEIRA. Educação a distância na transição paradigmática . Papyrus Editora, 2003, p. 14 FREIRE, Wendel (Org.). Tecnologia e educação : as Mídias na prática docente. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2011. 128 p. KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e ensino presencial e a distância . 9.ed. Campinas: Papyrus, 2003. 2003. 157 p. (Prática pedagógica).			
Bibliografia Complementar: LEITE, Lígia Silva (Coord.). Tecnologia educacional : descubra suas possibilidades na sala de aula. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 133 p. MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. Educação a distância : uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2008. 398 p. TIBEAU, C. C. P. M. Didática com criatividade . São Paulo: Ícone, 2011.			

Nome do componente:	Princípios da gestão escolar indígena		
Módulo:	II	Carga Horária:	20 horas
Ementa Aportes de um modelo de gestão eficiente e de qualidade voltada para a educação escolar indígena, observando as seguintes características: intercultural, bilingue/multilíngue, comunitária, específica e diferenciada. Gestão de sistema educacional indígena em Roraima. Organização e Planejamento estratégico institucional. Conhecimento sobre a Coordenação Pedagógica e currículos embasados pelo DCRR e BNCC. Relacionamento e parcerias com a comunidade interna e externa.			
Objetivo Compreender os fundamentos teóricos e legais que sustentam a educação indígena no Brasil, com base na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e nas normativas relacionadas aos direitos dos povos indígenas.			
Bibliografia Básica: BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena (DCRR) . Brasília: MEC, 2012. Documento Base para a organização da educação escolar indígena no Brasil . BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Base Nacional Comum Curricular (BNCC) . Brasília: MEC, 2018. Guia para construção curricular com destaque para a valorização da diversidade cultural e linguística . CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) Política indigenista no Brasil: uma análise crítica . São Paulo: UNESP, 1992. MENEZES, Carolina Santana. Educação escolar indígena no Brasil: um olhar a partir das políticas públicas . Brasília: FUNAI, 2015. PIMENTEL, Fátima Aparecida Duarte. Gestão educacional indígena: uma abordagem intercultural . Brasília: FUNAI,			

2018.

Bibliografia Complementar:

FERREIRA, Cláudia Pereira. **Coordenação pedagógica em escolas indígenas: desafios e práticas**. São Paulo: Autores Associados, 2019.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Gestão educacional participativa e transformadora**. São Paulo: Cortez, 2015.

RUIZ, Jorge Eremites de Oliveira; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (orgs.). **Educação indígena: processos de formação, políticas e práticas**. Brasília: MEC, 2009.

Nome do componente:	Gestão educacional nas Lutas e Memórias Indígenas em Roraima		
Módulo:	II	Carga Horária:	30 horas
Ementa Desenvolvimentismo e políticas de ocupação; SPI e FUNAI: continuidades e rupturas de contato; Memória e ancestralidade Parakanã em processos de enfrentamento: agronegócio, mineração e grandes projetos; As Forças Armadas enquanto alteridade estatal; Memória, multiplicidade e novas estratégias de autonomia.			
Objetivo Investigar e analisar as práticas de gestão escolar no contexto das lutas, contatos e memórias indígenas no Estado de Roraima, buscando compreender como essas experiências históricas e culturais influenciam os processos educacionais e contribuem para a construção de uma educação indígena autônoma, intercultural e inclusiva.			
Bibliografia Básica: Ribeiro, Darcy. O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Souza Lima, Antônio Carlos de. O Brasil entre a América e a Europa: O Serviço de Proteção aos Índios e o Projeto de uma Nação . Rio de Janeiro: Contra Capa, 2010. Cunha, Manuela Carneiro da (org.). História dos Índios no Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 1992. VIEIRA, J. G. missionários, fazendeiros e índios em roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980 . Boa Vista: Editora da UFRR, 2007. Page 81. 79. PROGRAMA. Tavares, Fernando. Memória e Resistência: Narrativas Indígenas sobre Projetos de Grande Impacto . Campinas: Editora da Unicamp, 2020.			
Bibliografia Complementar: Tavares, Fernando. Memória e Resistência: Narrativas Indígenas sobre Projetos de Grande Impacto . Campinas: Editora da Unicamp, 2020. Bessa Freire, José Ribamar. Rio Babel: A História das Línguas na Amazônia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. Vianna, Luiz Werneck (org.). A aventura liberal no Brasil: Intelectuais, Estado e Políticas Públicas . Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997.			

Nome do componente:	Políticas de Financiamento e Gestão Escolar na Educação Indígena		
Módulo:	II	Carga Horária:	45 horas
Ementa Introdução às Finanças Públicas. Relações entre economia e Políticas Públicas de Educação. Fundamentos Legais do Financiamento da Educação. Fontes e Recursos de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. O Financiamento da Educação com Qualidade.			
Objetivo Permitir a identificação e os fundamentos legais, as principais fontes e os mecanismos de financiamento da educação no país, na União, Estados e Municípios.			
Bibliografia Básica: AMARAL, Nelson. Para compreender o financiamento da educação básica no Brasil . Brasília: Liber Livro, 2012. DAVIES, Nicholas. Financiamento da educação: novos ou velhos desafios? São Paulo: Xamã, 2004. DRAIBE, S.; RIESCO, M. Estado de Bem-Estar, Desenvolvimento Econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea . In: Políticas Públicas no Brasil. Fiocruz. Rio de Janeiro, RJ. 2007. LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. e TOSCHI, M. S. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização . São Paulo: Cortez Editora, 2005. PÓVOA, Alexandre. Mundo Financeiro: o olhar de um gestor . 1ª.ed. São Paulo: Saraiva. 2010 RUA, Maria. G. (1998). Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos .			
Bibliografia Complementar:			

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil. Brasília/DF:** Senado Federal, 2004. Disponível em: Acesso em: fev. 2004.

BRASIL. MEC. **Legislação do Fundef. Brasília/DF:** Disponível em: Acesso em: 11 maio 2004. BRASIL. Lei 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em BRASIL. MEC. INEP. Censo Escolar. Disponível em: FUNDEB. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Nome do componente:	Metodologia Científica		
Módulo:	III	Carga Horária:	20 horas
Ementa Gêneros discursivos; mecanismos de organização textual e produção de sentidos; Experiência, narrativa e formação. A experiência como lugar de memória e saber. A construção de narrativas memoriais como espaço de construção de identidades e projetos individuais e coletivos. Experiência, Cotidiano, Memória, Identidade e Narrativa.			
Objetivo Promover discussão teórica sobre os tipos, métodos e técnicas de pesquisa científica. Compreender as fases da investigação científica: planejamento, elaboração de projeto de pesquisa, execução, análise dos dados e trabalho final. Proporcionar aos discentes a vivência e experiência com pesquisas no campo da Educação escolar indígena. Compreender as normas e desenvolver atividades práticas para a construção de um artigo científico.			
Bibliografia Básica: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes; Tavares, Dirce Encarnacion; Godoy, Herminia Prado. Interdisciplinaridade na pesquisa científica . Papirus Editora 132 GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas . São Paulo: Artmed, 1999. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica . 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010 SANTOS, José Heraldo dos. Manual de normas técnicas de formatação de trabalho de conclusão de curso . Editora Interciência 126			
Bibliografia Complementar: CERVO, Amado Luiz. Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007 GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. xvi, 200 p. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . São Paulo: Cortez, 2007.			

Nome do componente:	Currículo, Gestão e Organização da Educação Escolar Indígena		
Módulo:	III	Carga Horária:	45 horas
Ementa Organização Social e Educação. Interculturalidade e diferença. Currículo intercultural bilíngue. Organização e funcionamento das escolas indígenas. Políticas de Educação Escolar Indígena no Brasil; Programas em Educação Escolar Indígena; Territórios Etnoeducacionais e Gestão da EEI.			
Objetivo Analisar a organização social dos povos originários em sua relação com o currículo, a gestão e o funcionamento das escolas indígenas, com o propósito de compreender como essas dimensões interagem para atender às especificidades culturais, históricas e educacionais das comunidades, promovendo uma educação que fortaleça as identidades indígenas e respeite sua autonomia.			
Bibliografia Básica: Cunha, Manuela Carneiro da (org.). História dos Índios no Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Lopes da Silva, Aracy; Grubits, Sílvia; Franco, Neli (orgs.). Educação Escolar Indígena no Brasil: Aspectos Históricos e Temáticos . Brasília: MEC/SESU, 2002. Fleuri, Reinaldo Matias. Educação Intercultural: Mediações Necessárias . Brasília: Liber Livro, 2003. MEC/SECADI. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica . Brasília: MEC, 2012. Laraia, Roque de Barros. Cultura: Um Conceito Antropológico . Rio de Janeiro: Zahar, 2001.			
Bibliografia Complementar: Freire, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa . São Paulo: Paz e Terra, 1996.			

Reis, Elisa Guaraná de Souza; Almeida, Renato Sztutman (orgs.). **O Ensino da Cultura Indígena no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 2007.

Gomes, Nilma Lino. **Educação, Identidade e Diferença: Uma Reflexão sobre o Contexto Escolar**. São Paulo: Autêntica, 2001.

Nome do componente:	Projeto Pedagógico no Contexto da Educação Escolar Indígena		
Módulo:	III	Carga Horária:	30 horas
Ementa Estudo do desenvolvimento e da implementação do Projeto Pedagógico nas escolas indígenas, considerando as especificidades culturais, históricas e linguísticas dos povos originários. Análise dos princípios que orientam a educação escolar indígena, como a educação bilíngue e intercultural, e sua relação com o currículo e as metodologias de ensino. Discussão sobre a construção de um projeto pedagógico que respeite e valorize os saberes tradicionais, as línguas indígenas e as práticas culturais, ao mesmo tempo em que se alinha às exigências legais e educacionais do Brasil. Exploração dos processos participativos na elaboração do projeto pedagógico, com a participação ativa das comunidades indígenas, famílias e professores. Reflexão sobre os desafios e as potencialidades de criar um ambiente educacional que favoreça a formação integral dos alunos indígenas, promovendo a continuidade e o fortalecimento das suas culturas, identidades e autonomia.			
Objetivo Analisar a elaboração e a implementação do Projeto Pedagógico nas escolas indígenas, considerando as especificidades culturais, linguísticas e sociais dos povos originários, com o objetivo de promover uma educação que respeite as tradições indígenas e, ao mesmo tempo, atenda às exigências legais e pedagógicas do sistema educacional brasileiro.			
Bibliografia Básica: Silva, Armindo dos Santos de. Currículo Intercultural Bilíngue: Educação Escolar Indígena no Brasil . Florianópolis: Editora UFSC, 2015. Barbosa, Maria Nazaré Tavares. Interculturalidade e Educação: Políticas e Práticas Pedagógicas na Educação Indígena . São Paulo: Paulinas, 2005. BRASILIA (Distrito Federal) Ministério da Educação-SEF. Referencial curricular nacional para as escolas indígenas/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental . Brasília: 1998. BORTONI, Ricardo Stella Maris. Educação em Língua Materna: a sociolinguística na sala de aula . São Paulo: Parábola Editorial, 2004. BRAGGIO, Silvia Lucia Bigonjal. Estudos de Línguas e Educação Indígena . Editora Pontes, 2019.			
Bibliografia Complementar: Souza, Maria Inês de. Educação Escolar Indígena: Fundamentos, Políticas e Práticas Pedagógicas . Curitiba: Appris, 2015. Laraia, Roque de Barros. Cultura: Um Conceito Antropológico . Rio de Janeiro: Zahar, 2001. Freire, Paulo . Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. <i>São Paulo: Paz e Terra, 1996</i> . Baniwa, Gersém José dos Santos. O Índio Brasileiro: O Que Você Precisa Saber sobre os Povos Indígenas no Brasil de Hoje . Brasília: MEC/Mari, 2006. Souza, Maria Inês de. Educação Escolar Indígena: Fundamentos, Políticas e Práticas Pedagógicas . Curitiba: Appris, 2015.			

Nome do componente:	Seminário Educação Escolar Indígena-I		
Módulo:	III	Carga Horária:	30 horas
Ementa O seminário aborda a educação escolar indígena a partir de uma perspectiva integrada, focando na gestão, no currículo e no projeto pedagógico como instrumentos essenciais para a valorização e preservação das culturas originárias. Serão analisadas as práticas de gestão escolar indígena, com ênfase na autonomia das comunidades e no fortalecimento das identidades culturais por meio da educação.			
Objetivo Analisar a educação escolar indígena sob uma perspectiva integrada, destacando a gestão, o currículo e o projeto pedagógico como ferramentas fundamentais para a valorização e preservação das culturas originárias, com ênfase na autonomia das comunidades indígenas e no fortalecimento de suas identidades culturais por meio da educação.			
Bibliografia Básica:			

Fleuri, Reinaldo Matias. **Educação Intercultural: Mediações Necessárias**. Brasília: Liber Livro, 2003.

Barbosa, Maria Nazaré Tavares. **Interculturalidade e Educação: Políticas e Práticas Pedagógicas na Educação Indígena**. São Paulo: Paulinas, 2005.

NOBRE, Domingos. Currículo diferenciados das escolas indígenas, quilombolas e caiçaras: política e metodologia. Financiado com recursos do Edital PROEXT/MEC UFF 2016.

[SILVA, Maria do Socorro Pimentel; ROCHA, Leandro Mendes. Educação bilíngüe intercultural entre povos indígenas brasileiros. https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48098/23457](https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48098/23457)

LUCIANO, Gersem José Santos dos. **Cenário contemporâneo da educação escolar indígena no Brasil**, Brasília, Ministério da Educação 2007.

Bibliografia Complementar:

Silva, Armindo dos Santos de. **Currículo Intercultural Bilíngüe: Educação Escolar Indígena no Brasil**. Florianópolis: Editora UFSC, 2015.

Monte, Rinaldo Arruda; Barbosa, Rúbia Cristiane (orgs.). **Educação Escolar Indígena: Construções e Perspectivas**. Curitiba: Appris, 2018.

Funari, Pedro Paulo; Ferreira, Ana Maria Silva; Noelli, Francisco Silva (orgs.). **História dos Povos Indígenas no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

Nome do componente:	Diversidade e Direitos dos Povos Originários no Contexto Local		
Módulo:	III	Carga Horária:	30 horas
Ementa Abordará a diversidade cultural dos povos originários, com foco na proteção e promoção de seus direitos no contexto local. A partir de uma análise histórica e contemporânea, serão discutidos os direitos territoriais, culturais, sociais e educacionais dos povos indígenas, conforme estabelecido pela Constituição Brasileira e outros marcos legais internacionais, como a Convenção 169 da OIT			
Objetivo Analisar a diversidade cultural dos povos originários e os direitos assegurados a essas comunidades no contexto local, explorando as políticas públicas, as práticas de resistência e as dinâmicas regionais que influenciam a promoção e a proteção dos direitos territoriais, sociais, culturais e educacionais dos povos indígenas.			
Bibliografia Básica: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Artigos relacionados aos direitos dos povos indígenas, especialmente os artigos 231 e 232. Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) Disponível em: https://www.ilo.org ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais . Manaus: EDUA, 2008. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 1995. OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). Indigenismo e territorialização: poder e desenvolvimento sustentável na Amazônia . Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.			
Bibliografia Complementar: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). Direitos dos povos indígenas . São Paulo: Companhia das Letras, 1987. BARROSO, Luís Roberto. O novo direito constitucional brasileiro: contribuições para a construção teórica e prática . São Paulo: Saraiva, 2013. MENEZES, Carolina Santana. Educação escolar indígena no Brasil: um olhar a partir das políticas públicas . Brasília: FUNAI, 2015.			

Nome do componente:	Planejamento do trabalho pedagógico na educação escolar indígena		
Módulo:	IV	Carga Horária:	45 horas
Ementa Fundamentos e concepções da organização e da gestão do trabalho pedagógico no contexto local: a unidade, a pluralidade e a autonomia no processo de construção e operacionalização do trabalho pedagógico. O plano estratégico de ação como instrumento de execução do Projeto Político Pedagógico da escola. A ação do planejamento na organização escolar: desde o projeto político-pedagógico até o plano de ensino. Organização e Gestão do Trabalho Pedagógico Docente: as interfaces entre o planejamento, o currículo, a avaliação escolar e a formação continuada em serviço. O trabalho pedagógico compartilhado: a relação do corpo docente e da equipe técnica com os demais envolvidos no cotidiano escolar e no processo de gestão.			

Objetivo

Conhecer e analisar criticamente os fundamentos e as concepções da organização e da gestão do trabalho pedagógico; Refletir e discutir sobre o plano estratégico de ação como referência para execução do Projeto Político Pedagógico; Compreender a relevância da ação do planejamento desde o Projeto Pedagógico até o Plano de Ensino; Reconhecer as inter relações entre o planejamento, o currículo, a avaliação escolar e a formação continuada em serviço na organização e gestão do trabalho pedagógico docente; Compreender a relação do corpo docente e da equipe técnica com os demais envolvidos no cotidiano escolar e no processo de gestão.

Bibliografia Básica:

Libâneo, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. Goiânia: Alternativa, 2004.

Vasconcellos, Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**. São Paulo: Libertad, 2010.

Lück, Heloísa. **Gestão Educacional: Uma Questão de Competência**. Petrópolis: Vozes, 2009.

Saviani, Dermeval. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 2007.

Gandin, Danilo R. **A Prática do Projeto Político-Pedagógico: A Construção Coletiva nas Escolas**. Petrópolis: Vozes, 2006.

Bibliografia Complementar:

Paro, Vitor Henrique. **Gestão Escolar, Democracia e Qualidade do Ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

Freire, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Roldão, Maria do Céu. **Função Docente: Natureza e Construção do Conhecimento Profissional**. São Paulo: Cortez, 2007.

Nome do componente:	Gestão Educacional, inovação, empreendedorismo no contexto local.		
Módulo:	IV	Carga Horária:	30 horas
Ementa Abordará a gestão educacional com foco em práticas inovadoras que promovem a criatividade, o empreendedorismo e o desenvolvimento local. A partir de uma análise crítica, serão discutidos conceitos e estratégias para a implementação de metodologias pedagógicas que estimulem a criatividade dos alunos e os preparem para os desafios do mercado de trabalho, com ênfase na realidade e nas necessidades da comunidade local. Formar cidadãos empreendedores que compreendam e atuem no desenvolvimento sustentável de suas comunidades, promovendo a autonomia, a liderança e o engajamento social.			
Objetivo Desenvolver e analisar práticas de gestão educacional que promovam a criatividade, a inovação e o empreendedorismo no contexto local, com o objetivo de capacitar educadores e gestores para implementar estratégias pedagógicas e administrativas que estimulem o pensamento crítico, a resolução de problemas e a formação de cidadãos empreendedores capazes de atuar no desenvolvimento sustentável e na transformação social de suas comunidades.			
Bibliografia Básica: Demo, Pedro. Educação e Qualidade: A Contribuição do Empreendedorismo Criativo. São Paulo: Atlas, 2010. Morin, Edgar. Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro . São Paulo: Cortez, 2000. Veiga, Ilma Passos Alencastro (org.). Gestão Educacional: Novas Perspectivas e Desafios Contemporâneos . Campinas: Papirus, 2012. Freire, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa . São Paulo: Paz e Terra, 1996. Dolabela, Fernando. O Segredo de Luísa: Uma Ideia, uma Paixão e um Plano de Negócios . São Paulo: Sextante, 2008.			
Bibliografia Complementar: Fonseca, Ana Maria et al. Educação Empreendedora: Conceitos, Metodologias e Práticas . Curitiba: Appris, 2018. Drucker, Peter F. Inovação e Espírito Empreendedor: Prática e Princípios . São Paulo: Cengage Learning, 2011. UNESCO. Educação para o Desenvolvimento Sustentável: Rumo a um Futuro Melhor . Brasília: UNESCO, 2012.			

Nome do componente:	Seminário Educação Escolar Indígena-II		
Módulo:	IV	Carga Horária:	15 horas
Ementa Este seminário tem como objetivo discutir e analisar as práticas diferenciadas de gestão escolar nas comunidades indígenas, com foco na produção de materiais pedagógicos que respeitem e valorizem as especificidades culturais, linguísticas e sociais dos povos originários. Serão abordados os desafios e as possibilidades de desenvolver materiais			

educativos que atendam às necessidades das escolas indígenas, com ênfase na integração dos saberes tradicionais e conhecimentos acadêmicos, respeitando os princípios da educação bilíngue e intercultural.
Objetivo Analisar as práticas diferenciadas de gestão escolar indígena e a produção de material pedagógico, com o intuito de promover uma educação intercultural, bilíngue e inclusiva, que respeite as especificidades culturais e linguísticas das comunidades indígenas, fortalecendo a identidade e o saber tradicional enquanto se adequa às necessidades educacionais contemporâneas.
Bibliografia Básica: Fleuri, Reinaldo Matias. Educação Intercultural: Mediações Necessárias. Brasília: Liber Livro, 2003. Barbosa, Maria Nazaré Tavares. Interculturalidade e Educação: Políticas e Práticas Pedagógicas na Educação Indígena. São Paulo: Paulinas, 2005. NOBRE, Domingos. Currículo diferenciados das escolas indígenas, quilombolas e caiçaras: política e metodologia. Financiado com recursos do Edital PROEXXT/MEC UFF 2016. SILVA, Maria do Socorro Pimentel; ROCHA, Leandro Mendes. Educação bilíngüe intercultural entre povos indígenas brasileiros. https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48098/23457 LUCIANO, Gersem José Santos dos. Cenário contemporâneo da educação escolar indígena no Brasil, Brasília, Ministério da Educação 2007.
Bibliografia Complementar: Silva, Armindo dos Santos de. Currículo Intercultural Bilíngue: Educação Escolar Indígena no Brasil. Florianópolis: Editora UFSC, 2015. Monte, Rinaldo Arruda; Barbosa, Rúbia Cristiane (orgs.). Educação Escolar Indígena: Construções e Perspectivas. Curitiba: Appris, 2018. Funari, Pedro Paulo; Ferreira, Ana Maria Silva; Noelli, Francisco Silva (orgs.). História dos Povos Indígenas no Brasil. São Paulo: Contexto, 2013.

Nome da Disciplina:	Trabalho de Conclusão de Curso-TCC		
Módulo:	Único	Carga Horária:	30 horas
Ementa Conclusão e execução do projeto de pesquisa: observações gerais; o problema de pesquisa; a organização lógica do texto; organização do roteiro para o desenvolvimento da redação. Conceitos ABNT; práticas de elaboração do TCC, técnicas de apresentação do trabalho para a banca examinadora.			
Objetivo Estimular a curiosidade e o espírito questionador do acadêmico, fundamentais para o desenvolvimento da ciência. Demonstrar que o estudante é capaz de aplicar conhecimentos aprendidos em diferentes matérias ao longo do curso em um projeto único com duração de um ano.			
Bibliografia Básica: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes; Tavares, Dirce Encarnacion; Godoy, Herminia Prado. Interdisciplinaridade na pesquisa científica. Papyrus Editora, 2017. LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. São Paulo: Artmed, 1999. SANTOS, José Heraldo dos. Manual de normas técnicas de formatação de trabalho de conclusão de curso. Editora Interciência, 2019.			
Bibliografia Complementar: CERVO, Amado Luis; Bervian, Pedro Alcino; Silva, Roberto da. Metodologia Científica - 6ª edição. Editora Pearson, 2006. GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. xvi, 200 p. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 397 p. MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. Redação de artigos científicos: métodos de realização, seleção de periódicos, publicação. São Paulo: Atlas, 2015. 288 p. MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2019. XII, 331 p.			

7.4 Terminalidade Específica e Flexibilização Curricular

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, prevê uma certificação de escolaridade chamada terminalidade específica para os estudantes que, em virtude de suas deficiências, não atinjam o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental. Incluir não é tão somente possibilitar a acessibilidade ou reconhecer preceitos legais acerca da inserção de pessoas com suas especificidades e limitações em espaços comuns. Incluir é garantir uma percepção singular que se traduz em um olhar, uma postura que promova a supressão de barreiras cristalizadas pelas diferenças e preconceitos. Isto implica também na inclusão como prática institucional e docente.

Nesse sentido, a Resolução 02/2001 do CNE, deixa explícito que as instituições devem, em todos os níveis de ensino, buscar alternativas que possibilitem aos estudantes com deficiência intelectual grave ou múltipla o desenvolvimento de suas capacidades, habilidades e competências, e a certificação específica de escolaridade é uma das formas de garantir o direito de que estes alunos possam se certificar. Essa certificação não deve servir como uma limitação, ao contrário, deve abrir novas possibilidades para que o estudante tenha acesso a todos os níveis de ensino possíveis, incluindo a Educação profissional e a Educação de jovens e adultos. (BRASIL/CNE/102/2013).

Segundo a Resolução CNE/CEB nº 02, de 02 de fevereiro de 2001, que instituiu as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica - DNEE, a terminalidade específica [...] "é uma certificação de conclusão de escolaridade - fundamentada em avaliação pedagógica – com histórico escolar que apresente, de forma descritiva, as habilidades e competências atingidas pelos educandos com deficiência. A terminalidade específica é, então, um recurso possível aos discentes com necessidades especiais, devendo constar do regimento e do projeto pedagógico institucional".

O Parecer da Diretoria de Políticas de Educação Especial (DPEE) nº 14/2009/MEC/SEESP/DPEE, o direito de discentes obterem histórico escolar descritivo de suas habilidades e competências, independente da conclusão do ensino fundamental, médio ou superior, já constitui um fato rotineiro nas escolas, não havendo necessidade de explicitá-lo em Lei. A terminalidade específica, bem como as demais certificações das competências laborais de pessoas com necessidades especiais, configura-se como um direito e uma possibilidade de inserção deste público no mundo do trabalho, com vistas à sua autonomia e à sua inserção produtiva e cidadã na vida em sociedade.

7.5 Flexibilização Curricular

As adaptações curriculares devem acontecer no nível do projeto pedagógico e focar principalmente a organização escolar e os serviços de apoio. As adaptações podem ser divididas em:

- Adaptação de Objetivos: estas adaptações se referem a ajustes que o docente deve fazer nos objetivos pedagógicos constantes do seu plano de ensino, de forma a adequá-los às características e condições do discente com necessidades educacionais especiais. O docente poderá também acrescentar objetivos complementares aos objetivos postos para o grupo.
- Adaptação de Conteúdo: os tipos de adaptação de conteúdo podem ser ou a priorização de áreas ou unidades de conteúdos, a reformulação das sequências de conteúdos ou ainda, a eliminação de conteúdos secundários, acompanhando as adaptações propostas para os objetivos educacionais.
- Adaptação de Métodos de Ensino e da Organização Didática: modificar os procedimentos de ensino, tanto introduzindo atividades alternativas às previstas, como introduzindo atividades complementares àquelas originalmente planejadas para obter a resposta efetiva às necessidades educacionais especiais do estudante. Modificar o nível de complexidade delas, apresentando-as passo a passo. Eliminar componentes ou dividir a cadeia em passos menores, com menor dificuldade entre um passo e outro.
- Adaptação na Temporalidade do Processo de Ensino e Aprendizagem: o docente pode organizar o tempo das atividades propostas para o estudante, levando-se em conta tanto o aumento como a diminuição do tempo previsto para o trato de determinados objetivos e os seus conteúdos.

8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

A elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é necessária para a obtenção do certificado de conclusão do curso, conforme estabelece a Resolução do CNE/CES nº 01/2018 e a resolução vigente. O TCC tem como objetivo principal proporcionar uma síntese dos conhecimentos e habilidades adquiridas ao longo do curso. Poderá ser realizado individualmente ou em duplas de discentes do curso, sob a orientação de um professor, do curso ou convidado externo conforme resolução vigente, com previsão de término para o último módulo cursado e após ter o discente, sido aprovado em todas as disciplinas. Para o curso em questão, os discentes deverão elaborar um produto educacional, sendo:

- Artigo científico ou relato de experiência, contemplando tópicos estudados no curso, estudados no curso e em especial os resultados dos produtos apresentados nos seminários de práticas, a ser apresentado a uma banca examinadora presencial ou remota. contemplando tópicos a uma banca examinadora presencial ou remota.

O produto educacional deverá estar vinculado a um orientador designado pela coordenação do curso. Os artigos científicos, para ter validade dentro da comunidade acadêmica, deverão seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) vigentes. Tendo como produto final um eboo organizado por tos acadêmicos e orientadores.

A escolha dos orientadores deve seguir, preferencialmente, a área de atuação de cada orientador. O discente poderá ter um coorientador do IFRR ou externo, escolhido pelo orientador. A organização e a supervisão do cumprimento das normas estabelecidas estarão sob a responsabilidade do docente responsável pelo acompanhamento do TCC. Este docente será selecionado pela coordenação do curso e será responsável pela orientação, acompanhamento e elaboração da agenda da defesa dos discentes. As atribuições deste profissional responsável pelo planejamento do TCC, sob a supervisão da coordenação, consistem em:

- acolher propostas de temas de TCC advindas do corpo docente;
- acolher propostas de TCC advindas do corpo discente;
- divulgar as ofertas de TCC junto aos discentes;
- viabilizar as condições necessárias para o desenvolvimento e divulgação dos TCCs e planejar o cronograma de sua execução;
- organizar os grupos de docentes orientadores;
- organizar a formação das bancas examinadoras para a apresentação do TCC;
- elaborar o cronograma para a apresentação do TCC e efetuar o planejamento de reuniões online para a defesa;
- organizar os critérios que nortearão as várias etapas da avaliação, decisões estas que são resultados de um consenso com o colegiado do curso e com os docentes orientadores;
- expedir documento comprobatório do cumprimento, por parte do discente, de todas as exigências relativas ao TCC, inclusive da entrega da versão finalizada do trabalho;
- arquivar os documentos referentes ao TCC;
- encaminhar à Seção de Registros acadêmicos, ao final do período letivo as atas de defesa e aprovação do TCC;
- elaborar o regulamento específico do TCC e submetê-lo à aprovação do colegiado do curso;
- responder pela disciplina TCC;
- administrar, quando for o caso, o processo de substituição de orientadores, e encaminhá-lo para homologação do colegiado do curso.

Será considerado aprovado no TCC o discente que obtiver nota igual ou superior a 70 (setenta) pontos na avaliação da Banca Examinadora. Caso o estudante não alcance a nota mínima de aprovação no TCC, deverá ser reorientado a fim de realizar as necessárias adequações/correções e submeter novamente o trabalho à aprovação. De acordo com a Resolução 638/2021, do CONSUP/IFRR, no seu Art. 47, parágrafo 2º, o candidato reprovado no TCC terá uma oportunidade para nova defesa em data a ser fixada pela Coordenação de Curso, desde que respeite o prazo máximo de conclusão do Curso. Nesse caso, considerando a duração de 18 (dezoito) meses do referido curso de pós-graduação, o discente poderá solicitar, em consonância com seu orientador, uma nova Banca Examinadora após 30 (Trinta) dias após a sua defesa pública.

8.1 Banca Examinadora

A Banca Examinadora deverá ser composta pelo orientador, que a presidirá, e por mais 02 (dois) integrantes, com título de mestre ou doutor. Além de possuir 01 (um) suplente, com titulação de mestre ou doutor na área. É prevista a participação de membros externos para a composição da banca, a critério do orientador. A banca examinadora tem as seguintes funções:

- examinar e avaliar a versão final dos TCCs seguindo os critérios de avaliação definidos;
- reunir-se no horário, data e local, previamente estabelecidos, para assistir à apresentação oral do TCC;
- encaminhar ao orientador toda a documentação referente à avaliação final do TCC, assim como as sugestões de melhorias, quando julgar necessárias.

8.2 Orientador

O orientador deverá ser docente do curso ou convidado externo à instituição, com a titulação mínima de Mestre, além disso, quando indicado pela coordenação de curso, o tutor responsável pela turma poderá acompanhar as atividades do TCC enquanto co-orientador^[1]. O orientador assumirá como atribuições principais as seguintes funções:

- orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento do trabalho em todas as suas fases;
- estabelecer o plano e o cronograma de trabalho em conjunto com o orientando, de acordo com os prazos estabelecidos;
- informar o orientando sobre as normas, procedimentos e critérios de avaliação;
- sugerir 03 (três) nomes, sendo 01 (um) suplente, para compor a banca examinadora, caso seja o caso;
- encaminhar, ao coordenador de curso, a documentação referente à avaliação final do TCC;
- zelar pelo cumprimento dos prazos de entrega da versão final, corrigida pelo orientando;
- emitir ao coordenador de curso, atestado declarando que o orientando realizou as alterações sugeridas pela banca examinadora;
- presidir a banca examinadora do trabalho orientado, caso seja o caso.

8.3 Discente

O discente deverá assumir as seguintes atribuições:

- Apresentar ao orientador de TCC o plano de execução do TCC, dentro da data estabelecida;
- Informar-se sobre as normas e regulamentos do TCC;
- Cumprir as normas e regulamentos do TCC;
- Cumprir o plano e o cronograma estabelecidos em conjunto com seu orientador;
- Entregar para a coordenação do curso com no mínimo 15 dias de antecedência da apresentação o TCC, em modelo definido pelo Colegiado (impresso ou on-line), acompanhado da carta de encaminhamento emitida pelo orientador;
- Entregar uma cópia digital pelo discente com o TCC corrigido, no formato PDF, no prazo de até (30) trinta dias letivos, a contar da data da defesa para o coordenador do curso bem como para a biblioteca com declaração de autorização de entrega aprovada e assinada pelo orientador, salvo os casos que se enquadrem na resolução vigente.

O não cumprimento do prazo, indicado no item anterior, impedirá o recebimento do certificado de conclusão do curso.

Ademais, ressalta-se que será considerado aprovado o discente que obtiver nota igual ou superior a sete (7,0) pontos. A nota final será calculada pela média aritmética das notas atribuídas pelos examinadores, incluindo a do docente orientador. A aprovação na disciplina de TCC não garante a aprovação do estudante no TCC ou a conclusão do curso, sendo as duas, a disciplina de TCC e o TCC etapas distintas do curso. O cumprimento e a aprovação em ambas as etapas são etapas requeridas para a conclusão do curso, não sendo possível ao estudante ser dispensado de nenhuma delas. Em caso de necessidade de uma nova oportunidade, esta deverá ser requerida junto à coordenação do Curso. Em caso de reprovação, o discente poderá ter uma nova oportunidade para defender seu TCC dentro do período de integralização do curso e no prazo definido pela banca. Os casos omissos serão julgados pelo Colegiado do Curso.

De acordo com a resolução vigente, para a nota atribuída pela Banca Examinadora não haverá recurso ou

revisão. A Banca Examinadora poderá aprovar o trabalho com restrição, indicando que há correções a serem feitas. Nos casos de afastamento por doença comprovada por atestado médico e morte de parente de primeiro grau comprovada por certidão de óbito, o discente deverá encaminhar no prazo de até 48 horas após o afastamento, o comprovante e solicitação de novo agendamento de data de defesa ao Professor de TCC.

A constatação de plágio^[2], total ou parcial, por parte de algum dos docentes e membros da banca, implicará em reprovação. A constatação de TCC total ou parcialmente elaborado por terceiros implicará em reprovação. Nesses casos, a reprovação será julgada pela Coordenação de Curso.

O estudante deverá respeitar os direitos autorais sobre artigos técnicos, artigos científicos, textos de livros, sítios da Internet, entre outros, evitando todas as formas e tipos de plágio acadêmico. Reitera-se que o TCC deve ser inédito e original.

^[1] Para assumir a atividade de co-orientação o tutor da turma deverá apresentar formação adequada a área do curso bem como titulação em nível superior ao discente.

^[2] O plágio e a compra fraudulenta de trabalhos científicos são considerados crimes de falsidade ideológica, enquadrado no Art. 299 do Código Penal.

9. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

A metodologia de educação a distância se faz primeiramente pela não presença do professor e aluno no mesmo espaço geográfico, o que possibilita o ingresso de discentes os quais por diversos motivos não teriam a possibilidade de ingressar presencialmente. Assim como possibilitar o diálogo entre as tecnologias e a comunicação, serão disponibilizados diferentes meios para a interação entre estudantes, tutores e docentes no decorrer do curso. Para tanto, serão utilizados múltiplos meios (mídias) cada um com suas especificidades, podendo contribuir para o alcance de diferentes níveis de aprendizagem, atendendo à diversidade e heterogeneidade do público-alvo. As mídias são complementares entre si.

A carga horária das disciplinas será cumprida no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), onde o discente poderá acessar os conteúdos das aulas, realizar avaliações, estudos e outras atividades previstas. No AVA, o estudante terá acesso ao professor do componente através de mensagens, chats e fóruns. Ele terá ao seu dispor também um tutor à distância, que irá auxiliá-lo durante o desenvolvimento das disciplinas, com o acompanhamento das atividades postadas, chats e fóruns de discussões, entre outros recursos disponíveis. Além disso, o curso disponibiliza no ambiente virtual diferentes materiais didáticos, tais como apostilas, vídeos e textos atualizados, que permitem ao aluno complementar a sua carga horária de estudo.

Para garantir o bom uso da plataforma é necessária a capacitação dos atores envolvidos, para isso, as práticas pedagógicas buscarão o desenvolvimento de competências por meio da aprendizagem colaborativa do estudante, através da construção de conhecimentos, utilizando os recursos do AVA durante as disciplinas do curso, mas em especial na primeira disciplina ofertada, denominada “Ambientação à EaD”, o objetivo principal é ambientar os discentes acerca da plataforma utilizada bem como os demais recursos disponíveis.

Considerando a acessibilidade aos discentes com necessidades educacionais especiais, no ambiente AVA serão disponibilizados tanto o link das aulas gravadas quanto materiais em PDF para facilitar a utilização de softwares de leitura de texto, no caso de discentes com baixa visão ou cegueira. Além disso, as aulas e atividades solicitadas no ambiente de aula contarão com a janela de Libras para interpretação dos materiais, visando a acessibilidade linguística para as pessoas surdas, assim, todos os direitos relacionados à educação serão atendidos conforme Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Será realizado também encontros presenciais referente aos Seminários, esses encontros serão realizados nos polos, 02 (dois) encontros com carga horária de três horas perfazendo um total de 24h de encontro presencial, esses estão de acordo com o proposto na matriz curricular.

Para subsidiar o processo de formação e estabelecer elo entre a teoria e a prática será disponibilizado e incentivado o uso da Biblioteca Virtual disponível, que se define como o local onde estarão disponíveis bibliografias, textos e artigos, além de indicações de sites que tratam das diferentes temáticas abordadas no curso, tais como: a problemática das tecnologias de informação e comunicação aplicadas à educação, educação à distância, entre outros, cuja finalidade será subsidiar o processo de formação, estabelecendo um elo entre a teoria e a prática.

9.1. Organização Didática

A consolidação dos princípios educativos será garantida por meio de uma equipe, composta dos Docentes, Coordenação de Curso, Coordenação de EaD e Equipe de Apoio (Administrativo, Pedagógico e Secretaria). Todo planejamento e organização necessários para a execução do curso será focado no processo de aprendizagem, dando ênfase a uma postura de construção do conhecimento. Amparado no desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas à mobilização do discente para o conhecimento, a disponibilização de instrumentos que lhe proporcione oportunidades de construir conhecimentos novos e o desenvolvimento da capacidade de elaboração de sínteses integradoras do saber construído com aqueles que já possuíam anteriormente.

O discente será o centro do processo, na busca de sair de uma postura passiva, assumindo um papel mais ativo no processo, tornando-se agente de sua própria aprendizagem na busca da construção dos seus conhecimentos. Para tal, serão disponibilizados meios para que o estudante desenvolva sua capacidade de julgamento, de forma suficiente, para que ele próprio esteja apto a buscar, selecionar e interpretar informações relevantes ao aprendizado.

Os docentes fornecerão os instrumentos e conteúdos necessários à construção dos conceitos científicos, caberá também aos docentes o papel de tutores no ambiente de aprendizagem virtual trabalhando com o incentivo

permanentemente e sensibilização dos discentes para a valorização da importância da participação do discente em todo processo de orientação e aprendizagem, considerando o como sujeito de sua aprendizagem. É de total importância, para o êxito deste projeto, que as atividades propostas propiciem oportunidades para o desenvolvimento das habilidades complementares, desejáveis aos profissionais da área. O estímulo e o incentivo ao aprimoramento dessas características devem ser continuamente perseguidos, objetivando sempre a melhor qualidade no processo de formação profissional.

O modelo de educação a distância a ser utilizado é o do aprendizado independente com aulas. Este modelo de educação a distância utiliza materiais disponíveis por meio eletrônico, além de outras mídias para que o discente possa estudar em seu ritmo próprio. Os conteúdos e os exercícios avaliativos a distância serão disponibilizados através do Ambiente Virtual de Aprendizagem - *Moodle* (AVA) ou por meio de ferramentas digitais. Os docentes poderão utilizar diversas estratégias e ferramentas avaliativas de acordo com os componentes curriculares ministrados e com a prática pedagógica de cada docente.

9.2 Ambientação

A ambientação é um componente curricular obrigatório e comum a todos os cursos de educação a distância. Trata-se de um momento para familiarizar o discente com a metodologia de ensino a distância. Na ambientação será apresentada a plataforma *Moodle* e os recursos computacionais necessários para o curso.

9.2.1 Atividades de Tutoria – EaD

Por ser um curso a distância, no qual o aluno está fisicamente distante do professor, a tutoria se destaca como um dos componentes essenciais para que a comunicação entre aluno e professor seja estabelecida com sucesso. Nos diversos modelos de EaD, a tutoria desempenha funções de mediação entre os conteúdos das disciplinas e os alunos, entre professores e alunos, e entre os próprios alunos. O tutor a distância, no exercício da função não docente, participa ativamente da prática pedagógica. Trata-se de um profissional que deve ser graduado na área do curso, devidamente capacitado para a utilização das TICs, atuar a partir do IFRR e por intermédio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), ser capaz de mediar o processo pedagógico com estudantes geograficamente distantes e que seja referenciado aos polos de apoio presencial.

São atribuições do tutor a distância: esclarecer dúvidas através dos fóruns de discussão na Internet, por meio de telefone e participação em videoconferências; promover espaços de construção coletiva de conhecimentos; selecionar material de apoio e sustentar teoricamente os conteúdos; e auxiliar o professor nos processos avaliativos de ensino-aprendizagem. Seguem as atribuições do tutor:

- Aplicar avaliações;
- Realizar a correção e avaliação de atividades;
- Apoiar o professor do componente nas atividades do curso;
- Auxiliar os alunos nas atividades do curso;
- Estabelecer e promover o contato permanente com os alunos;
- Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os alunos;
- Ministrar as atividades típicas de tutoria à distância ou presencial;
- Redigir os relatórios de regularidade e desempenho dos alunos nas atividades;
- Supervisionar as atividades do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Por conseguinte, os tutores assumem o papel de orientar o estudante durante o processo de aprendizado, com flexibilidade para adaptar-se a situações muito diferenciadas. Já quanto ao processo de interatividade entre alunos e tutores a distância realizar-se-á utilizando ferramentas e suportes, tais como: fóruns, salas de bate papo, e-mail e videoconferência, conforme o plano pedagógico do componente, utilizando-se dos espaços oferecidos no AVA.

9.3 Material Didático Institucional

O material didático deve traduzir os objetivos do curso, abordar os conteúdos expressos nas ementas e conduzir os estudantes a alcançarem os resultados esperados em termos de conhecimentos e habilidades. Variados recursos para interação didático-pedagógica poderão ser utilizados e o conteúdo das disciplinas deverá ser sistematizado em diferentes formatos, a seguir especificado:

Recursos didáticos	Descrição
Plataforma virtual de aprendizagem "Moodle"	Ambiente Virtual, com recurso de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros.
Videoaulas	No mínimo, uma por componente e eixo.
Webconferência	Uma por componente, previamente agendadas com os alunos.
E-mail	Para facilitar acesso e comunicação entre os membros envolvidos.
Sistemas de comunicação baseado na internet, síncronos e assíncronos	Chats, fóruns, Meet entre outros.
Textos em formato eletrônico	(.doc ou .pdf), em número não especificado por módulo
Material bibliográfico	Básico e complementar nos polos de ensino, Campus EaD e Biblioteca online (https://biblioteca.ifrr.edu.br).

O planejamento e a utilização dos mais diversos materiais serão de responsabilidade do professor, cabendo a este a orientação dos tutores para a condução das atividades didáticas. O material didático e as ferramentas extras serão disponibilizados no AVA em formato digital.

9.4 Mecanismos de Interação

Além do material didático apresentado anteriormente, haverá uma disciplina específica de ambientação, cujo objetivo é orientar os alunos sobre o acesso ao curso e à plataforma AVA. Da mesma forma, se prevê uma política de atendimento e acompanhamento constante dos estudantes, assim como a utilização de mecanismos para a interação de alunos, docentes e tutores, o que além de tornar o curso mais dinâmico ainda poderá prevenir possíveis evasões. Os mecanismos de interação permitem o desenvolvimento autônomo dos estudantes, bem como a aquisição de conhecimentos e habilidades e ainda o desenvolvimento da sociabilidade, por meio de atividades de comunicação, interação e troca de experiências. Os seguintes mecanismos são utilizados neste curso:

- Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA): oferece o conteúdo e as informações referentes ao curso de forma a aproveitar o potencial pedagógico do computador, permitindo a troca de mensagens, o envio de avisos e a possibilidade de aplicar atividades avaliativas, além de oferecer materiais complementares;
- Correio eletrônico (*e-mail*): possibilita a comunicação entre os atores envolvidos no processo de aprendizagem, e as mensagens ficam registradas tanto no AVA, como no *e-mail* cadastrado para o participante;
- *Chat* (bate-papo): permitem a comunicação síncrona entre os atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem;
- Fóruns: promovem a discussão assíncrona e permite que todas as mensagens trocadas fiquem registradas, oferecendo aos participantes a possibilidade do acompanhamento das discussões no decorrer do curso e a avaliação detalhada da participação do aluno;
- Tarefas: permitem que atividades de avaliação sejam propostas pelo professor/tutor e postadas pelos cursistas, seguidas de *feedbacks*, comentários e notas;
- Videoaulas: é um recurso midiático extremamente eficiente para o estímulo do aprendizado a distância, ao permitir associar em um mesmo objeto didático elementos visuais e sonoros.

10. LINHAS DE PESQUISA

10.1 Linha 1: Prática de Gestão estratégica e inovação educacional no contexto indígena.

Descrever o conjunto de práticas e abordagens que combinam planejamento estratégico com a adoção de soluções inovadoras para transformar e melhorar o desempenho das instituições educacionais, tendo como foco o alinhamento de metas organizacionais às demandas sociais, econômicas e culturais, promovendo mudanças que impactem positivamente a qualidade do ensino, a eficiência administrativa e o bem-estar da comunidade escolar.

10.2 Linha 2: Saberes Tradicionais, Políticas Públicas e Práticas de Gestão na Educação Escolar Indígena

Essa linha de pesquisa visa investigar as inter-relações entre os saberes tradicionais dos povos indígenas, as políticas públicas educacionais e as práticas de gestão escolar nos contextos indígenas. Busca compreender como os conhecimentos ancestrais e as formas de organização social dos povos indígenas dialogam com os modelos institucionais de gestão escolar, considerando os princípios da educação intercultural, bilíngue e comunitária.

10.3 Linha 3: Planejamento Escolar Intercultural em Contextos Indígenas

Essa linha de pesquisa tem como foco o estudo, análise e produção de propostas de planejamento escolar que respeitem e valorizem as especificidades culturais, linguísticas, territoriais e sociais dos povos indígenas. Busca compreender como os processos de organização pedagógica e administrativa das escolas indígenas podem ser construídos de forma participativa, considerando os projetos de vida das comunidades, seus calendários tradicionais e suas formas próprias de ensinar e aprender.

11. CORPO DOCENTE

O curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gesto escolar indígena dispõe de um qualificado corpo docente e técnico-administrativo que oferece todo o suporte necessário para a prática das políticas educacionais e o acompanhamento didático e pedagógico do processo de ensino e aprendizagem necessário. O corpo docente deverá ser constituído por professores especialistas, sendo que 30% (cinquenta por cento) destes, pelo menos, deverão apresentar titulação de mestre ou de doutor obtido em programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* reconhecido pelo Ministério da Educação.

Tais requisitos se devem ao fato de que os cursos de Pós-Graduação tem uma característica de atender a um campo específico do saber, requerem-se, então, profissionais capacitados nas especificidades praticas e em sua abordagem pedagógica, flexíveis e com perfil adequado as necessidades dos discentes e contexto e região em que se localiza. Há então a necessidade não só de saberes experienciais, mas também de saberes pedagógicos, em que um não consegue caminhar sem o outro, sendo uma somatória desses saberes. A respeito dessa colaboração entre os saberes pedagógicos e a pratica Pimenta (1999) respalda a importância desta colaboração, "(...) entendendo, pois, a dependência da teoria em relação à prática, (...), longe de implicar uma contraposição absoluta em relação à teoria, pressupõe uma íntima vinculação com ela". (PIMENTA, 1999, p. 28).

Em específico no caso da oferta da Pós-graduação EaD, é importante que o corpo docente apresente o perfil requerido a modalidade, compreendendo quem são os discentes, a fim de utilizar metodologias e instrumentos adequados para mobilizar e favorecer a produção de sentidos bem como favorecer experiências de aprendizagem que resultem em oportunidades qualificadas de aperfeiçoamento profissional e pessoal. O corpo docente deste curso de Pós-Graduação será formado por professores com reconhecida formação e atuação na área de Educação e demais áreas necessárias à formação plena do aluno. Além disso, poderão compor o corpo docente do referido curso os professores do IFRR, alguns abaixo discriminados, e profissionais de outras Instituições que poderão integrar o mesmo, caso seja ofertado mediante convênio/ parcerias institucionais e/ou convites externos, conforme rege a Resolução 080/2012.

Quadro - Corpo docente dos professores do IFRR que poderão atuar no referido curso.

Módulo	Componente curricular	Formação mínima
I	Ambientação à EAD	Graduados em Comunicação Social, Pedagogia, Sistemas de Informação, Ciência da Computação ou qualquer Licenciatura com pós-graduação em Educação a Distância ou Tecnologias Digitais
II	Princípios da gestão escolar indígena	Graduados em Pedagogia, História, Sociologia, Filosofia, Ciências Sociais, ou Licenciaturas com pósgraduação Lato Sensu ou Stricto Sensu em Educação e/ou áreas afins
	Gestão educacional nas Lutas e Memórias Indígenas em Roraima	Graduados em Pedagogia, História, Sociologia, Filosofia, Ciências Sociais, ou Licenciaturas com pósgraduação Lato Sensu ou Stricto Sensu em Educação e/ou áreas afins
	Políticas de Financiamento e Gestão Escolar na Educação Indígena.	Graduados em Pedagogia, História, Sociologia, Filosofia, Ciências Sociais, ou Licenciaturas com pósgraduação Lato Sensu ou Stricto Sensu em Educação e/ou áreas afins.
III	Metodologia Científica	Licenciaturas em Geral com Pós-graduação Lato Sensu ou Stricto Sensu em Educação e/ou áreas afins
	Currículo, Gestão e Organização da Educação Escolar Indígena.	Graduados em Pedagogia, História, Sociologia, Filosofia, Ciências Sociais, ou Licenciaturas com pósgraduação Lato Sensu ou Stricto Sensu em Educação e/ou áreas afins
	Projeto Pedagógico no Contexto da educação escolar indígena	Graduados em Pedagogia, História, Sociologia, Filosofia, Ciências Sociais, ou Licenciaturas com pósgraduação Lato Sensu ou Stricto Sensu em Educação e/ou áreas afins
	Seminário Educação Escolar Indígena-I	Licenciaturas em Geral com Pós-graduação Lato Sensu ou Stricto Sensu em Educação e/ou áreas afins
IV	Diversidade e Direitos dos Povos originários no Contexto Local	Graduados em Pedagogia, História, Sociologia, Filosofia, Ciências Sociais, ou Licenciaturas com pósgraduação Lato Sensu ou Stricto Sensu em Educação e/ou áreas afins
	Planejamento do trabalho pedagógico na educação escolar indígena.	Graduados em Pedagogia, História, Sociologia, Filosofia, Ciências Sociais, ou Licenciaturas com pósgraduação Lato Sensu ou Stricto Sensu em Educação e/ou áreas afins
	Gestão Educacional, inovação, empreendedorismo no contexto local.	Graduados em Pedagogia, História, Sociologia, Filosofia, Ciências Sociais, ou Licenciaturas com pósgraduação Lato Sensu ou Stricto Sensu em Educação e/ou áreas afins
	Seminário Educação Escolar Indígena-II	Licenciaturas em Geral com Pós-graduação Lato Sensu ou Stricto Sensu em Educação e/ou áreas afins
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso-TCC	Licenciaturas em Geral com Pós-graduação Lato Sensu ou Stricto Sensu em Educação e/ou áreas afins

12. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA

O IFRR conta com sala de aula especificamente reservada para a pós-graduação, além das salas de aula até então existentes na instituição. As demais salas poderão ser utilizadas para atividades pertinentes, sempre que necessário. A Instituição também dispõe de 2 salas de audiovisual equipadas com os aparelhos de multimídia (retroprojetores, data-show, DVD, vídeo cassete); um amplo Auditório adequado à realização de reuniões ampliadas, com capacidade para 200 pessoas, duas salas de Teleconferência para discussões com pequeno número de pessoas, com capacidade para 45 (quarenta e cinco) pessoas (cada sala); uma Biblioteca, tendo no andar superior um espaço destinado ao estudo e a reuniões de grupos, bem como, espaços para estudo individual; Laboratórios de Informática, espaços para desenvolvimento de oficinas direcionadas a diferentes áreas de conhecimento e profissionalização onde as atividades poderão ser realizadas.

Além dos espaços supramencionados, o IFRR- Campus Boa Vista, conta com dois ginásios poliesportivos, piscina semiolímpica, campo de futebol, pista de atletismo, 01 academias de ginástica/musculação, bem como, um laboratório de Medidas e Avaliação em Educação Física, espaços estes específicos para utilização de atividades teóricas-práticas para o Curso de Pós-graduação em Docência em Educação Física Escolar. O IFRR poderá contar com o apoio de polos de Educação a Distância – EAD, de instituições parceiras, conforme especificado em Edital. Estes polos estão equipados com sala de aula, biblioteca, laboratórios de multimeios, entre outros.

Imagem 1: Distribuição dos polos da EAD no estado de Roraima.



EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM TODO O ESTADO DE RORAIMA

O Departamento de Educação a Distância – DEAD é um dos Departamentos do IFRR - CBV vinculado ao DIPEAD e objetiva elaborar, executar e avaliar projetos pedagógicos relacionados com a oferta de ensino na modalidade a distância. Desde a sua criação o DEAD atua com parceria entre MEC/Instituições de Ensino/Municípios conveniados oferta a Educação Superior, Pública e de Qualidade àqueles locais onde não havia uma oferta expressiva. Atualmente, o DEAD, conta com uma equipe administrativa com profissionais de várias áreas que trabalham articuladamente para garantir uma oferta de Curso consoante à missão do IFRR que é "Promover formação integral, articulando ensino, pesquisa e extensão, em consonância com os arranjos produtivos locais, sociais e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável".

12.1 Biblioteca, Instalações e Equipamentos

A biblioteca do *Campus* Boa Vista faz parte do Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (SIB/IFRR), constitui-se do conjunto de bibliotecas do IFRR. organizadas de modo funcional e operacionalmente interligadas, com o objetivo de padronizar e otimizar serviços oferecidos pelas bibliotecas, oferecendo suporte bibliográfico e informacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão, conforme Resolução n. 242, do Conselho Superior, de 16 de novembro de 2015.

O Sistema Integrado de Bibliotecas do IFRR - SIB é vinculado à Pró-Reitoria de Ensino, nos *Campi*, subordinado à Diretoria/Departamento de Ensino, regido conforme o Regimento Geral do IFRR. Todo o espaço da biblioteca possui *wireless*, o que permite que os usuários usem *notebooks* e/ou *smartphones* pessoais. Atualmente o acervo constitui-se de 16.211 exemplares impressos. Os serviços e acervo estão informatizados e integrados pelo software *Pergamum*. Além do acervo impresso, a biblioteca conta com acesso ao Portal Capes de Periódicos e com plataforma de livros. A Plataforma digital “Biblioteca Virtual” permite acesso remoto e multiusuário a títulos relacionados a diversas áreas como ciências biológicas, ciências exatas, ciências sociais, ciências humanas, ciências agrárias, linguística, letras e artes; engenharias e multidisciplinar.

Quanto aos recursos humanos, a biblioteca conta com uma bibliotecária documentalista e dois auxiliares de biblioteca, o que permite o seu funcionamento em 15 horas diárias ininterruptas de segunda a sexta feira, atendendo a comunidade interna (discentes, docentes e técnicos administrativos) e comunidade externa (público geral).

A biblioteca oferece aos seus usuários os seguintes serviços:

- Empréstimo, renovação e reserva;
- Auxílio na pesquisa do acervo local;
- Acesso à Internet;
- Divulgação de novas aquisições;
- Comutação bibliográfica;
- Empréstimo entre bibliotecas (EEB);
- Acesso à Biblioteca Virtual;
- Catálogo online;
- Orientação na normatização de trabalhos acadêmicos (ABNT);
- Catalogação na fonte;
- Levantamento bibliográfico;
- Acesso aos periódicos CAPES.

A biblioteca também desenvolve atividades que incentivam e contribuem com o processo de formação do leitor-pesquisador e a democratização do acesso à informação.

12.2 Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC`s) no Processo de Ensino e Aprendizagem

São recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, tais como ambientes virtuais e suas ferramentas, redes sociais e suas ferramentas. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) previstas/implantadas no processo de ensino-aprendizagem devem permitir a execução do projeto pedagógico do curso e a garantia da acessibilidade e do domínio das TICs. O Campus disponibiliza um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), *Moodle*, que permite o armazenamento, a administração e a disponibilização de conteúdos no formato Web, dentre os quais se destacam aulas virtuais, simuladores, fóruns, salas de bate-papo, conexões a materiais externos, atividades interativas, tarefas virtuais (*webquest*), modeladores, animações, textos colaborativos (*wiki*).

12.3 Acessibilidade

Apoio ao discente

O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) estará envolvido nas ações do curso junto à instituição, uma vez que corresponde a um curso na modalidade EaD e há necessidade de se pensar em alternativas que diminuam as barreiras entre a instituição e o estudante. Para tanto, buscará alternativas para promover ações junto à comunidade acadêmica que possibilitem adequações em:

Acessibilidade arquitetônica – Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Acessibilidade atitudinal – Refere-se à percepção do outro sem manifestar preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.

Acessibilidade pedagógica – Ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os docentes concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional determinarão, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

Acessibilidade nas comunicações – Eliminação de barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, etc., incluindo textos em Braille, grafia ampliada, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).

Acessibilidade digital - Direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistidas, compreendendo equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

Atendimento a pessoas com deficiência ou com transtornos globais do desenvolvimento

O florescer da noção de direito vivenciado nas últimas décadas – condição conquistada com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988 – coloca o Brasil em consonância com movimentos em nível global. Estes movimentos há algum tempo, direcionam a noção de Educação Inclusiva à educação formal fomentando a temática inclusiva na educação brasileira. Em cada Campus dos Institutos Federais foram estruturados os NAPNE's, no intuito de garantir a inserção, permanência e êxito de pessoas com necessidades educacionais especiais na Instituição. Esse processo requer, todavia, investimentos múltiplos para que estes núcleos sejam capazes de contribuir para a superação de barreiras arquitetônica, pedagógica, comunicacional e atitudinal no âmbito institucional.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU/2006), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, postula o direito ao acesso das pessoas com deficiência a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Ao ratificar esta Convenção, com status de Emenda Constitucional, o Brasil assume o compromisso de assegurar que as pessoas com deficiência não sejam excluídas da escola comum e que sejam adotadas medidas de apoio para sua plena participação em igualdade de condições.

Os NAPNE's analisam os laudos médicos quando apresentados e, no caso de ingresso do candidato, encaminham as providências para que os estudantes tenham pleno acesso aos serviços pedagógicos. Os casos de necessidades educacionais especiais percebidos no decorrer do processo de formação deverão ser informados ao NAPNE para que, junto à equipe multidisciplinar, coordenações de cursos e os docentes, os devidos encaminhamentos possam ser feitos. O NAPNE atuará no âmbito institucional interno e externo, assessorando a Direção de Desenvolvimento Educacional dos Campi.

Quando se fizer necessário, será elaborado o Plano Educacional Individual (PEI) com a participação dos membros do NAPNE, equipe multidisciplinar, coordenações de curso e docentes, possibilitando ao discente que apresente especificidade em seu desenvolvimento a garantia da permanência e a saída com sucesso do IFRR. As avaliações serão realizadas de forma semanal, por meio das atividades e tarefas em que serão observadas a capacidade do estudante em refletir e pesquisar sobre conceitos, perceber suas dificuldades e superá-las, visando sua progressão para alcance do perfil profissional de conclusão desejado pelo curso. Nenhuma avaliação poderá ter nota maior do que 50% (cinquenta por cento) da nota total do componente.

13. CERTIFICAÇÃO

Somente farão jus ao Certificado de Especialização em Gestão escolar Indígena aqueles discentes que apresentarem o diploma do curso de graduação reconhecido pelo MEC, além de aproveitamento aferido em processo de avaliação equivalente, no mínimo, 70 (setenta) pontos e aprovado no TCC. Os certificados serão expedidos pelo Campus de Boa Vista, para tal, o discente deve estar regularmente matriculado e em dia com sua documentação na Seção de Registros Escolares; e não possuir pendências com a biblioteca.

13.1 Critérios para a Concessão de Certificado

- Apresentação e entrega de TCC, com aproveitamento mínimo de 70 (setenta) pontos;
- Aproveitamento aferido em processo avaliativo, com obtenção mínima de 70 (setenta) dos pontos em cada componente;
- Estar regularmente em dia com sua documentação na Seção de Registros Escolares; e
- Não possuir pendências com a biblioteca.

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão escolar indígena é uma área de extrema relevância, pois desempenha um papel central na promoção de uma educação que respeite, valorize e fortaleça as identidades, saberes e culturas indígenas. Ao desenvolver práticas de gestão alinhadas às especificidades socioculturais das comunidades indígenas, é possível construir um ambiente educacional mais inclusivo, democrático e participativo.

No contexto de um programa de pós-graduação lato sensu, a formação em gestão escolar indígena não apenas contribui para a qualificação técnica e profissional dos gestores, mas também fomenta a reflexão crítica sobre os desafios enfrentados por essas comunidades no acesso a uma educação de qualidade. Esse programa deve considerar a pluralidade das culturas indígenas, suas línguas, tradições e modos de organização social, garantindo que a escola seja um espaço de diálogo intercultural e respeito às diversidades.

As discussões e aprendizagens propostas ao longo do curso devem priorizar estratégias de gestão que fortaleçam a autonomia das comunidades indígenas na construção e condução de seus projetos educativos. A formação deve ainda enfatizar a importância do diálogo com políticas públicas, a construção de parcerias estratégicas e o uso de tecnologias apropriadas para atender às demandas educacionais específicas.

Por fim, reforça-se a necessidade de uma gestão escolar indígena que vá além do atendimento às exigências administrativas e legais, buscando promover uma educação transformadora, que respeite os direitos das comunidades e valorize os saberes indígenas como patrimônio cultural e pedagógico. Assim, o programa não apenas contribui para o fortalecimento da educação indígena, mas também para a construção de uma sociedade mais equitativa e plural.

15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA; OLIVEIRA. *Campus Machado: 60 anos de tradição e desenvolvimento*. 2017. 100 p.

BRASIL. *Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos*. Edição 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena*. Brasília: MEC/SEB, 2012.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2004.

BRASIL. Decreto nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964. Altera denominação de escolas de iniciação agrícola, agrícolas e agrotécnicas. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14 fev. 1964. Seção 1, p. 1433.

BRASIL. Decreto nº 83.935, de 4 de setembro de 1979. Altera a denominação dos estabelecimentos de ensino que indica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 set. 1979. Seção 1, p. 12890.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília, 2004.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Define sobre a disciplina de Libras.

BRASIL. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3. Brasília, 2009.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Brasília, 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008; Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica. Brasília, 2009.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Define a proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista.

BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, 1997.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999; Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Dispõem sobre a Política Nacional de Educação Ambiental.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Parecer nº 67/2003. Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos Cursos de Graduação. Conselho Nacional de Educação.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 39, de 8 de dezembro de 2004. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e no Ensino Médio. Brasília, 2004.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012. Define as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

BRASIL. Parecer nº 11, de 12 de junho de 2008. Institui o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. Brasília, 2008.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 2012.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, 2012.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 6 de abril de 2018. Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União: Seção 1*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GRUPION – Grupo de Apoio à Educação Indígena. *Educação escolar indígena: fundamentos e práticas*. Boa Vista: GRUPION, 2014.

HOFFMANN, J. *Avaliação mito & desafio: uma perspectiva construtiva*. 11. ed. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA. Conselho Superior. Resolução nº 638/2021 – CONSUP/IFRR, de 30 de dezembro de 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA. Conselho Superior. Aprova o regulamento geral dos cursos de pós-graduação lato sensu do Instituto Federal de Roraima. Resolução nº 275 – Conselho Superior, de 11 de outubro de 2016. Disponível em: <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-consup-2016/resolucao-n-o-275-conselho-superior>.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA. Conselho Superior. *Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023)* do Instituto Federal de Roraima. Resolução nº 686/2022 – CONSUP/IFRR, de 2 de agosto de 2022.

LUCKESI, C. C. *Avaliação da aprendizagem escolar*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

LUCKESI, C. C. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (orgs.). *Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Nilra Jane Filgueira Bezerra, REITOR(A) - CD0001 - IFRR**, em 15/08/2025 11:15:26.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 15/08/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 370337

Código de Autenticação: 282b0a1cc0





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA
Conselho Superior
Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303220 ,
www.ifrr.edu.br

Resolução CONSUP/IFRR N° 855, de 20 de agosto de 2025.

Altera a Resolução 555/2021 - CONSUP/IFRR, de 19 de fevereiro de 2021, que estabelece as diretrizes sobre a gestão de movimentação dos servidores pertencentes ao quadro de pessoal do Instituto Federal de Roraima – IFRR.

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a autonomia institucional conferida pelo Art. 1º da Lei nº 11.892, de dezembro de 2008, e ainda o disposto nos arts. 36, 37, 84 e 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no art. 26-A da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, no art. 30 da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, bem como o constante nos Processos Eletrônicos nº 23231.000423.2025-78 e n.º 23231.001217.2025-85, e a decisão do colegiado tomada na 97.ª sessão plenária, realizada em 25 de abril de 2025,

RESOLVE:

Art. 1.º Fica acrescentado o Art. 9º-A à Resolução 555/2021 - CONSUP/IFRR, de 19 de fevereiro de 2021, com a seguinte redação:

**Seção IV
Da Cooperação Interna**

Art. 8º.....

Art. 9º

Art. 9º-A. A Cooperação Interna também poderá ocorrer de forma parcial, hipótese em que o servidor permanecerá desempenhando atividades tanto na unidade de origem quanto na unidade requisitante, nos termos definidos em Projeto de Trabalho.

§ 1º A Cooperação Interna Parcial será autorizada quando for comprovado que a atuação do servidor em ambas as unidades é compatível com a carga horária regular e contribui para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

§ 2º O Projeto de Trabalho que embasar a Cooperação Interna Parcial deverá conter, além dos elementos previstos no Anexo II, a discriminação clara das atividades a serem desenvolvidas em cada unidade, com os respectivos turnos e períodos de execução, devendo ser aprovado pelos dirigentes máximos das unidades envolvidas.

§ 3º A frequência do servidor em Cooperação Interna Parcial será apurada conjuntamente pelas unidades envolvidas, cabendo à unidade de origem consolidar as informações e lançar os registros no relatório de frequência/sistema oficial.

§ 4º Aplicam-se à Cooperação Interna Parcial, no que couber, as demais disposições constantes desta Seção.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, 20 de agosto de 2025.

Nilra Jane Filgueira Bezerra
Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Nilra Jane Filgueira Bezerra, REITOR(A) - CD0001 - IFRR**, em 20/08/2025 09:15:02.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 20/08/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 371275

Código de Autenticação: 60669dea82

